CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

1998

O ANO DO DESEMPREGO

ISSN 0101-7993 Nº 204 R$ 5,00

ISSN 0101-7993

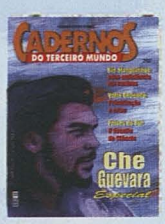
EDITORA TERCEIRO MUNDO

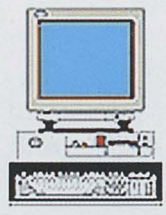
Online

Bem-vindo a Editora Terceiro Mundo Online - uma casa editorial com a visão do Sul.

Venha conhecer melhor nossa história e nosso propósito

Agenda . . . . NOVIDADES Agenda . . . .





Home | Revistas | Publicações | Centro de Documentação | Serviços | Fale conosco

Visite o nosso site na Internet

http://etm.com.br

EDITORA TERCEIRO MUNDO

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO
ISSN 0101-7993 Nº 204 Dezembro 1997

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben e Maurício Dantas (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Silvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez, Angélica Rogick e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
FOTOLITOS: ACE Fotolitos
WEB: Macário Costa e Jefferson Toledo Barros
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
PUBLICIDADE: Cléber Saboya
Representante na Bolívia: Liliana Rodríguez & Marisol Corvera/ Av. Bolivar, 43 Puerto Suárez-Santa Cruz / Telefax: 00591 976 2191/2927
CIRCULAÇÃO: Francisco Távora Heitmann (Gerente),
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora), Francisca Antonia e Sidnei de Souza
Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455
PAGAMENTOS: cheque nominal e todos os cartões
E-mail: caderno@ax.apc.org
FOTOS: Agence France Presse (AFP)
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçanbique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzônia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:
Amapá: Vilson Alves Serafim - (096) 241-3513 / **Bahia:** Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 / **Brasília:** Ecomarka - (061) 349-8178 / **Espirito Santo:** A.R. Editorial - (027) 339-4992/340-2129 / **Maranhão:** Cia da Criação - (098) 236-8731 / **Minas Gerais:** SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 /**Novo Hamburgo:** Com.Rep. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/3633 / **Paraná:** Nelton Friedrich - (041) 254-2384 / **Pernambuco:** Rosária M. Siqueira - (081) 453-4949 / **Rio Grande do Sul:** Editora Intermédio - (051) 227-1363/228-8545 / **São Paulo (SP)**: Francisco Fontanezi - (011) 692-2087
DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chinaglia - Tel.: (021) 575-7766
NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MUNDO
Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória
Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455
E-mail: **caderno@ax.apc.org**
Internet: **http://etm.com.br**

Filiada à **ANER**
Associação Nacional dos Editores de Revistas

Ao leitor

Um ano difícil, porém marcante

Chegamos, com esta edição, ao final de 1997. Um ano difícil para todo o mundo, com um desfecho ainda incerto da crise das bolsas, o que questiona muitos dos paradigmas do capitalismo em sua fase pós-moderna, e mostra com crueza o poder do capital especulativo na vida econômica do Planeta. A matéria de capa desta edição volta a abordar esse tema, cujas conseqüências na América Latina ainda estão longe de se ter esgotado.

Mas, como todo fim de ano é propício para um balanço, queremos partilhar com os leitores o nosso. De fato, 1997 foi muito especial para a nossa Editora: foi o ano em que **cadernos do terceiro mundo** chegou ao número 200. Com duzentas edições na rua e mais de duas décadas de vida, a revista atingiu a maturidade, comemorando a data com uma profunda transformação gráfica. A mudança foi muito bem recebida pelos leitores.

Essa nova cara de **cadernos** não alterou o seu compromisso com um jornalismo independente, que aspira a consolidar a democracia e a justiça social e a promover um maior equilíbrio entre as nações do Norte e do Sul do Planeta.

Paralelamente a essas mudanças, vivemos ao longo do ano um processo de transformação interna, que nos levou a reformular totalmente os departamentos de Circulação, Marketing e Publicidade, além de estarmos em meio à reestruturação do nosso *site* na Internet (*etm.com.br*) e de nosso Centro de Documentação, o qual aspiramos a converter em um centro de excelência sobre os temas afins a todas as nossas publicações - e ligado à Internet.

A reestruturação de **cadernos** se estendeu a nossas publicações especializadas, *Revista do Mercosul* e *Ecologia e Desenvolvimento*, que também ganharam novo visual. Tudo isso em meio a uma reengenharia, que nos levou a reorganizar outros aspectos da vida da Editora.

Assim, entramos em 1998 confiantes de que - mesmo em uma conjuntura recessiva como a que se vislumbra - poderemos continuar com as transformações, aprofundando-as, para melhor servir aos leitores.

Os editores

Sumário

Dezembro - 1997 - Nº 204 - Ano XXII

4 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

10 **PANORAMA NACIONAL**

ESPAÇO DO LIVRO

26 **Viagem no Texto: O voluntário da liberdade**
Obra retrata a vida do autor, que presenciou acontecimentos marcantes da História do século XX

Com a palavra o autor: Binômio jornalismo e democracia
Livro relata a trajetória heróica de um jornal adorado pelos leitores e odiado por militares

CULTURA

30 **Música: Solidariedade pela música**
Grupo de artistas mineiros lança CD em benefício da cam panha Natal sem Fome

32 **PANORAMA INTERNACIONAL**

ENTREVISTA

38 **Victor Ampílov: Rússia - o perigo da explosão social**
A população está diminuindo pela carência de assistência e aumento da mortalidade e a economia foi desmantelada

AMÉRICA LATINA

42 **Haiti: O preço do culto ao mercado**
Somente com muita imaginação e a solidariedade interna cional se poderá aliviar a carga sobre os pobres da Terra, que são a maioria dos haitianos

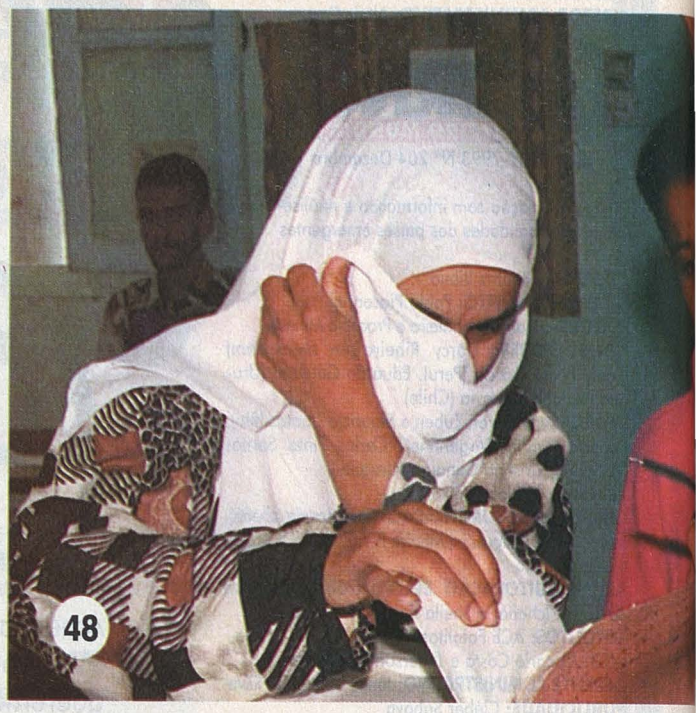
45 **Cuba: Superando as dificuldades**
Desastres naturais e a lei Helms-Burton, entre outros fatores, rearam mas não detiveram o crescimento do país em 1997

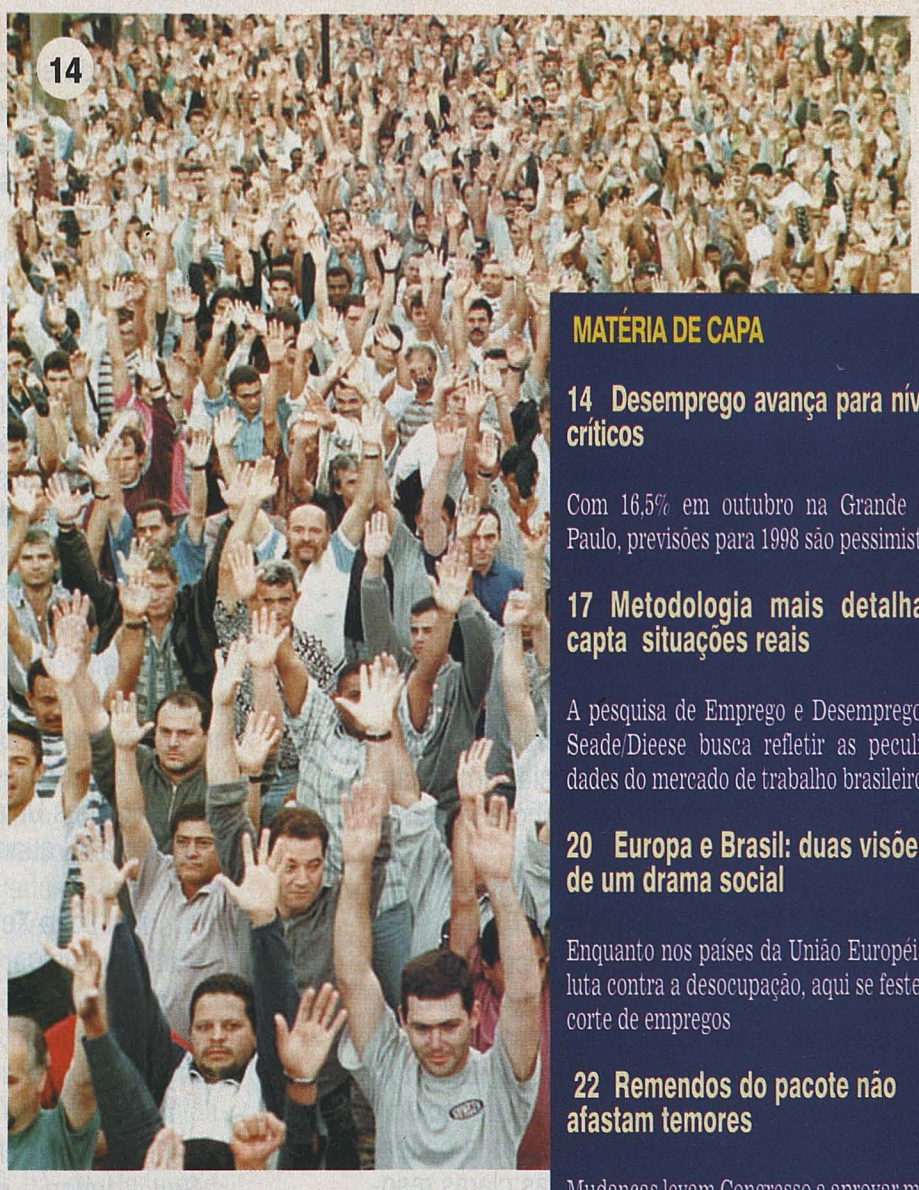
ORIENTE MÉDIO

46 **Iraque: Lições da crise**
Cabe à diplomacia evitar que o mundo assista a outra guerra no Golfo para atender a interesses de empresas petrolíferas

MUNDO ÁRABE

48 **Argélia: Violência sem fim**
Os massacres praticados por islâmicos extremistas passaram a fazer parte do cotidiano dos argelinos, causando grande abstenção nas eleições municipais





MATÉRIA DE CAPA

14 Desemprego avança para níveis críticos

Com 16,5% em outubro na Grande São Paulo, previsões para 1998 são pessimistas.

17 Metodologia mais detalhada capta situações reais

A pesquisa de Emprego e Desemprego da Seade/Dieese busca refletir as peculiaridades do mercado de trabalho brasileiro.

20 Europa e Brasil: duas visões de um drama social

Enquanto nos países da União Européia se luta contra a desocupação, aqui se festeja o corte de empregos

22 Remendos do pacote não afastam temores

Mudanças levam Congresso a aprovar medidas, mas setores políticos e econômicos temem consequências da recessão

ÁSIA

51 **Índia: As imposições das grandes potências**
Uma nova postura em relação aos vizinhos é a chave da nova política externa da Índia

ÁFRICA

52 **Costa do Marfim: Adeus aos ditadores**
A crescente demanda dos africanos por liberdades democráticas muda o perfil político do continente

58 **Angola: Avanços e recuos**
Três anos após o acordo de Lusaka, a paz ainda não está consolidada em Angola. A Unita estaria reativando suas atividades em Huambo, província em que um soldado da ONU foi espancado em novembro

CULTURA

60 **Brasil - Uruguai: Mercosul Cultural começa a ser uma realidade**
Sucesso no Brasil, as apresentações da Filarmônica de Montevidéu revelam o interesse em se conhecer a pro dução artística dos países vizinhos

SAÚDE

64 **A maternidade segura é possível**
Gasto de US$ 2 per capita pode salvar a maioria das mulheres que morrem devido a complicações durante a gravidez e o parto

Abaixo-assinado

Recebemos de entidades de solidariedade a Timor Leste em Portugal o pedido de adesão a sua campanha pela libertação de todos os prisioneiros timorenses, como passo importante no processo de busca de paz na região.

Seguimos a sugestão que nos enviaram de remeter uma breve mensagem ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, pedindo sua interferência nessa questão.

Pedimos à comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo que centralize a coleta de assinaturas e depois as entregue publicamente no escritório da ONU no Brasil. **O endereço é: Av. Higienópolis 890, CEP 01238-000, São Paulo, SP, tel.: (011) 826-0133, fax: (011) 825-6806.**

Esperamos que essa campanha, que é evidentemente da maior urgência e importância, seja recebida com o carinho e interesse que merece.

Exmo. Sr. Kofi Annan,

Queremos cumprimentá-lo por sua eleição para o cargo de secretário-geral da ONU, esperando que possa dedicar a maior atenção à questão de Timor Leste. Esse território não-autônomo, sob administração portuguesa, sofre há mais de 20 anos a ocupação militar indonésia, apesar das claras resoluções condenando essa ocupação aprovadas pelo Conselho de Segurança, pela Assembléia Geral e por outros órgãos das Nações Unidas.

Partilhamos da opinião de D. Carlos Ximenes Belo e do Prof. José Ramos-Horta quanto à necessidade de busca de solução pacífica e negociada, que assegure o direito dos timorenses à autodeterminação, consagrado nos textos da ONU. Acreditamos que, como disse D. Belo, em seu discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz, em 10 de dezembro de 1996: "Como primeiro passo, deve ser dada atenção urgente à libertação dos presos políticos timorenses (...). Tal passo ajudaria a criar uma importante abertura no caminho para a paz."

Os abaixo-assinados, solidários com o povo de Timor Leste, consideram absolutamente indispensável que se avance rapidamente nessa direção. O início da libertação dos prisioneiros timorenses no decurso dos próximos meses - principalmente de Xanana Gusmão, seu líder máximo e figura indispensável no processo de paz - com garantia da posterior segurança física dos mesmos, é uma prioridade. Tal decisão seria sinal da seriedade do governo da Indonésia no processo de negociação em busca da paz.

Contamos com seu total empenho, senhor secretário-geral, e o da Organização das Nações Unidas, nessa questão que é tão importante quanto urgente.

Frei João Xerri e Lília Azevedo
São Paulo - SP

Parabéns

Parabéns pelo *site* de vocês na Internet! Sou leitor da revista *Ecologia e Desenvolvimento*, **Mercosul** e **cadernos do terceiro mundo**. A **cadernos** é uma conquista histórica, desde o seu lançamento em Buenos Aires, em 1974. Parabéns, jornalistas Beatriz Bissio e Neiva Moreira, pelas lutas e vitórias que conquistaram, vencerendo todos os obstáculos. Mais uma vez, parabéns pelos 23 anos da revista.

Mivan Gedeon Gomes
Revista Paradigma

Colômbia

Mais uma vez, as autoridades colombianas foram eleitas pela minoria. A abstenção foi vitoriosa na eleição de 26 de outubro. Não mais que 40% dos eleitores compareceram. Os eleitos preencheram os requisitos legais, mas na maioria carecerão de legitimidade.

De nada serviram as manobras do governo, que usou expedientes inescrupulosos; tampouco a manipulação dos resultados, os soldados disfarçados de civis, atividade dos paramilitares obrigando a votar, as urnas colocadas em outros países, a votação de menores e a coleta de votos em casa.

Tudo isso mostrou que a eleição foi uma farsa e que o governo federal age contra a maioria. Vários eleitos por minorias não podem tomar posse porque não representam a sua comunidade. Se a maioria da população apta a votar decidiu abster-se, não está de acordo com esse mecanismo de eleição.

Os observadores internacionais foram levados só a lugares arranjados. No caso da OEA e de seu presidente, César Gaviria (ex-presidente colombiano), há incompatibilidades morais, dada à responsabilidade como promotor da guerra total que açoita o país.

O governo de Samper, abusivo e cínico como de costume, pode frustrar a expectativa do país frente ao papel positivo que a comunidade internacional há de desempenhar num futuro de reconciliação.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo agradece aos que atenderam a orientação de abster-se de votar como condenação à política governamental e convoca a todos os colombianos a continuarem lutando pela construção de um poder do povo, que abra as portas a uma pátria forte, justa, amável e pacificada.

Secretariado do Estado-Maior Farc-EP
Montanhas da Colômbia

INTERCÂMBIO

Migail Ricardo Reyes
Ricardo Gómez # 73 % 17421
Rpto Aleides Pinos

Holquín CP 80 200 - Cuba
Grisef Espinosa Gutierrez
Concepción # 161 % Diaz
Venite y Millar - Munp. Regla
Habana Cuba

Fábio Bardella de Freitas
Rua Amazonas, 886
C. Elíseos - 14080-270
Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil

José Mauro Guimarães de Jesus
Rua Noronha Torrezão, 407, BL 10,
apto 501- Santa Rosa - Niterói
CEP 24240-181
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Esteban Sanches Morales
Calle 30 E/ 23 y 25 # 2317
Caibarién, 52610, Villa Clara
Cuba

Waldimiro Lacerda de Souza Neto
Av. Conde da Boa Vista, 569, apto
801, Boa Vista - CEP 50060-002
Recife - PE - Brasil

Juan Fernández Gumã
C. Cienfuegos 64
54490 Cascajal. V.C. L.
Cuba

Marta Reyes Ruiz
Passiso suo # 14 % trejo y artime
Cumanayagua Cienfuegos
57600 - Cuba

Yoleines Cruz Rodríguez
Calle Línea # 541 % 36 y 42
Rpto Camilo Cienfuego
Bayamo Granma
Código Postal: 85100 - Cuba

Ivan Román Velazquez
Napoleón Diego Edif, I apto 5
e/ cienfuego y Paraiso
Cumanayagua, Cienfuegos
CP 57600 - Cuba

PLANALTO

Memélia Moreira

Estrangeiros já detêm 67% das empresas privatizadas

As empresas estrangeiras entraram para valer no programa de privatização do Brasil e já detêm 67% das antigas estatais. A denúncia foi feita pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), explicando que, até o momento em que a Vale do Rio Doce foi privatizada (em maio de 1997), "a participação do capital internacional era muito tímida. Eles chegaram, no máximo, a entrar com 4%. Mas, a partir da privatização do setor elétrico, chegamos ao índice de 67% das empresas brasileiras sob o controle acionário de estrangeiros".

Deputado Haroldo Lima

Lima acusa o governo de Fernando Henrique de ser "cúmplice" da desnacionalização, na medida em que "trabalha para excluir o capital nacional, não mais aceitando as chamadas moedas podres".

A partir do momento em que as empresas do setor elétrico começaram a ser privatizadas, ressalta o deputado baiano, "o governo mudou as regras do jogo, rejeitando as moedas podres, exigindo dinheiro vivo". Para Haroldo Lima, estas empresas estrangeiras "são privilegiadas, porque participam da privatização financiadas com empréstimos do BNDES".

Secretário-geral do PSDB também protesta contra cortes

Em discurso no plenário da Câmara, o deputado Artur Virgílio (AM), secretário-geral do PSDB, partido do presidente Fernando Henrique, repudiou a intenção do governo de reduzir os incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus. O corte integra o pacote econômico e o secretário-geral dos tucanos, ao denunciar a medida, disse que ela "engessa o futuro do parque industrial da região, além de pôr em risco a biodiversidade amazônica".

Em defesa de seu estado, o deputado amazonense disse ainda que a Zona Franca "impediu, nesses seus últimos 30 anos de atuação, que meus conterrâneos se tornassem predadores da floresta que, na parte limitada ao Amazonas, se mantém com 98% da floresta intactos. É o imposto verde", afirmou Artur Virgílio. O parlamentar acrescenta que o Amazonas recolhe sozinho 51% dos tributos de toda a Região Norte, por causa da Zona Franca.

Mudanças no Código do Consumidor

Penas de advertência, sem prejuízo de sanções civil e penal, nos casos menos graves de infração do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Esta é a proposta do senador Júlio Campos (PFL-MT) para abrandar o artigo 56 do Código, que, atualmente, prevê, nos casos de reincidência, a interdição dos produtos de má qualidade.

Na defesa de seu projeto, o senador pefelista disse que a alteração "tem caráter educativo e preventivo e visa reduzir o efeito, às vezes desastroso, de ações puramente repressivas, apresentando como alternativa uma punição mais branda a ser adotada em situações menos graves".

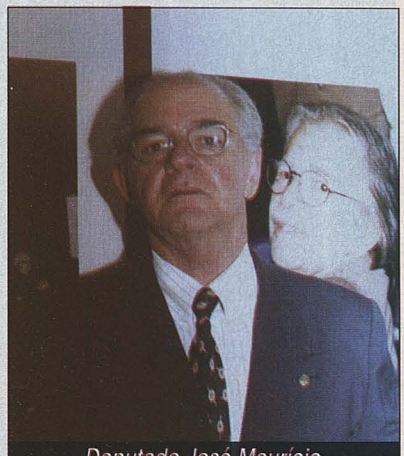
Deputado quer conhecer gastos com propaganda

Quanto o governo Fernando Henrique Cardoso gasta com propaganda? É esta a principal indagação feita pelo deputado pedetista José Maurício (PDT-RJ), em pedido de informações encaminhando ao Tribunal de Contas da União (TCU). No pedido, com base em denúncias feitas pela imprensa, José Maurício diz que até agora o Palácio do Planalto já liberou mais de R$ 500 milhões para a propaganda governamental e, por isso, quer saber quais os recursos previstos no Orçamento para publicidade oficial e quais os recursos gastos pelas empresas estatais para divulgar as obras do governo.

Na correspondência enviada ao TCU, o deputado pergunta se "é lícito ao governo tomar tantos recursos em sua própria propaganda, se alega não ter caixa para melhorar os serviços públicos dirigidos à população de baixa renda".

Entre outras questões, ele quer saber ainda quantas crianças poderiam estar freqüentando as escolas com este meio bilhão de reais gastos em publicidade, quantos pacientes poderiam ser atendidos em postos e hospitais públicos, quantas casas populares poderiam ser construídas e quantos postos de trabalho poderiam ser criados.

José Maurício classifica estes gastos de "derrama do dinheiro público", informando que os Estados Unidos, o país mais rico do Planeta, gastou, em 1996, incríveis US$ 670 com publicidade oficial, enquanto o Brasil, na mesma época, gastou US$ 475 milhões.



Deputado José Maurício

Incentivos para todos os microempresários

Em defesa dos pequenos e microempresários em geral, o deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), quer ampliar o alcance da Medida Provisória que cria o Fundo de Garantia para Promoção e Competitividade para pequenas e microempresas exportadoras.

"É um absurdo destinar recursos que, em dois anos, são estimados em R$ 2,8 bilhões, com juros em torno de 12,4% ao ano, apenas para pequenas empresas exportadoras, quando milhares de pequenos e microempresários do país estão vivendo uma situação de penúria, sem condição de produzir sequer para o mercado interno", disse Cavalcanti.

Índios e negros com direitos iguais

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) apresentou proposta de emenda à Constituição para garantir às comunidades oriundas dos quilombos os direitos assegurados às populações indígenas. A proposta altera os artigos 231 e 232 e deve assegurar aos remanescentes dos quilombos autorização para explorar e aproveitar os recursos hídricos, pesquisa e lavra dos minérios em suas terras. O texto constitucional apenas reconhece o direito dos remanescentes dos escravos às terras que ocupam. De acordo com a proposta do senador, a exploração dos recursos naturais dos quilombos deve se desenvolver "em condições específicas".

Senador Abdias Nascimento

O arquiteto Oscar Niemeyer, o presidente da Câmara, Michel Temer, e o governador de Brasília, Cristovam Buarque, em sessão solene na Câmara Federal

Niemeyer:
a total identificação com a terra e o povo

Michel Temer

A Câmara dos Deputados prestou expressiva homenagem a Oscar Niemeyer e comemorou o décimo aniversário do tombamento pela Unesco de Brasília como patrimônio da humanidade.

Publicamos a seguir o pronunciamento do presidente da Câmara, Michel Temer, na abertura da concorrida sessão solene de homenagem ao arquiteto.

"Esta sessão solene, de autoria do nobre deputado Ubiratan Aguiar, destina-se a homenagear o Sr. Arquiteto Oscar Niemeyer e os dez anos de tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Convido a compor a Mesa o nobre homenageado, Sr. Oscar Niemeyer, e o Sr. Cristóvam Buarque, governador do Distrito Federal.

Registro, com grande honra para esta Casa, a presença dos senhores Yacov Keinan, embaixador de Israel; Boguslaw Zakrzewski, embaixador da Polônia; Gonzalo Montenegro, embaixador da Bolívia; Jorge Hugo Vegas, embaixador da Argentina; Musa Amer Odeh, embaixador da Palestina; dos eminentes ministro Sepúlveda Pertence e Luciano Brandão Alves de Sousa; de familiares do Sr. Oscar Niemeyer, de Deputados e de Senadores.

Num primeiro instante, que se estenderá aos representantes dos partidos políticos e ao autor do requerimento para a realização desta sessão solene, esta Mesa quer, numa breve manifestação, dizer algumas palavras de homenagem ao eminente arquiteto Oscar Niemeyer e à Cidade de Brasília.

Entre os brasileiros que, pela dignidade humana e pelo gênio criativo,

simbolizarão em nossa história a relevância do século que vivemos, destaca-se, sem dúvida nenhuma, o arquiteto Oscar Niemeyer, que chega aos 90 anos de idade - e aos mais de 60 de realização profissional - não só como um dos valores máximos da arquitetura contemporânea, mas no pódio em que se acham os mestres da criação artística em todos os tempos. Grande, pois, é a honra desta Casa ao homenagear, nesta sessão solene, uma das expressões maiores da cultura brasileira e da arte mundial. Mais significativo se torna o louvor por celebrar, também, o décimo aniversário da elevação de Brasília à culminância de Patrimônio Cultural da Humanidade - pois que, em nenhuma outra cidade,se revela com tanto brilho e beleza o talento prodigioso de Niemeyer.

Da chamada Obra do Berço - com que se iniciou profissionalmente, em 1937 - ao Museu de Arte Contemporânea de Niterói, um dos seus mais novos trabalhos, a criação de Oscar Niemeyer impressiona pelo arrojo da idéia, encanta pela surpresa do novo, comove pela suavidade das linhas. Nela, percebe-se a brasilidade profunda de quem a consumou, a total identificação do artista com a terra em que nasceu, com o povo a que pertence. "Oscar, você tem as montanhas do Rio dentro dos olhos", disse-lhe, certa vez, Le Corbusier. Com toda razão: nas curvas concebidas por Niemeyer refletem-se a beleza admirável da mulher brasileira, o perfil sinuoso da paisagem carioca, os movimentos fascinantes dos passistas carnavalescos.

Assim, opondo a elipse à agudez do ângulo e fazendo leves as estruturas em que antes só se via o peso, Oscar Niemeyer se tornou, na feliz conceituação de Ferreira Gullar, o "poeta do concreto armado". "Suas formas curvas, livres - nota o arquiteto Ruy Ohtake - são uma expressão fiel da liberdade que o homem brasileiro traz dentro de si". No dizer do também arquiteto Edgar Graeff, "Oscar faz a arquitetura cantar". A tantos e tão justos elogios, some-se a verdadeira consagração que recebeu de André Malraux, para quem as colunas do Palácio da Alvorada são o monumento arquitetônico mais importante, desde as colunas gregas.

Não apenas o Alvorada, mas também - e para nós, especialmente - o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Itamaraty, o Panteão, a Catedral Metropolitana, o Teatro Nacional, o Memorial JK - entre muitos outros exemplos - são, mais que projetos, autênticas obras de arte; mais que obras de arte, deslumbrantes monumentos, a tornar mais rico e mais belo o cotidiano dos que temos o privilégio de viver e de trabalhar em Brasília. Na cidade que nasceu do sonho grandioso de Juscelino Kubitschek, ombreiam, com a arquitetura de Niemeyer, a revolucionária concepção urbana de Lúcio Costa, o cálculo perfeito de Joaquim Cardozo, o esplêndido paisagismo de Burle Marx, a escultura magistral de Bruno Giorgi e de Alfredo Ceschiatti, o talento superior de Athos Bulcão, a beleza em que se transformam a luz e o vidro de Mariane Peretti.

Tanto quanto a importância desses criadores, minhas senhoras, meus senhores, Srs. Parlamentares, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros, avulta, em Brasília, a epopéia dos milhares de brasileiros anônimos que a ergueram do nada; que, silenciosa e solidariamente, erigiram na vastidão do Planalto Central uma obra gigantesca que atravessará os séculos como prova da força, da criatividade, da obstinação e do gênio do nosso povo.

Em nome desse povo é que, nesta sessão solene, a Câmara dos Deputados, que tenho a honra de presidir, rende a mais justa homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, patrimônio da cultura brasileira e mestre da arquitetura mundial".

Tuma pede lei contra lavagem de dinheiro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) denunciou que grande parte dos 420 bilhões de dólares de dinheiro sujo, em circulação no mundo, busca legalização no mercado brasileiro, devido à inexistência de uma legislação apropriada contra o dinheiro proveniente do crime.

O senador apontou esta questão como um dos pontos de evasão fiscal e sugeriu que o país cuide de aperfeiçoar os mecanismos legais, para impedir que recursos de origem ilegal continuam aportando ao país em busca de legalização.

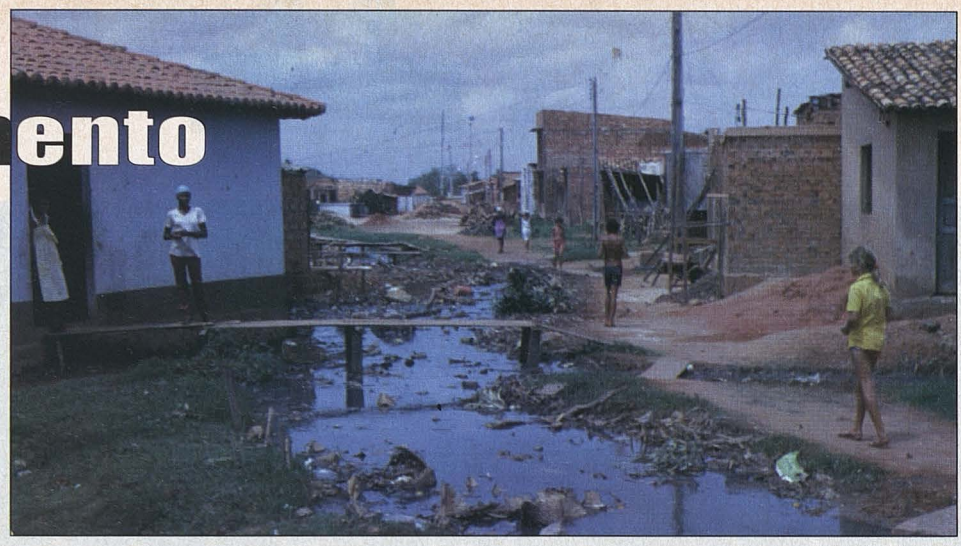
Amin se preocupa com capital volátil

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) perguntou aos ministros Pedro Malan e Antônio Kandir, em sessão do Congresso, quais as ações que poderiam evitar que as economias internacionais, e a brasileira em particular, ficassem "submetidas aos sobressaltos e prejuízos da atuação do capital especulativo".

Malan argumentou que o país se encontra "num processo crescente da melhoria da qualidade do capital que financia o déficit em conta corrente", com o ingresso de investimentos diretos de longo prazo.

Esperidião Amin acrescentou que o país pode atrair grande volume de investimentos produtivos com a privatização do setor de telecomunicações, reduzindo o efeito de possíveis ações dos especuladores.

Saneamento



A falta de políticas efetivas degrada a situação sanitária no país, aumentando a ocorrência de doenças

Especialistas, autoridades e setores interessados debateram, no Rio, em novembro, os graves problemas relacionados com o saneamento básico, uma questão social, sanitária e ambiental cada vez mais premente nas cidades brasileiras. Segundo Orlando Júnior, diretor nacional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), entidade organizadora do seminário, há falta de uma política geral para o setor, desde a extinção do Planasa no governo Collor. O Plano Nacional de Saneamento existiu de 1970 a 1991 e, no período, conseguiu ampliar de 60% a 86% a rede de água tratada no país, elevando ainda de 22% a 49% a rede de esgoto, uma expansão de 120% em duas décadas.

Segundo Orlando Jr., desde a extinção do Planasa "os investimentos passaram a ser feitos com pouca ou nenhuma estratégia, sem critérios, sem metas definidas", tornando a área de saneamento uma nau sem rumo hoje em dia. Não existe, por exemplo, lei federal que normatize uma política nacional de saneamento ambiental. "Isso dificulta a análise dos critérios que orientam a distribuição dos recursos federais, estaduais e municipais nos respectivos orçamentos. O resultado é a má aplicação dos investimentos realizados", reclama o diretor da Fase.

Dados do IBGE informam que 90% do lixo brasileiro ainda são jogados a céu aberto e 62,2% das residências urbanas e rurais não dispõem de serviços de esgotamento sanitário - o que significa o lançamento do esgoto em rios, canais e lagoas. Estes fatores de poluição e doenças prejudicam a maioria da população brasileira, particularmente nos grandes centros. Por isso, 65% das internações hospitalares decorrem de doenças provocadas pela precária rede de saneamento. E enquanto uma parte do governo diz que pensa em organizar o setor, outra parte planeja estimular estados e municípios a privatizar seus serviços de água e esgoto.

História operária

Em sessão solene na Câmara de Vereadores do Rio, no dia 28 de novembro, o antigo líder operário Clodesmidt Riani, agora com 77 anos, foi agraciado com a Medalha Pedro Ernesto - homenagem a um dos sindicalistas mais atuantes nos anos 50 e 60 e que foi igualmente destacado parlamentar, com três mandatos estaduais pelo PTB mineiro. De aprendiz de eletricista da Companhia Mineira de Eletricidade, em Juiz de Fora, em 1936, a líder sindical na cidade e mais tarde integrante do Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Clodesmidt Riani esteve ligado às lutas operárias no momento de mais intensos debates políticos do país. Um dos idealizadores e depois presidente do Comando Geral dos Trabalhadores, teve papel destacado na organização do comício de 13 de março de 1964, no Rio, quando o presidente João Goulart comunicou o envio das Reformas de Base ao Congresso Nacional.

Após o golpe de 64, Riani amargou condenações e prisões, a privação dos direitos políticos e a cassação de seu mandato parlamentar.

Agora, por iniciativa do vereador Lysâneas Maciel, Clodesmidt Riani recebeu uma homenagem por sua história, na Câmara carioca, em solenidade co-patrocinada pela Federação Nacional dos Urbanitários.

Solidariedade

O Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC) está em campanha financeira, correndo atrás de doações que permitam ampliar seu atendimento gratuito aos doentes. Funcionando há 29 anos, o IBCC - (011) 278-0222 - acaba de concluir uma nova ala de 3.000 m^2, com recursos de doações, segundo seu diretor de comunicação, Onésimo Affini Jr.

A guerra dos meninos

Sinal chocante da deterioração social provocada pela pobreza sem perspectivas, os menores abandonados e os infratores são uma questão a que a sociedade se recusa a responder.

No Rio, os menores infratores alojados na Escola João Luís Alves, na Ilha do Governador, fizeram no início de dezembro a 14ª rebelião do ano - uma a cada três semanas, em média. Ocorreram 400 fugas no ano, sempre há dezenas de feridos nas rebeliões e, na que se registrou em meados de novembro, um adolescente morreu com tiros na cabeça. A cada rebeião, constata-se superlotação do reformatório, enquanto a polícia garante que tem em mãos mandados para outras mil detenções de menores que estão se iniciando na criminalidade.

Tropas do Exército voltaram às ruas do Rio, para patrulha e busca em favelas. Segundo o Comando Militar do Leste, as operações visavam à recuperação de armas roubadas de soldados que faziam a vigilância em estações de trem. Traficantes de drogas estariam atuando livremente nessas estações. Na foto, soldados sobem a favela do Muquiço, na Zona Oeste carioca, em 27 de novembro

Justiça

Os problemas da Justiça são semelhantes em todo o mundo: recursos escassos, dificuldade de acesso da população ao sistema, desencontros com os poderes Legislativo e Executivo. O diagnóstico é do desembargador Felippe Augusto de Miranda Rosa, que falou no seminário "A administração da Justiça nas Américas no contexto da globalização", realizado no Rio, em novembro. Assim, no Brasil, a falta de recursos e o pequeno número de juízes são empecilhos a um maior dinamismo judiciário, mas, segundo o desembargador fluminense, apesar disso, a Justiça mantém sua independência, um atributo essencial a ser preservado. Miranda Rosa defendeu, igualmente, a independência do Ministério Público, para que direitos da cidadania e as liberdades sejam defendidas.

Já o desembargador Gama Malcher apontou a necessidade de mudanças e agilidade judiciária no mundo globalizado. À velocidade, característica da globalização, junta-se o crime nas transfronteiras e a criminalidade corporativa, que "afeta a economia, a indústria, a sociedade e o consumo, na qual a diferença entre o lícito e o ilícito é cada vez mais tênue. Na opinião de Gama Malcher, só uma Justiça rápida e independente pode fazer frente a esses crimes novos, "capazes de fragilizar nações inteiras". O desembargador destacou a importância do encontro de âmbito continental, pois os judiciários serão cada vez mais solicitados a decisões sobre questões que envolvem mais de um país.

Em 1º de dezembro, comemorou-se o 10º Dia Internacional pelos Doentes de Aids, para chamar a atenção à prevenção da doença e dar apoio aos atingidos pelo mal. No Brasil, são conhecidos 104 mil casos. Os interessados no tema estão preocupados com as manifestações do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, indicando a possibilidade de interromper o fornecimento gratuito de remédios aos contaminados. Na foto, estudantes em frente à Igreja da Sé (SP) se solidarizam com os doentes

Concentração de terra

O Censo Agropecuário do IBGE atualizou os dados do mundo rural do estado do Rio de Janeiro, divulgando agora os dados coletados no ano passado. Constatou que, em 25 anos, cresceu a concentração da propriedade de terras e reduziu-se a produção. Os minifúndios baixaram de 53,7% para 53% do total de empreendimentos rurais, espremendo-se não mais nos 5,2% do total de terras de 1970, mas agora em apenas 4,1%.

No outro extremo, os latifúndios acima de 1.000 hectares mantiveram o mesmo número (0,4%) e diminuíram pouco seu controle de terras, de 19,4% para 15,5%. Já as fazendas entre 100 e 1.000 hectares cresceram em número (de 8,1% para 9,3%) e na posse da terra, passando de 47,3% para 52,2%, mais da metade de toda a terra cultivável fluminense.

Quanto à produção agrícola, o arroz em casca caiu de 85,2 mil toneladas em 1985 para 17 mil toneladas em 1995; a cana, de 8 milhões de toneladas para 5,7 milhões; o feijão, de 9 mil para 4,6 mil toneladas; a mandioca, de 128 mil toneladas para apenas 40 mil; o milho, de 75 mil para 33 mil; o café de 17,2 mil para 9,3 mil toneladas; a banana de 28 milhões de cachos para 8 milhões. A laranja também caiu de 1,8 bilhão de frutos para 252 milhões de frutos. Em todos esses casos, houve redução acentuada de produtividade e da área plantada. Em alguns casos beirando 80%. Só houve crescimento de produção no tomate, de 83,2 mil toneladas para 99,6 mil toneladas, com expansão da área plantada de 4,5 mil hectares para 5,8 mil hectares.

Com a generalizada queda da produção e redução da área cultivada, o desemprego atingiu praticamente metade do pessoal ocupado na lavoura fluminense nos últimos dez anos: de 321,9 mil trabalhadores em 1985 para apenas 174,2 mil em 1995.

Cansados de esperar

O mês de dezembro começou com a ocorrência de confrontos envolvendo os trabalhadores rurais sem terra. No Ceará, dois mil lavradores do interior, que faziam protesto em frente à Assembléia Legislativa, em Fortaleza, foram atacados pela tropa de choque da Polícia Militar, quando uma delegação pretendia entrar na casa legislativa para apresentar suas queixas. Os manifestantes, entre os quais centenas de lavradores que já foram assentados, estavam cobrando o prometido auxílio para que pudessem dar início às plantações: abertura de poços, projetos de irrigação, programas educacionais e técnicos e um pequeno financiamento para o plantio de 1998. " As autoridades sabem prometer, mas não sabem cumprir", queixou-se o padre Lino Allegri, da Arquidiocese de Fortaleza. Em Brasília, também para cobrar promessas não cumpridas, sem-terras invadiram o gabinete do ministro Raul Jungmann, da Reforma Agrária.

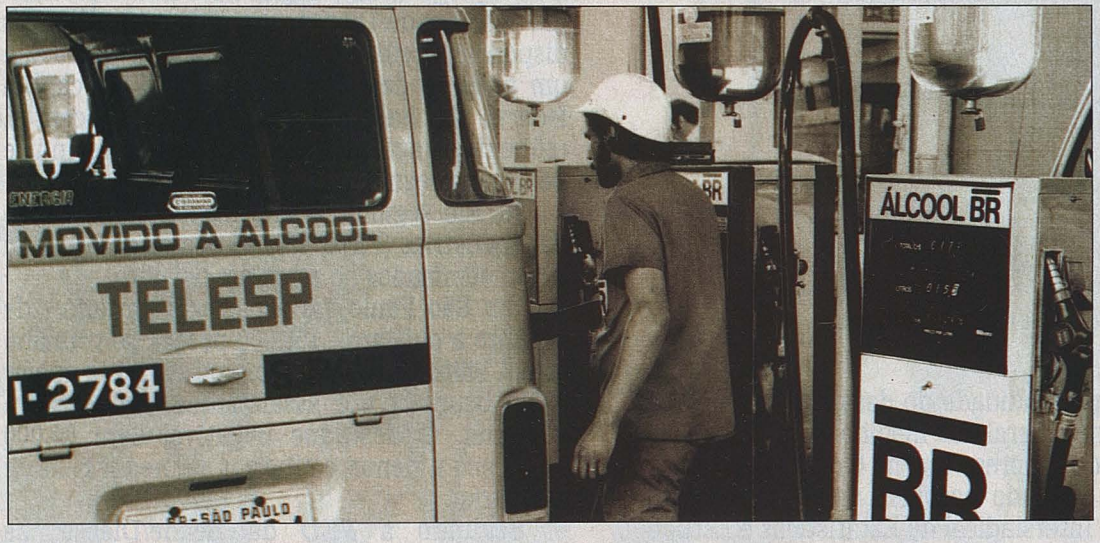
Em 26 de novembro, foi aberto o cofre de Albert Blume, suspeito de ser agente de Hitler e de ter guardado valores roubados de judeus mortos pelos nazistas. Blume chegou ao Brasil em 1938, falecendo em São Paulo em 1983, depois de 45 anos de uma vida de pobre no país. No cofre de uma agência paulista do Banco do Brasil, deixou fortuna avaliada em US$ 4 milhões (ouro, pedras, jóias, moedas) e documentos. Estes serão agora traduzidos sob a responsabilidade da comissão criada pelo governo federal para examinar o assunto.
Na foto, o rabino Henry Sobel, (centro) e José Gregori (à esq. de Sobel), secretário Nacional de Direitos Humanos.

Combustível verde

O Programa Nacional do Álcool foi tema de um dia de debates, em novembro, numa promoção do Instituto de Engenharia de São Paulo. Segundo os organizadores, o Proalcool corre risco de desmantelamento, afetando todo o setor sucroalcooleiro, apesar do discurso favorável do governo.

O Programa do Álcool demonstrou sua importância, nestes 20 anos de operação, mas os especialistas no assunto reclamam da falta de interesse do governo em aperfeiçoar a estrutura de funcionamento desse setor econômico que tem várias implicações estratégicas. Hoje se produzem 14,3 bilhões de litros de álcool por ano no país, o que permite a substituição de 220 mil barris diários de petróleo e garante a manutenção de 770 mil empregos rurais. Em debate anterior, promovido cinco anos atrás, o Instituto de Engenharia chegou a encaminhar as conclusões para melhoria do programa. "Verifica-se atualmente, quase no final de 1997, que nenhuma providência efetiva foi realmente tomada e que, na prática, apesar do discurso favorável ao Programa do atual governo, a situação nessa área retrocedeu a ponto de comprometer a continuidade do Proalcool e, por conseqüência, de todo o setor sucroalcooleiro nacional".

A variada importância do álcool combustível - econômica, estratégica, tecnológica e ambiental - tem sido destacada ao longo do tempo.



Os produtores reclamam da pouca atenção dada ao Programa do Álcool, apesar dos discursos de apoio, e chamam a atenção para a importância do tema para a economia nacional

Nem tudo está perdido

O brasileiro comum é solidário e honesto, segundo teste promovido por Seleções do Reader's Digest em dez cidades. Carteiras com R$ 51 e cartões foram largadas em diversos locais.

As carteiras foram devolvidas em 60% dos casos, índice que superou a média européia de 58% e a asiática, de 57%. Mas ficou abaixo da norte-americana e canadense, respectivamente 67% e 64%.

Segundo os organizadores, o teste permitiu medir a reação desses brasileiros comuns (donas de casa, trabalhadores, aposentados, estudantes) ante um dilema ético, numa conjuntura economicamente desfavorável.

A campeã da honestidade foi Ribeirão Preto, em São Paulo, onde todas as dez carteiras perdidas foram devolvidas intactas. Em segundo lugar ficou Manaus, freqüentemente mal afamada por espertezas que rondam a Zona Franca, mas neste caso se saiu muito bem, com o índice de 80%.

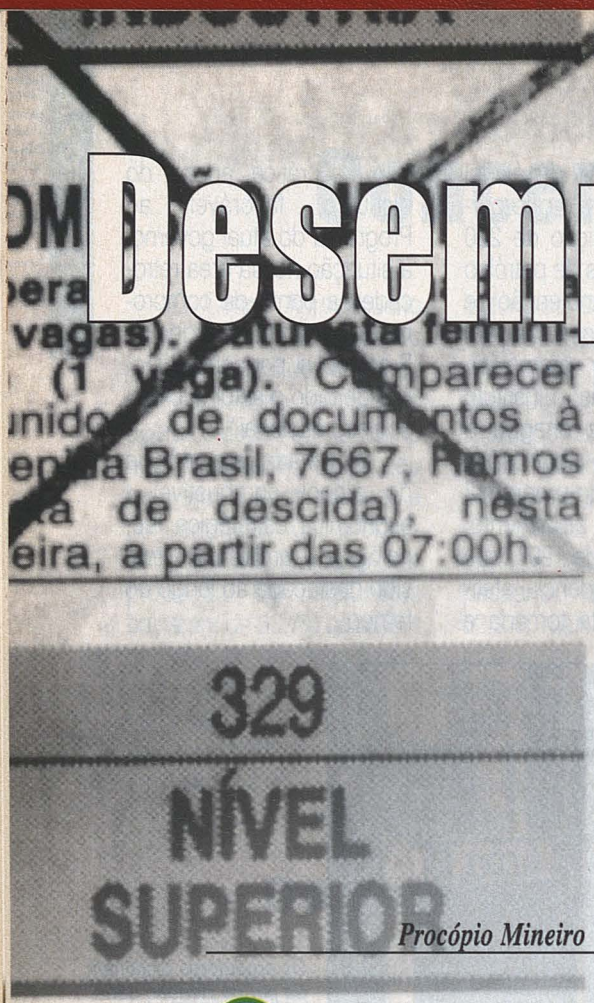
São Paulo alcançou o índice de 70% (acima de Los Angeles, Paris e Seul), enquanto o Rio, com 60%, ficou acima de Lisboa, Atlanta, Las Vegas e Bangcoc.

Búzios, balneário fluminense famoso internacionalmente, e Salvador foram os lanterninhas da corrida ética: somente 40% das carteiras foram devolvidas.

Mesmo assim, ficaram na frente da asséptica Lausanne, na rica Suíça, onde só houve 20% de devoluções. Em Brasília, Ouro Preto e Blumenau, a marca da honestidade ficou no meio do caminho: 50%.

Conclusão da pesquisa: a formação familiar e educacional ainda transmite ao brasileiro um senso ético apreciável.

Desemprego avança



Procópio Mineiro

A profundidade do desajuste do modelo neoliberal foi medida pelo índice de desemprego real na Grande São Paulo. Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Sócio-Econômicos (Dieese) e da Fundação Seade, 16,5% dos trabalhadores paulistas estavam na rua da amargura em outubro: 1 milhão 428 mil pessoas (num universo de mão-de-obra de 7.227.000 pessoas), o maior nível de desemprego desde 1985. Não se trata de um pico aleatório, mas de uma tendência constante, pois já em setembro o índice alcançara 16,3% e desde março se mantém acima de 15%. Foram perdidos 158 mil postos de trabalho no mês, somente no ramo industrial.

É preciso registrar, ainda, que a pesquisa não pôde captar os efeitos da crise das bolsas, que começa a afetar o mercado de trabalho brasileiro, através das dificuldades impostas à produção pelo pacote fiscal e pela elevação dos juros. Com a expectativa de desaquecimento da economia, técnicos do Dieese e da Fundação Seade prevêem que o primeiro trimestre de 1998 poderá apresentar cores ainda mais sombrias de desemprego.

O ex-ministro do Trabalho e atual secretário de Trabalho de São Paulo, Walter Barelli, chega mesmo a prever que a taxa de desemprego alcance os 22,5% no início de 1998, já como decorrência da recessão promovida pelo pacote fiscal baixado pelo governo.

Em Brasília, onde a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) segue a mesma metodologia da Seade/Dieese, os últimos números disponíveis, referentes a setembro, já indicavam um nível de desocupação de 18,5% na capital federal. Em Salvador, os dados mais recentes, referentes a agosto último, indicavam um índice de desemprego de 22%.

No Rio, segundo levantamento da Federação das Indústrias (Firjan), 3.040 postos de trabalho foram eliminados no setor, em outubro.

Em São Paulo, no espaço de um ano - de outubro a outubro - 158.000 postos de trabalho foram eliminados no setor industrial, a maior parte ocupada por assalariados com carteira assinada. O destaque negativo, com 64.000 empregos a menos, coube aos setores têxtil e de vestuário.

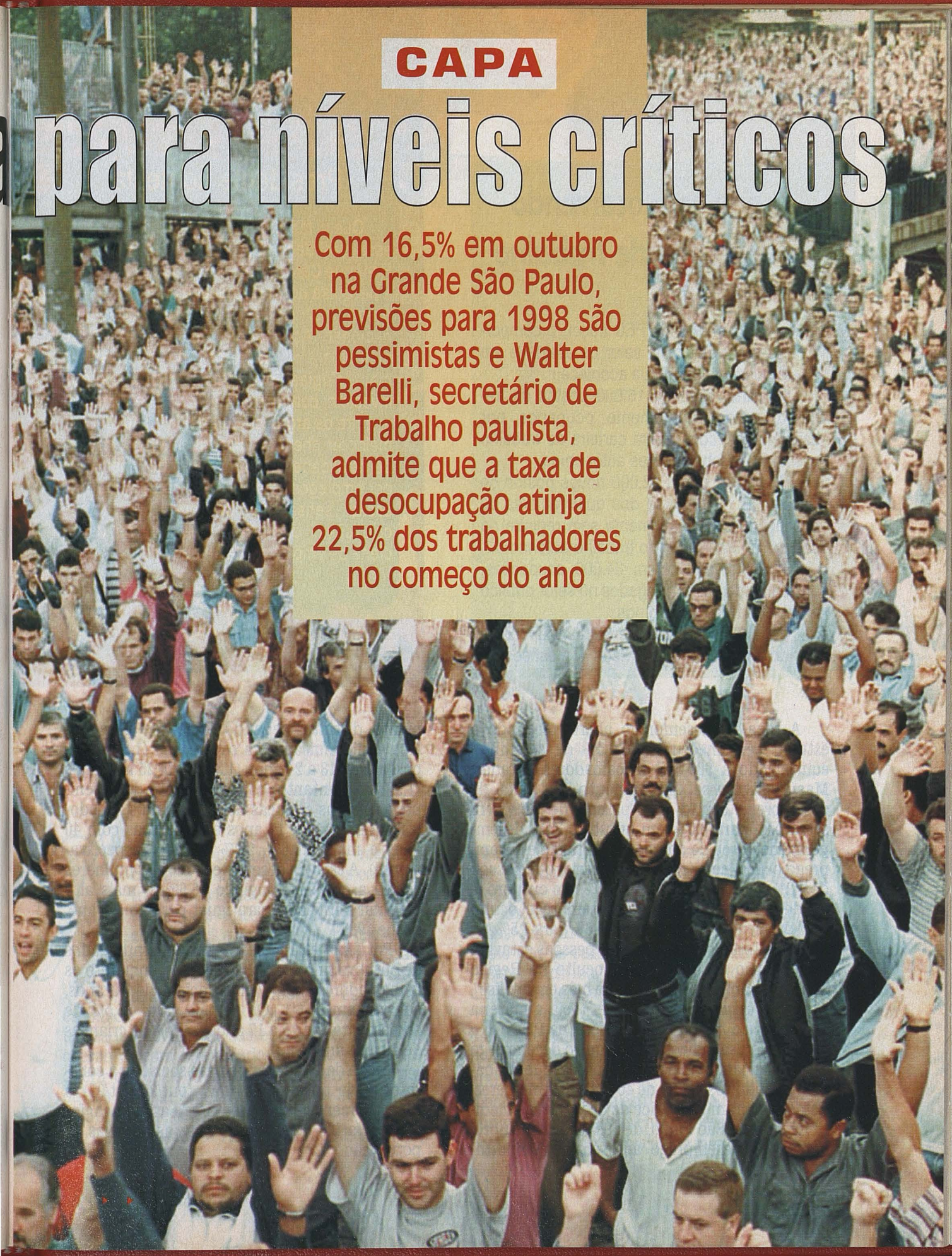
Segundo a PED da Seade/Dieese, os números de outubro marcaram um novo recorde de desemprego na área mais industrializada do Brasil, desde que o levantamento foi iniciado em 1985. Mas, com um aumento relativamente pequeno de apenas 0,2% em relação aos percentuais do mês anterior, setembro, passando de 16,3% para 16,5%. "A relativa estabilidade do nível de ocupação foi resultado da elevação do emprego nas atividades comerciais (3,5%) e da eliminação de postos de trabalho na indústria e nos serviços (1,1% e 0,9%, respectivamente)", analisa o estudo.

Efeitos do pacote econômico: operários do ABC paulista recusam proposta de montadora de automóvel, que propôs trocar estabilidade incerta no emprego para 10 mil trabalhadores por redução de jornada e correspondente diminuição salarial

CAPA

a para níveis críticos

Com 16,5% em outubro na Grande São Paulo, previsões para 1998 são pessimistas e Walter Barelli, secretário de Trabalho paulista, admite que a taxa de desocupação atinja 22,5% dos trabalhadores no começo do ano



O que está ocorrendo no mercado de trabalho

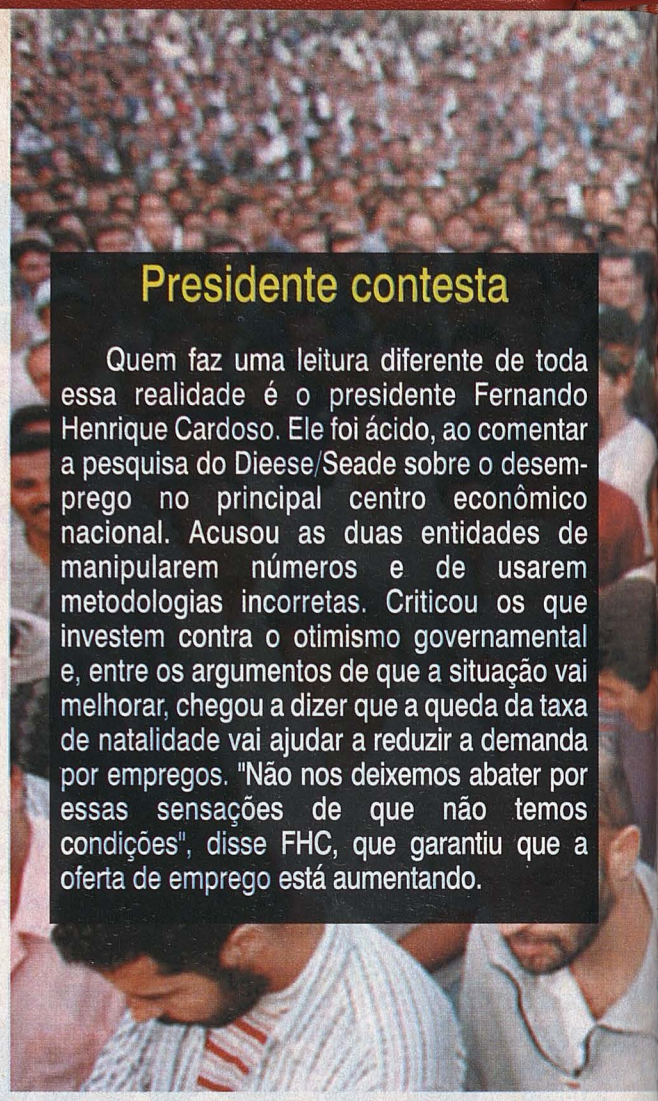
O levantamento da PED traçou o comportamento de cada setor de atividade em outubro. Veja o que aconteceu:

Indústria: eliminou 16.000 postos de trabalho, predominantemente ocupados por assalariados, com e sem carteira de trabalho assinada, e trabalhadores autônomos.

Comércio: gerou 42.000 novos postos de trabalho, a maior parte dos quais através da expansão do assalariamento sem registro na carteira de trabalho e do trabalho autônomo.

Serviços: eliminaram 34.000 ocupações, basicamente por empregados no setor público e trabalhadores autônomos.

Outros: decréscimo de 2.000 ocupações, devido à redução nos serviços domésticos.



Presidente contesta

Quem faz uma leitura diferente de toda essa realidade é o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele foi ácido, ao comentar a pesquisa do Dieese/Seade sobre o desemprego no principal centro econômico nacional. Acusou as duas entidades de manipularem números e de usarem metodologias incorretas. Criticou os que investem contra o otimismo governamental e, entre os argumentos de que a situação vai melhorar, chegou a dizer que a queda da taxa de natalidade vai ajudar a reduzir a demanda por empregos. "Não nos deixemos abater por essas sensações de que não temos condições", disse FHC, que garantiu que a oferta de emprego está aumentando.

A taxa de desemprego aberto, segundo o estudo, permaneceu nos 10,5% de setembro, equivalendo a 909 mil trabalhadores parados. Mas registrou-se um aumento "na taxa de desemprego oculto, que passou de 5,8%, em setembro, para 6,0%, em outubro. Este desempenho decorreu da ampliação da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário, que passou de 4,2%, em setembro, para 4,4%, em outubro, e do decréscimo da taxa de desemprego oculto pelo desalento, que passou de 1,6% para 1,5%, no período. Estima-se que 519.000 pessoas estavam em situação de desemprego oculto na Região Metropolitana de São Paulo, no mês em análise", explica o estudo Seade/Dieese. (Veja a matéria que explica a metodologia seguida na PED.)

A pesquisa indicou, ainda, que o desemprego está alcançando mais os menores que trabalham, os adultos acima de 40 anos e as mulheres. Estas atingiram um índice de desemprego inédito na Grande São Paulo, de 18,6%: "Em outubro, a taxa de desemprego apresentou comportamento distinto, segundo atributos pessoais. Houve diminuição para os homens (1,3%) e as pessoas de 18 a 24 anos (1,3%) e de 25 a 39 anos (1,5%). No entanto, houve aumento de desemprego para as crianças de 10 a 14 anos, os adolescentes de 15 a 17 anos e as pessoas com 40 anos e mais (10,6%, 5,8% e 5,2%, respectivamente). A taxa de desemprego para as mulheres voltou a crescer, atingindo 18,6%, o mais alto patamar verificado para igual período do ano, desde 1985".

Por faixa etária, 62,1% dos desempregados de outubro tinham de 18 a 39 anos, enquanto os trabalhadores mais velhos, acima de 40 anos, constituíam 18,6%. Os demais eram 15,5% de adolescentes de 15 a 17 anos, e 3,9% de crianças de 10 a 14 anos.

Outro dado de grande peso social foi a constatação de que em um ano (out/96-out/97) o maior percentual de desemprego atingiu chefes de família (20,7%), consideradas as parcelas da população.

Metodologia mais detalhada capta situações reais

A Pesquisa da Seade/Dieese busca refletir as peculiaridades brasileiras, fugindo às limitações de métodos criados para outras realidades

Ao explicar os princípios que regem a captação e análise dos dados com que trabalha, o Seade/Dieese considera que "cada país apresenta traços sociais, econômicos e institucionais que o diferenciam dos demais. Por essa razão, quando se pretende descrever a situação vigente, o método estatístico escolhido para captar as informações a serem utilizadas deve estar sustentado em definições coerentes com a realidade do país, que podem diferir daquelas utilizadas como parâmetro por outros países", segundo definem as instituições na apresentação do trabalho.

Realizada desde 1984 na Grande São Paulo, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) "é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente" pela Fundação Seade e o Dieese. Já existe também em outras regiões metropolitanas, em parceria com órgãos públicos locais, como são os casos do Distrito Federal e Porto Alegre, Curitiba, Salvador e Belo Horizonte, além de Belém, onde está sendo retomada.

"A elaboração da metodologia da PED pretendeu dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado, etc.)".

Taxas de Desemprego Total (%) Regiões Metropolitanas (1996-97)

	Ago/96	Set/96	Jun/97	Jul/97	Ago/97	Set/97
Distrito Federal	17,5	16,5	17,7	17,9	18,0	18,2
Belo Horizonte	13,7	12,8	13,8	13,6	13,8	(1)
Curitiba	13,5	13,4	14,6	14,5	14,7	(1)
Porto Alegre	13,0	12,9	14,2	14,2	14,2	13,1
Salvador	(1)	(1)	22,0	21,9	22,0	(1)
São Paulo	15,5	14,8	16,0	15,7	15,9	16,3

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE; FEE-FGTAS-SINE/RS; IPARDES-SETA-SINE/PR-COPEL; CODEPLAN/GDF-STb/GDF; CEI/FJP-SETAS-SINE/MG; SEI/SETRAS/UFBA
(1) - Dados não disponíveis

Entre as particularidades de nosso mercado de trabalho, a Seade/Dieese destaca que "apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho. No entanto, a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas".

Além disso, "o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos".

As instituições consideram que o trabalhador desempregado brasileiro tem pouco amparo e somente um número limitado pode beneficiar-se do seguro-desemprego.

Reafirmando a posição governamental, o Ministro Paulo Paiva, do Trabalho, disse no início de dezembro desconhecer qualquer tendência para expansão do desemprego no país

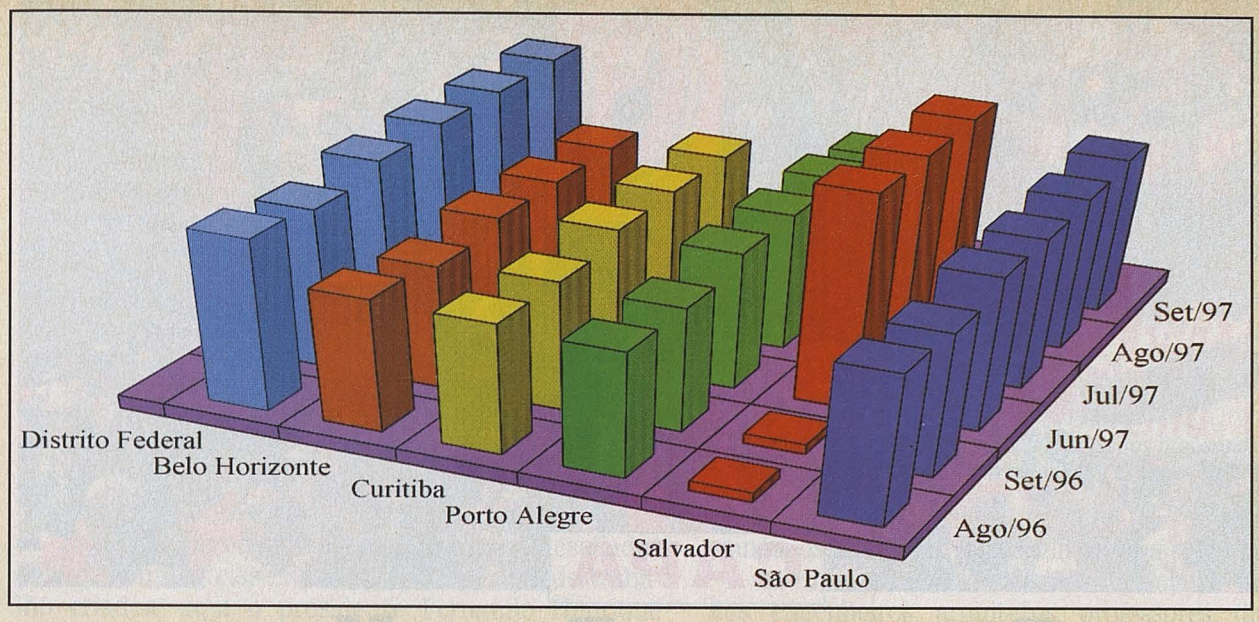
Outro aspecto apontado é de que as regras no país se referem ao trabalhador individualmente, "inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão-de-obra".

"Como conseqüência dessas características, a dinâmica desse mercado de trabalho não é suficientemente captada, se adotadas as noções usuais de emprego - exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista - e desemprego - ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar. Ou seja, a dicotomia emprego/desemprego aberto é insuficiente para descrevê-lo", explicam as instituições envolvidas na PED.

"Diante do movimento de precarização do mercado de trabalho brasileiro observado no período recente, a maior amplitude metodológica da PED tem se mostrado bastante adequada à captação das mudanças em curso. Ademais, as agências que analisam o mercado de trabalho de outros países têm sugerido a reformulação das pesquisas sobre o tema, demandando alterações em muitos casos similares às promovidas pela PED".

A metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Seade/Dieese pode ser entendida, em toda sua abrangência, por nove exemplos, que descrevem as diversas situações a que pode ser levado um trabalhador.

"1. Pedro trabalhou, durante três anos, em uma montadora de caminhões que foi transferida para outra cidade. Como ele perdeu seu emprego,



dedicou seu tempo apenas à procura de novo trabaho. Ele está em desemprego aberto.

2. Alexandre foi demitido da revendedora de veículos onde trabalhava e procurou nova colocação no último mês, respondendo a anúncios e a indicações de colegas. Na última semana, no entanto, não procurou trabalho porque estava muito resfriado. Ele está em desemprego aberto.

3. Carmem trabalhou durante quatro anos em uma indústria de tintas, no controle de qualidade. Há seis meses, foi demitida e vem procurando emprego. Como o seguro desemprego já terminou, aceitou costurar o uniforme do filho da vizinha, em troca de remuneração. Ela está em desemprego oculto pelo trabalho precário.

4. Maria da Graça trabalhou oito anos, como auxiliar de costureira, em uma confecção, que fechou no ano passado e ela procurou novo emprego por oito meses. Como no momento não há, na cidade em que mora, trabalho disponível, desistiu de procurar no mês passado, Ela está em desemprego oculto pelo desalento.

5. Iara trabalha como secretária há doze anos, em uma empresa do ramo de saúde, com carteira de trabalho assinada. Por uma jornada diária de pelo menos 8 horas, recebe R$ 700,00 mais as horas extras. Ela é ocupada.

6. João é motorista de táxi. Não tem jornada pré-definida, pois o número de horas que trabalha depende da existência de passageiros. Na última semana, só trabalhou um dia porque seu carro quebrou. Ele está ocupado.

7. Dulce é caixa concursada no Banco do Brasil, com salário de R$ 1.000,00. Na última semana, trabalhou 6 horas diárias e fez uma entrevista em um banco privado. Apesar de ter procurado outro trabalho, ela é ocupada.

8. Rafael estuda engenharia em período integral. No último final de semana, digitou trabalhos para dois colegas, para complementar sua mesada. Por ser um trabalho excepcional, ele é classificado como inativo.

9. Flávio foi gerente de uma sapataria durante 35 anos e aposentou-se há dois meses. Não pretende obter novo posto de trabalho para dedicar-se ao dominó, seu passatempo favorito. Ele é classificado como inativo."

Em mais uma diferença com a metodologia adotada pelo IBGE, a pesquisa Seade/Dieese levanta a situação de trabalho da pessoa nos últimos 30 dias antes da entrevista.

"Adota-se como período de procura atual por trabalho os trinta dias anteriores à data da entrevista. A ampliação de sete para trinta dias do período de referência para a procura justifica-se pelas interrupções que podem ocorrer nas tentativas individuais de obter novo posto de trabalho, por espera de resposta para uma busca anterior de trabalho, doença ou falta de recursos; a procura no período de trinta dias também é utilizado pelos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, etc; no México e Chile, adotam-se dois meses e, na Costa Rica, cinco semanas como período de referência", conclui o estudo metodológico da PED da Seade/Dieese.

CAPA

Europa e Brasil:

duas visões de um drama social

Enquanto nos países da União Européia se luta contra a desocupação, aqui se festeja o corte de empregos

Neiva Moreira

Acontecimentos de grande importância política ocorreram na Europa, nos últimos meses. Especialmente o fim de complexas negociações que culminaram em um vasto programa de emprego nos quinze países que subscreveram o tratado. O nível de desemprego no continente europeu, por culpa da predominância até alguns meses atrás de governos neoliberais, era altamente preocupante. Cerca de 16 milhões de trabalhadores estavam desocupados, com graves repercussões econômicas e sociais.

O programa elaborado pelos países da União Européia destina-se a dar emprego ou formação profissional aos jovens, desempregados há seis meses, ou a trabalhadores desocupados há mais de um ano.

Assinale-se que, desde já, imensos projetos de acesso ao conhecimento tecnológico e reciclagem estarão em execução, sempre financiados pelos governos participantes, com o apoio de empresas privadas, abrindo possibilidades de trabalho a centenas de milhares de trabalhadores.

Só dois países da União Européia, onde o modelo econômico neoliberal é o mais ortodoxo, a Espanha e a Alemanha, resistiram à iniciativa européia, sobretudo ao prazo estipulado para que o programa esteja concluído e os desempregados tenham alcançado nova oportunidade. Na Espanha, o nível de desemprego é de 19%, o mais alto da Europa.

Os governos alemão e espanhol têm grandes reservas a esse audacioso projeto que, em essência, é admitir a falência do modelo neoliberal vigente nos seus países. A ruptura desse modelo na Europa começou com a vitória dos socialistas na França e dos trabalhistas na Inglaterra.

No seu programa Transformaremos o Futuro, com o qual ganhou as eleições, o Partido Socialista francês inseriu este compromisso: "Sem aumentar nossas despesas públicas, o objetivo do governo é criar 700 mil empregos para os jovens, por meio do setor público e do setor privado. Estes verdadeiros empregos, pagos com salários verdadeiros, serão a primeira etapa na vida profissional. Todos os exemplos históricos indicam que somente um engajamento do poder público pode colocar abaixo o desemprego em massa."

De fato, a partir de outubro, o desemprego entre os jovens franceses de menos de 25 anos começou a cair e a tendência atual é nessa direção. A essa firme posição

contra o desemprego deve-se, em grande parte, a popularidade dos dois governos. Na França, Lionel Jospin superou os 60% de apoio ao seu governo, uma marca histórica. Ao mesmo tempo, desaba o prestígio do governo de Helmut Kohl, na Alemanha.

Comemoração indigna

Enquanto países europeus assumem tão pesadas responsabilidades para conter ou mesmo eliminar a desocupação, no Brasil cortar empregos é uma permanente preocupação do governo. Preocupação verdadeiramente obsessiva.

No momento em que, em tantas nações desafiadas pelo desemprego, se comemoram os postos de trabalho criados, aqui o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Administração, Bresser Pereira, deputados da maioria governamental e a insensível equipe econômica do governo comemoraram pelos empregos cortados.

Basta ler ou ouvir as declarações com que esses senhores se referem a medidas aprovando demissões em massa. Foi no mínimo lamentável o episódio recente de comemoração pela aprovação, na Câmara, da etapa final da Reforma Administrativa. Festejar a queda da estabilidade e outras justas e corretas conquistas do funcionalismo é um ato de crueldade. O conjunto de medidas contra os servidores públicos põe na linha de risco da demissão mais de um milhão de funcionários, entre os quais perto de 300 mil das prefeituras.

Esse sinistro plano nada tem a ver com a estabilidade econômica e, se o tivesse, perguntaríamos: pode o povo pagar esse resultado à custa do desemprego e da fome?

A crise do modelo

Não podemos responsabilizar o atual governo pelo que ocorre na Ásia, no México ou mesmo na Argentina. O fenômeno é mais amplo. É a crise do modelo neoliberal que, tudo indica, apenas está começando.

Mas não podemos eximir o presidente Fernando Henrique - que, pelos seus conhecimentos teóricos, tem a obrigação de entender o problema - da responsabilidade de enfeudar o nosso país a esse modelo em falência no mundo e do qual muitas nações procuram afastar-se.

Os remédios com os quais se procura deter a crise são os mais ortodoxos, uma receita acabada do Fundo Monetário Internacional, que, na opinião de analistas conhecedores do problema, só implica maior sacrifício para o povo. Por esse caminho não se encontrará solução para a gravíssima situação a que fomos lançados.

Durante algum tempo, a classe média contemplou, do alto de sua aparente incolumidade, o vendaval que

Para protestar contra sucessivas demissões provocadas pelo pacote, metalúrgicos saíram às ruas de S. Paulo, em novembro

atingia os excluídos. Agora, ela própria está em causa.

As ruas das nossas cidades estão cheias de médicos, engenheiros, arquitetos, professores, dirigindo carros de aluguel para sobreviver, demonstrando que a crise não ocorre apenas entre trabalhadores de baixa renda, senão no conjunto da sociedade brasileira. Aqueles profissionais são igualmente testemunhas da crise e do sufoco econômico e já engrossam as manifestações dos que protestam.

No seu magistral livro sobre o *Horror Econômico*, de decisiva influência na Europa, lançado às vésperas das eleições francesas, a escritora Viviane Forrester escreve: "O discurso econômico (dos que agem, mas não enunciam) vai nessa direção: as massas aqui são vagas abstrações e ninguém se preocupa com disparidades, a não ser para puxar para baixo as pequenas conquistas dos elementos mais frágeis, logo excluídos, ou incluídos muito antes na privação".

Não estaria aqui um fiel retrato ou um resumo perfeito dos discursos e das entrevistas do presidente da República, caçando servidores públicos, aposentados e candidatos ao salário mínimo, para enquadrá-los como privilegiados?

A votação na Câmara do ato do Executivo recebida como a "medida provisória dos velhinhos" foi um grande absurdo. Verificando que setores importantes da base governista se juntaram à oposição para recusar apoio à MP, líderes da maioria recorreram a expedientes autoritários para impedir a votação e deixar o problema ao arbítrio do Executivo. Iniciativas de partidos e parlamentares estão em curso no Supremo Tribunal Federal tentando impedir essa violência contra os velhos e deficientes.

Apesar da luta da oposição e das vozes isoladas da própria maioria que se levantam no Congresso, em cada votação, o bloco governamental ainda não mediu as suas responsabilidades nesse massacre econômico do governo à nossa gente, fundamentalmente aos excluídos, e age totalmente à margem dos seus sofrimentos e angústias.

CAPA

Remendos do pacote não afastam temores

Mudanças levam Congresso a aprovar medidas, mas setores políticos e econômicos temem conseqüências da recessão

O pacote fiscal de 10 de novembro, com suas 51 medidas de restrições de gastos e de aumento da arrecadação em cerca de 20 bilhões de reais, passou 15 dias engasgando o país e despertou até mesmo inesperadas oposições, como a de Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), presidente do Senado, que não fugiu a seu estilo direto-ao-fígado, ao criticar o governo, do qual é um sustentáculo. Condenou a auto-suficiência da equipe econômica, que lançou o pacote sem submetê-lo a qualquer discussão política, o que atingiu de imediato a popularidade do governo. A queda de popularidade do presidente Fernando Henrique conheceu níveis inéditos, nos dias seguintes ao pacote, levando os aliados, pela primeira vez, a duvidar da viabilidade da reeleição.

Segundo pesquisa da Folha de São Paulo, o pacote foi rejeitado por 53% dos paulistanos e 52% consideraram que o governo tinha meios de prever a crise e tomar medidas antecipadas, numa implicítia concordância com teses oposicionistas que apontam os riscos a que a equipe econômica submete o país com suas fórmulas neoliberais. A popularidade (conceito ótimo/bom) do presidente Fernando Henrique Cardoso - que era de 68% no início do governo e de 56% em fevereiro último, baixou a apenas 27% após o pacote. O conceito regular, que era de 20% no início do governo, subiu para 43%, e o ruim/péssimo, que era de 6% no início do governo, chegou a 29%. Somente 10% acreditam que a popularidade de FHC aumentará com o pacote, enquanto 23% calculam que ficará como está, mas 63% acham que vai cair mais.

A decepção provocada pelas medidas anunciadas ficou patente, ainda, pela expectativa da população em relação ao quadro econômico de 1998. Só 20% dos pesquisados confiam em melhoria, enquanto 29% acham que fica como está. Mas, 48% temem o agravamento da situação.

Um dia após lançar o que alguns apelideram de Real II, sem imaginar a força dos protestos que teria pela frente nas semanas seguintes e fazendo propaganda do próprio ato, FHC agradecia a "surpreendente compreensão" do população e considerava "muito pouquinho" o que cada um teria que dar para formar o bolo fiscal de 20 bilhões. Dizia ainda não ter sentido qualquer repercussão negativa na opinião pública.

Se os números citados acima já expressavam a rejeição da opinião pública, outras opiniões especializadas apontavam defeitos vários no plano de reajuste do Real.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), de S. Paulo, classificava as medidas de recessivas, ecoando várias outras opiniões, de economistas a empresários, líderes sindicais e políticos.

Eugênio Staub, presidente da entidade, apontava a necessidade de se restruturar o setor exportador, bastante abandonado por um governo, cuja política comercial considera inofensivo importar mais que exportar e cultivar crescentes e persistentes déficits, como tem repetido seguidamente Gustavo Franco, presidente do Banco Central.

Staub aconselhou, como medida anti-recessiva, um plano de estímulo às exportações e aos setores agrícola e de construção civil.

O setor industrial e comercial passou a trabalhar com a expectativa de um quadro de queda de produção e de consumo em 1998.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) previu o aumento do desemprego, como decorrência do quadro recessivo a ser provocado pela maior carga fiscal e pela elevação dos juros. Aponta, como deficiência na estratégia do pacote, o objetivo básico de se alcançar apenas o financiamento do déficit em conta corrente, quando se deveria buscar aumentar a competitividade da economia em geral, com outro tipo de providências.

A CNI expressou, ainda, uma dúvida que percorreu outras cabeças: metade do bolo seria formado por providências no âmbito da própria administração pública. E várias das medidas anunciadas, segundo o relatório da CNI, já integraram pacotes anteriores sem terem sido postas em prática.

Assim, a expectativa seria a de que só viessem a valer, efetivamente, a extração fiscal dos 50% do bolo de responsabilidade do contribuinte comum - empresas e pessoas físicas. Sem garantia de que o trem entrará nos trilhos.

A dúvida tem procedência, pois o abalo provocado pela crise das bolsas poderá ter repetição nos próximos meses. O chamado ataque especulativo contra o real são favas contadas em 1998, segundo declarou à imprensa o economista-chefe do ING Barings, Arturo Porzecanski.

Ele não falou mal do pacote, mas calcula para meados do ano, o mais tardar, "um novo teste" para a política cambial, devido ao grande déficit em conta corrente, ao déficit público e sobrevalorização da moeda.

Na avaliação do financista, depois do peso colombiano, o real é a moeda em posição mais frágil da região. E apontou um motivo forte: a dívida de curto prazo do Brasil alcança 60 bilhões de dólares neste final de ano, hoje uma quantia maior que as reservas que sobraram depois do abalo de fins de outubro e começo de novembro.

Menos pessimista, Paulo Leme, vice-presidente do banco de investimentos Goldman Sachs, elogiou a extensão do pacote, que considerou capaz de salvar o real, mas previu recessão até o último trimestre de 1998 e um crescimento anual do PIB de apenas 0,5%.

As pressões acabaram surtindo efeito e o governo recuou em alguns itens, o que levou ACM a garantir que o pacote reformado não encontrará dificuldades. "Agora não vejo problemas para a aprovação do pacote fiscal", disse o presidente do Senado, no final de novembro, quatro dias antes da aprovação formal pelo Congresso.

As mudanças aceitas pelo governo por força da mini-rebelião de sua base parlamentar - apesar do apoio fechado do PSDB - aliviaram principalmente o contribuinte, com uma nova distribuição do peso no Imposto de Renda (antes com aumento linear de 10% e limitação de deduções), e os incentivos a investimentos em regiões de desenvolvimento, como a Zona Franca de Manaus e a área da Sudene.

CAPA

Desemprego vai aumentar crise social

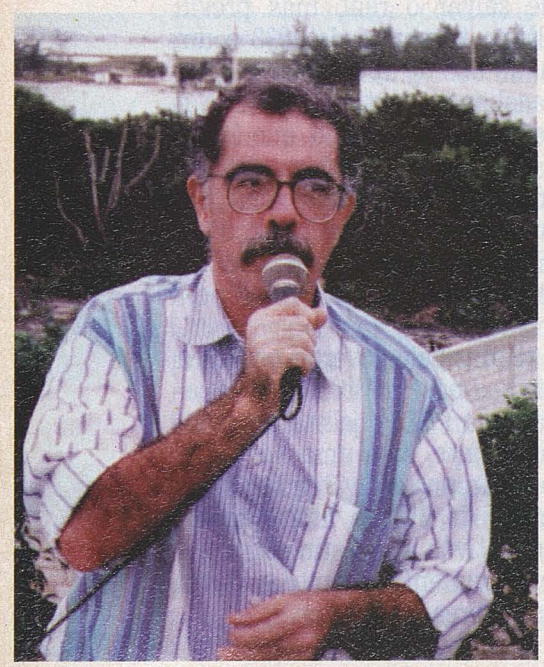
O conjunto de medidas econômicas anunciadas pelo governo na primeira semana de novembro e reformuladas nos últimos dias do mês, com aprovação pelo Congresso no início de dezembro, provocará o crescimento da crise social, porque levará ao desemprego e não evitará um ataque dos especuladores semelhante ao acontecido na Tailândia, Malásia, Hong Kong e Coréia do Sul. A previsão é do deputado Lima Neto (PFL-RJ), ex-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

Os economistas que detêm mandato no Congresso Nacional, sejam eles de direita ou de esquerda, são unânimes em prever para 1998 um ano de desemprego em larga escala.

"O pacote é recessivo e vai reduzir a atividade econômica e nossa situação vai piorar mais ainda" , disse o deputado Lima Neto. O deputado considera que nossa crise é inevitável, porque "já começamos errando. O Brasil pecou quando da implantação do Plano Real, equiparando nossa moeda ao dólar norte-americano. O Brasil podia ter aberto com outro câmbio. Posteriormente, houve uma minidesvalorização, mas não foi suficiente, porque quase todas as moedas se desvalorizaram. Assim, nossa moeda continuou valorizada e, com isso, nossa capacidade de competição diminuiu. É claro que essa medida provocou o desequilíbrio de nossa balança comercial. Estamos comprando mais do que vendendo. E isso é um desastre."

Com críticas à resistência do governo em adotar a desvalorização da moeda, Lima Neto tem certeza de que "a desvalorização acontecerá. Se não for agora, será dentro de pouco tempo. Nossa situação tende a piorar, porque a crise asiática apenas acelerou nossa crise. Estava claro que isso aconteceria, porque somos uma economia frágil e só supera a crise quem não tem ponto fraco. Os especuladores são como hienas: ali-

Problemas de países semicoloniais



Fernando Lopes: o país está perdendo o domínio sobre seu próprio destino

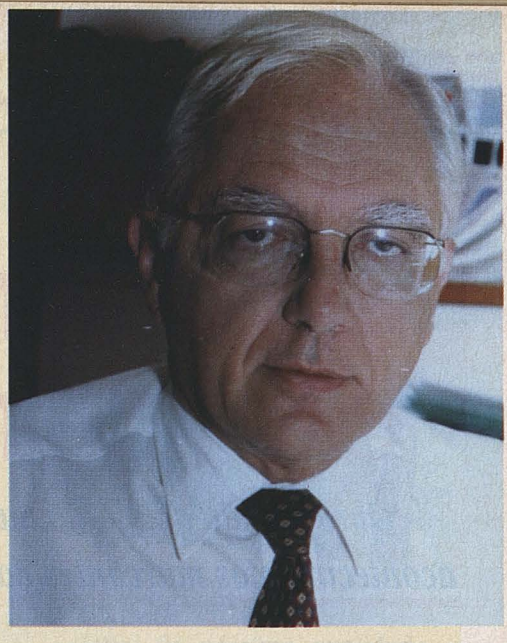
"O pacote é cosmetológico e antes das eleições o governo será obrigado a lançar mão de um novo pacote, porque estamos caminhando para uma grande crise. Só não sabemos se ela acontecerá antes ou depois das eleições presidenciais, mas provocará uma onda de desemprego jamais vista." A opinião é do deputado federal Fernando Lopes (PDT-RJ), economista e um dos parlamentares mais críticos à opção do governo, que ele define como entreguista. Fernando Lopes prevê a explosão da economia, com um "calote inevitável, porque a dívida chegou ao seu limite e a recessão vai se tornar insuportável."

Ao analisar a crise, o deputado diz que ela é o resultado do endividamento interno e externo, que "cresce aceleradamente e se aproxima de 400 bilhões de dólares, e da abertura comercial que levou o país a um rombo no balanço de

mentam-se dos mais fracos. E nós temos duas fragilidades flagrantes: o desequilíbrio da balança comercial e o déficit público. Nós vamos passar pela mesma crise da Tailândia."

Descrente dos resultados do pacote econômico, o parlamentar fluminense diz que, em todos os pacotes, "a parte dos impostos é cumprida, mas a parte da redução das despesas do governo jamais sai do papel, porque todos os governos são incompetentes e alguns são corruptos." A saída para a crise que se avizinha, proposta por Lima Neto, passa pela desvalorização do real como ponto de partida e, em seguida, com o equilíbrio da balança comercial e pagamento do déficit público.

Quanto à realidade de nossa dependência externa, o deputado pefelista acredita que ela persistirá, enquanto não forem eliminados nossos pontos fracos. Fatalmente, o Brasil estará sempre condenado à dependência, porque "o mundo globalizado exige educação e nós não temos, como também não somos equipados tecnologicamente para enfrentar a concorrência mundial. O Brasil tem jeito sim, mas tem que chegar ao fundo do poço. Aí, não adianta mais pacote."



Lima Neto: esquerda pensa, mas não faz; direita faz, mas não pensa

Pessimista quanto ao futuro imediato, Lima Neto não sabe prever o momento da grande crise, mas diz que "o estouro pode acontecer sem aviso". Ele manifesta seu desencantamento e afirma que "o Brasil não funciona, porque tem uma esquerda que sabe pensar, mas não sabe fazer, e uma direita que sabe fazer, mas não sabe pensar."

pagamentos de 30 bilhões de dólares ao ano, incluindo juros da dívida externa."

A exemplo dos demais economistas, entre eles o ex-ministro do Planejamento, deputado Delfim Neto (PPB-SP), Lopes prega a desvalorização da moeda, como forma de "estimular as exportações e diminuir as importações, porque o produto importado custaria o mesmo em dólar para o importador, mas teria um preço maior e real para o consumidor, mas, por sua vez, elevaria o nível de preços, porque os produtos importados pesam no índice de preços."

Fernando Lopes não acredita, porém, que o governo adote a medida, porque o presidente Fernando Henrique, "quis transformar o real, que era um simples programa de estabilização para durar nove meses, no máximo um ano, num plano para durar quatro anos e se reeleger."

Fernando Lopes rejeita as afirmações dos economistas do governo, que dizem ser esta uma crise mundial. "Não se trata de nenhuma crise econômica internacional, mas apenas, oscilações bruscas nas bolsas de valores e a crise atingiu países semicoloniais que implantaram o receituário do entreguismo, como fez Fernando Henrique. A espoleta foi a queda das bolsas, mas podia ser qualquer outra, como, por exemplo, uma alta de juros nos Estados Unidos, por questões de política interna daquele país. E quanto mais tempo este modelo perverso, que liquida a soberania nacional e lança milhões de brasileiros ao desemprego, esconder os problemas e não os corrigir, tanto pior para o Brasil."

Enfrentamento

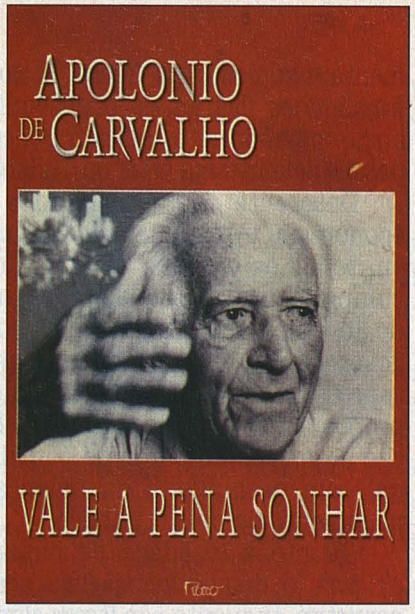
As medidas para superar o impasse, diz o deputado, deverão ser duras e "caminhar numa direção oposta à da farsa montada pelo governo federal. Um governo popular e nacionalista adotaria medidas para estimular os investimentos produtivos, baixando os juros, e, para reequilibrar o balanço de pagamentos, desvalorizando o real e limitando o pagamento dos juros externos às reais possibilidades da economia", afirmou o deputado Fernando Lopes. ■

ESPAÇO DO LIVRO

VIAGEM NO TEXTO

O voluntário da liberdade

Obra retrata a vida do autor, que presenciou acontecimentos marcantes da História do século XX



Mônica Perez

Participante da Aliança Nacional Libertadora, combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola e da resistência francesa, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e do PT. Um currículo de dar inveja a qualquer candidato no Brasil.

Mas Apolonio de Carvalho, o autor destas façanhas, não teve em sua vida tempo para ocupar gabinetes políticos. Estava em campo, batalhando, literalmente. E, ao contar suas histórias, traz ainda em seus olhos um brilho cativante. O mesmo brilho determinado com que comandou unidades de artilharia na Espanha e participou de reuniões clandestinas no Brasil da ditadura militar.

Esse brilho vivo na alma de Apolonio nos faz ter a mais completa compreensão do título dado ao livro autobiográfico lançado pela Rocco: Vale a pena sonhar.

Nascido em Corumbá ao despontar da I Guerra Mundial, Apolonio comanda o 3º Grupo de Artilharia a Cavalo em Bagé, com a patente de tenente, quando é apresentado à Aliança Nacional Libertadora, em 1935. A ANL agrupou, durante seus cem dias de vida, comunistas, sindicalistas e tenentes na luta contra o governo Vargas e pela implantação de um regime socialista no país.

Fracassada a tentativa, Apolonio é preso e tem a patente cassada. Libertado em 1937, entra para o PCB, que o orienta a seguir rumo à Espanha, em plena guerra entre nacionalistas, apoiados pelos países do Eixo, e republicanos, apoiados pela URSS.

O nazismo se fortalecia às vésperas do segundo grande conflito mundial (1939-1945). O jovem idealista se integra então a um exército de combatentes que, até o final da guerra, reúne 45 mil voluntários de 53 diferentes nacionalidades. Engajado numa luta que não era a de seu país, está movido pelo sonho da liberdade e da justiça, um sonho que não tem fronteira ou nacionalidade. Deixa no Brasil família, noiva e amigos.

Em 1939, com o recuo dos republicanos para além das fronteiras francesas, chega ao país vizinho. A França, temerosa da expansão do comunismo, acolhe os refugiados da guerra espanhola em campos de concentração. Vai-se aí mais de um ano de cárcere. Apolonio foge, integrando-se à resistência francesa e vindo a participar de ações armadas na luta contra os alemães invasores.

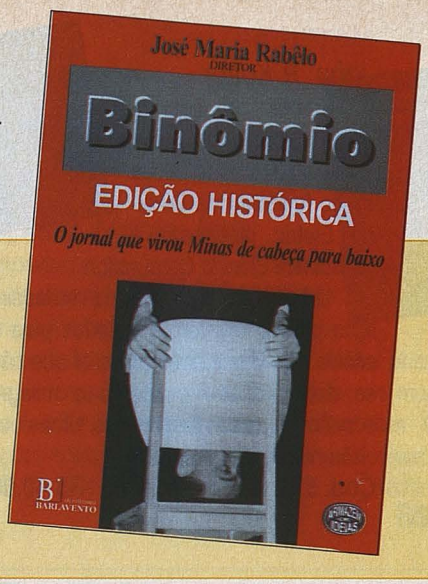
A História lhe dá a oportunidade de retornar ao seu país em 1946. E certamente não o seria como um pacato cidadão. Com o PCB tendo o registro legal cassado em 1947, inicia-se para Apolonio um longo período de vida clandestina, que chega a afastá-lo do convívio da esposa e dos dois filhos. Com o golpe de 1964, deixa o Partido Comunista e participa da formação do PCBR, de linha mais combatente, sendo três anos depois preso, torturado e exilado, só voltando ao cenário político brasileiro em fins de 79.

Datas e fatos aqui narrados pontuam uma vida de paixão e entrega, de sonhos e conflitos. O militante consciente emerge em Moscou, nos anos 50, na preparação do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, entrando em confronto com o militante romântico e idealista: a duras penas, constata ali instaurado um socialismo autoritário, com profundas deformações.

Hoje, do alto de seus 85 anos, Apolonio rememora em "Vale a pena sonhar" suas experiências pessoais, temperando-as com observações críticas que dão ao leitor uma visão rara e preciosa de acontecimentos que marcam a História Mundial do século XX.

ESPAÇO DO LIVRO

COM A PALAVRA O AUTOR



Binômio jornalismo e democracia

Livro relata a trajetória heróica de um jornal adorado pelos leitores e odiado por militares

"O jornal que virou Minas de cabeça para baixo". Ou melhor, virou pelo avesso todo o conservadorismo mineiro. Este jornal, o Binômio, nasceu da brincadeira de dois estudantes de jornalismo e, nos anos de 1952 a 1964, foi uma das publicações mais originais, influentes e respeitadas na imprensa brasileira. Chegou a possuir a maior tiragem do estado e uma das maiores do país.

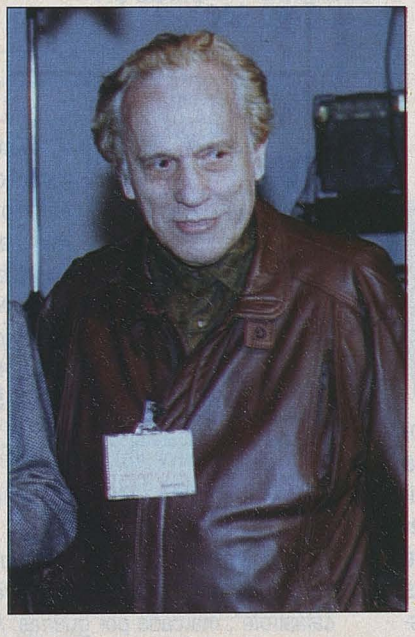
O livro é a história do jornal Binômio contada pelo seu diretor e fundador, José Maria Rabêlo. Ele apresenta o relato da experiência de seus principais redatores, repórteres, colunistas, fotógrafos e diagramadores. As charges inesquecíveis de Ziraldo, Borjalo, Raf e outros. Além de reproduzir dezenas de anúncios da época e registros de importantes momentos históricos vistos pelos olhos críticos e bem humorados dos jornalistas do Binômio.

A história

Tudo começou em fevereiro de 1952, quando dois estudantes de jornalismo, José Maria Rabêlo e Euro Luiz Arantes, resolveram utilizar a maciça campanha política do governador Juscelino Kubitschek, que frisava o binômio Energia e Transportes, para lançar um irônico jornalzinho chamado Binômio.

Ao binômio juscelinista de Energia e Transportes, eles contrapunham o binômio Sombra e Água Fresca - a crítica com humor e irreverência contra as principais personalidades mineiras. A vítima preferida era o próprio Juscelino.

O primeiro número estourou em BH. De um tablóide de apenas quatro páginas de papel nacional de péssima qualidade, o Binômio foi crescendo e conquistando o apoio e a admiração de seus leitores. Até passar a incomodar as autoridades.



"O livro é fruto de um cuidadoso trabalho de pesquisa de dois anos. Precisava ser inovador para estar à altura da história do Binômio"

José Maria Rabêlo

Em dezembro de 61, depois de ter denunciado um grupo de militares mineiros envolvidos em articulações golpistas, o jornal foi invadido por 200 homens do exército e aeronáutica e teve as instalações completamente destruídas.

Mas não parou de sair. De forma improvisada, quase heróica, a edição seguinte e muitas outras continuaram a ir para as bancas ainda por mais de três anos. Só o golpe de 64 conseguiu tirar o jornal de circulação.

O livro

Todos estes detalhes são relatados em detalhes em Binômio - Edição Histórica - O jornal que virou Minas de cabeça para baixo. São 264 páginas, em formato revista, com mais de 300 ilustrações.

Uma reportagem completa sobre um jornal. Pelas suas páginas desfila uma parte da vida de Minas e do país, justamente a que quase sempre é ignorada pela história oficial.

(Ângela Rocha)

Postal Norte Sul

MATSUSHITA
John P. Kotter

Lições de liderança para o próximo Milênio relata a história de sucesso do fundador da General Eletric japonesa: a Matsushita Electric Corporation.

Uma biografia que é uma verdadeira lição para priofissionais voltados para o século XXI. Um líder empresarial que não se deixou abater e liderou o milagre econômico de seu próprio país. Uma nova visão na arte de gerenciar.

Cod. 536 **R$ 43,00**

RUMO À SIERRA MAESTRA
Che Guevara e Raúl Castro

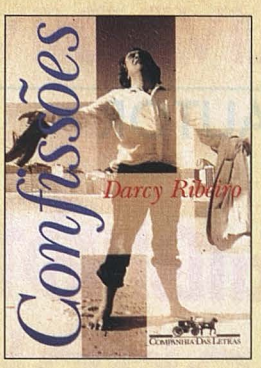
Os diários inéditos da guerrilha cubana finalmente são revelados ao público os diários inéditos de Che Guevara e Raúl Castro com todos os bastidores da revolução cubana. O livro reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O prof. Emir Sader(UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação do livro.

Cod. 517 **R$ 30,00**

O FUTURO DO CAPITALISMO
Lester Thurow

Em seu livro anterior, Cabeça a cabeça, o autor mostrou como a economia mundial ficou dividida em três grandes blocos - Estados Unidos, Europa e Japão. Agora, em O futuro do capitalismo, ele analisa as forças econômicas, políticas e sociais que determinam as grandes mudanças que ocorrem no mundo atual. O sistema capitalista está em cheque, acredita Lester Thurow, que visualiza o surgimento de um novo sistema capitalista, tendo como ativo estratégico as habilidades humanas, em vez do capital financeiro.

Cód. 538 **R$ 36,50**



CONFISSÕES
Darcy Ribeiro

Mais interessante que um livro de Darcy Ribeiro só a história de sua vida revelada por ele mesmo em CONFISSÕES . Todas as grandes emoções, amores, desafios e projetos, relatados da forma inteligente e bem humorada que só ele sabia fazer. Um livro imperdível para quem o admirava como escritor, intelectual , homem público e ser humano peculiar.

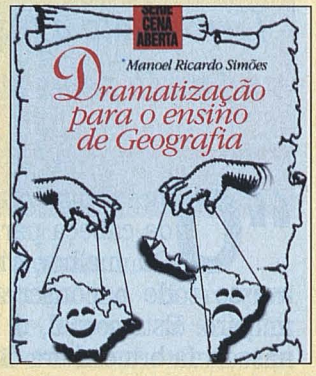
Cod. 518 **R$ 33,00**

O FUTURO DA MEGAMIDIA
Kevin Maney

A Megamídia é revelada pelo autor de forma realista e sensata. Ele desmistifica toda essa explosão de novas tecnologias e negócios, nos apresenta as grandes personalidades do mundo da midia e arrisca previsões polêmicas. Um tema fascinante revelado por um observador veterano.

Vale a pena conferir.

Cod. 528 **R$ 43,00**



UMA HISTÓRIA DA LEITURA - *Alberto Manguel*

O leitor e o prazer da leitura é a tônica do livro de Manguel que viajou no tempo para descobrir as diversas formas de existência do leitor. Ele consegue unir a clareza ao entusiasmo dos apaixonados, escolhendo uma forma de escrita muito próxima a do narrador. Um livro escrito para "os amantes da leitura", segundo o próprio autor.

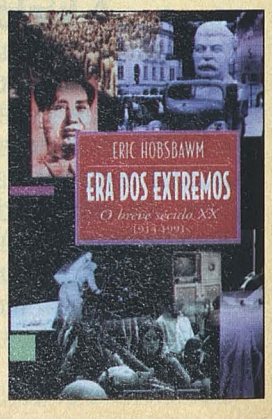
Cod. 516 **R$ 33,00**

PLANO REAL - Pára ou continua?

Entrevistas reveladoras com 20 economistas (por vocação ou profissão): Antônio Lacerda, João Sayad, Antônio Lanzana, José Guilherme dos Reis, Antônio Heermann, José Júlio Senna, Carlos Fagundes, Maílson da Nóbrega, Cláudio Contador, Milton Assumpção, Delfim Neto, Paulo Nogueira, Edmar Bacha, Paul Singer, Eduardo Suplicy, Paulo Yokota, Gilson Schwartz, Robert Appy, Heron do Carmo e Roberto Macedo

Cód. 507 **R$ 24,90**

ERA DOS EXTREMOS O breve século XX
Eric Hobsbawm



Somente Hobsbawm conseguiria sintetizar toda a história de um século em três "eras". A primeira, "da catástrofe", marcada por guerras. A segunda, os anos dourados, de uma paz congelada. E a terceira, do "desmoronamento", dos sistemas institucionais e das incertezas.

O livro é um roteiro fundamental para quem quer compreender os últimos cem anos da humanidade e se preparar, através do conhecimento, para enfrentar o "futuro das incertezas". Um livro fundamental.

Cód. 497 **R$ 41,00**

BINÔMIO
José Maria Rabêlo

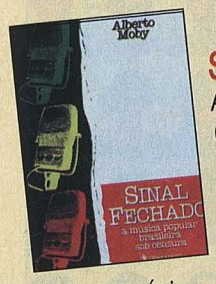
O livro conta toda a história de um jornal que foi um dos mais influentes e respeitados da imprensa brasileira. A aventura do Binômio desde seu aparecimento como simples brincadeira de estudantes até tornar-se a maior tiragem de Minas e das maiores do Brasil. O autor que foi também seu diretor na época, reuniu o relato da experiência de seus principais redatores, repórteres, fotógrafos e chargistas, como Ziraldo, Borjalo, Raf e outros.

Cód. 561 **R$ 34,00**

ADMINISTRAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS
Ênfase na Gerência Empresarial
Longeneckeer, Moore, Petty

Um livro importante para ser usado como material de estudo acadêmico de administração, marketing e finanças. Os autores conseguem incorporar as teorias e práticas mais usadas, para que o leitor possa iniciar e administrar pequenas empresas. Muitos exemplos do mundo real são usados para facilitar a compreensão dos conceitos. Gráficos, tabelas e ilustrações comunicam os conceitos-chaves. Exercícios de aplicação no final de cada capítulo tornam o livro mais didático.

Cód. 509 **R$ 94,00**



SINAL FECHADO
A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA SOB CENSURA
Alberto Moby

Sinal Fechado é um estudo da relação da música popular brasileira com os dois períodos de ditadura da nossa história. A música como manifestação cultural de maior penetração junto à população, seu papel fundamental na formação de uma identidade nacional e, justamente por isso, a preocupação dos governos em censurar, para manter uma hegemonia de pensamento das classes dominantes. O livro cita, ainda, situações e músicas que ficaram famosas pelos cortes ou proibições que receberam na época.

Cód. 469 **R$ 23,90**

INVESTIMENTO À PROVA DE PÂNICO
Lições de investimentos lucrativos por um expert do Mercado
Thomas F.Basso

São dezoito capítulos, onde o autor, de forma simples e objetiva, fornece todos os caminhos que um investidor deve seguir para conseguir bons resultados no mercado. E é ainda com bom humor que Thomas Basso, no último capítulo do livro, dá dicas importantes, sugere livros como fonte de leitura e deixa o recado: "Aprecie o processo de investir melhor! É bom para sua saúde financeira".

Cód. 508 **R$ 24,90**

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP:

Profissão: Tel.: Fax: E-mail:

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

( ) Cheque (s) nominal (is) à Editora Terceiro Mundo Ltda. em anexo

( ) Autorizo débito no meu cartão pelo valor de R$ _____

Cartão ..... Nº ..... Validade até _____/_____.

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: ____/____/____ _____

Assinatura do comprador

CÓDIGO	QUANTIDADE

VALIDADE: até durar o estoque **EDIÇÃO 204**

Preencha o cupom em letra de forma e o envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.Rua da Glória, 122 / 105 e 106
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455 E-mail: caderno@ax.apc.org

Solidariedade pela música

Grupo de artistas mineiros lança CD em benefício da campanha Natal sem Fome

Marcos Souza

O CD Prato Feito - Canto de Cidadania, uma iniciativa dos artistas mineiros com a renda destinada ao Natal sem Fome, foi lançado em 2 de dezembro em Belo Horizonte.

O projeto é uma iniciativa da cantora mineira Regina Spósito, sobrinha do sociólogo Herbert de Souza, que interrompeu no meio a idéia de um CD solo, já que o repertório estava em total sintonia com os objetivos da Campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, idealizada por Betinho.

Surgiu a idéia de preparar um disco que servisse como instrumento de apoio à campanha e que provocasse indignação e reflexão sobre a pobreza no país em quem ouvisse. Uma ação concreta afinada com o poder de transformação da música.

Regina convidou o produtor Alexandre Noronha, o artista gráfico Daniel de Souza, filho do Betinho, o arranjador Mauro Rodrigues, a fotógrafa Marcia Charnizon e o próprio Betinho, que apoiaram e trabalharam pela idéia.

Com o apoio da Caixa Econômica Federal e da Fundação Banco do Brasil, através dos Comitês da Ação da Cidadania de seus funcionários, foi gravado o CD Prato Feito - Canto da Cidadania, reunindo 41 intérpretes mineiros.

Além de Regina, participam do disco João Bosco, Lô Borges, Uakti, Marina Machado, Titane, Paulinho Pedra Azul, Grupo Galpão, além do grupo Conversa de Cordas, interpretando a música Agora Vai, uma parceria do grupo com Betinho.

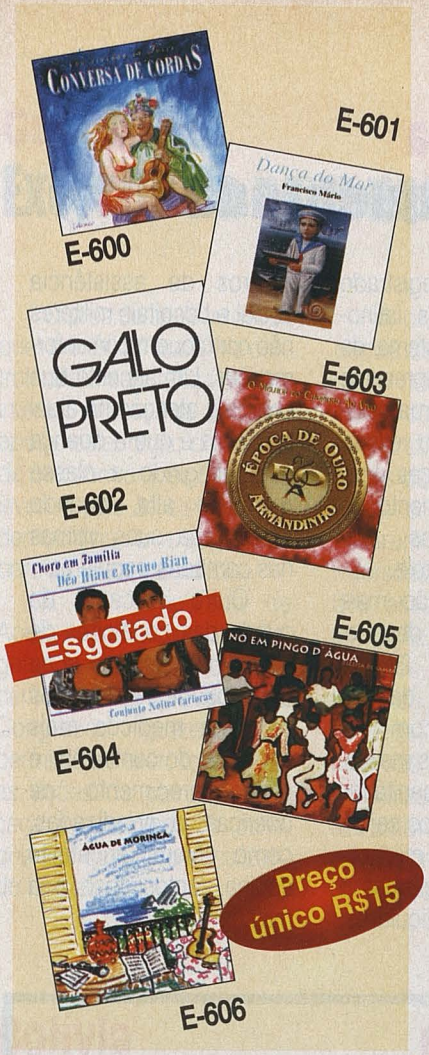
Nos cinqüenta minutos do CD estão músicas como Pecado Capital (Paulinho da Viola), Menino das Laranjas (Théo de Barros), O Cio da Terra (Milton/Chico), O que é o que é (Gonzaguinha), Haiti (Gil e Caetano), entre outras.

O CD Prato feito será vendido pelos Comitês da Ação da Cidadania dos funcionários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil nas principais cidades do país, com renda destinada ao Natal Sem Fome. Informações nas agências dos dois bancos ou pelos telefones (031) 217-2704 e (031) 289- 8130 e no Rio de Janeiro nas livrarias Dazibao.

A importância desse CD é grande. Além de ouvir o melhor da música popular brasileira, pode-se ajudar milhões de pessoas com fome e reforçar a tese de que, se cada um fizer a sua parte, o Brasil poderá ter um dia um pouco de dignidade.

Como dizia Betinho: "Quem é capaz de inventar um novo mundo, quem é capaz de inventar novas idéias, novas emoções, novos valores, quem é capaz de inventar, de criar o sonho e ao mesmo tempo falar da realidade, quem é capaz de fazer, de mobilizar milhões e milhões de pessoas, quem é capaz de mudar as coisas são os músicos."

ESTANTE MUSICAL



"Vou vivendo de folia" **E-600**
O grupo *Conversa de Cordas* (violão, cavaquinho, piano, violino e percussão), Revelação-95 (*O Globo* e *O Estado de S. Paulo*), apresenta seu segundo CD, aclamado como o CD do mês de janeiro de 1997 no *Jornal do Brasil*. São choros, tango, sambas, folia-de-reis, frevo, além de uma parceria inédita com o sociólogo Betinho.

"Dança do mar" **E-601**
Francisco Mário, irmão de Henfil e Betinho, violonista, compositor, um dos pioneiros do disco independente, aparece num dos seus CDs mais bonitos, onde, já sabendo do pouco tempo de vida, colocou a alma nas cordas do Quarteto Bosísio e de seu violão. Sete movimentos imaginados no mar.

"Bem-te-vi" **E-602**
O *Galo Preto* traz choros de Hermeto Paschoal, Claudionor Cruz, Radamés Gnattali, Guerra-Peixe, Afonso Machado e Elton Medeiros, Cristóvão Bastos e Paulinho da Viola, além de Luísa, do Tom Jobim.

"Época de Ouro e Armandinho" **E-603**
O lendário *Época de Ouro*, fundado pelo mestre Jacob do Bandolim, vem com o virtuoso Armandinho incendiar "Lamentos", de Pixinguinha e Vinicius; "Apanhei-te, Cavaquinho" , de Ernesto Nazaré; "Brasileirinho", de Waldir Azevedo e "Noites Cariocas", de Jacob, em show gravado ao vivo.

"Choro em família" **E-604**
O bandolinista Déo Rian, seu filho de 16 anos, Bruno, e o *Noites Cariocas* passeiam por grandes choros como "Buliçoso", de Juvenal Peixoto, "Foi um Sonho", de Luperce Miranda, "Farrula", de Anacleto de Medeiros, além de inéditos.

"Receita de samba" **E-605**
O *Nó em Pingo D'água*, campeão do III Concurso de Conjuntos de Choro, homenageia mestre Jacob; as boas vindas ficam por conta de Paulinho da Viola.

"Água de moringa" **E-606**
O *Água de Moringa* lançou CD na França e Bélgica e mostra impecáveis músicas ("Batuque" e " Turbilhão de Beijos" , de Nazaré, "O Gato e o Canário" , de Pixinguinha e B. Lacerda), com bandolim, clarinete, percussão, violão, violão de 7 e cavaquinho.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP:
Profissão: Tel.: Fax: E-mail:

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
( ) Cheque (s) nominal (is) à Editora Terceiro Mundo Ltda. em anexo
( ) Autorizo débito no meu cartão pelo valor de R$ _____
Cartão ..... Validade :
Nº
Data: ____/____/____
Assinatura do comprador

CÓDIGO	QUANTIDADE

VALIDADE: até durar o estoque **EDIÇÃO 204**

Preencha o cupom em letra de forma e o envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.Rua da Glória, 122 / 105 e 106- Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455 E-mail: caderno@ax.apc.org

Cuba
Apoio em Margarita

A Sétima Cúpula Ibero-Americana começou em meio a borrascas ideológicas, mas terminou como uma manhã tropical, na ilha de Margarita, na Venezuela, de 5 a 9 de novembro. O tema "Os valores éticos da democracia" foi debatido em meio a um ciclone político provocado por um grupo de anticastristas oriundos dos Estados Unidos e da Europa e que pretendiam perturbar os trabalhos dos 23 chefes de Estado e de Governo. Somou-se a isso a apreensão, por autoridades porto-riquenhas, de um iate com quatro tripulantes, um dos quais confessou que iam fazer um atentado contra Fidel Castro, em Margarita. Utilizariam até foguetes Stinger, que jogaram ao mar antes da apreensão do barco.

A declaração final do encontro incluiu uma explícita condenação da Lei Helms-Burton, pela qual os Estados Unidos fortaleceram o bloqueio econômico contra Cuba, e também a ocupação inglesa das Ilhas Malvinas e de Gibraltar. Os governantes aprovaram 22 convênios nos campos educativo, científico e tecnológico, de combate à pobreza e construção de casas populares, entre outros.

A Cúpula Ibero-Americana voltará a reunir-se dentro de um ano, no Porto, Portugal, e o tema principal será a globalização da economia mundial, que se faz com a adoção de princípios neoliberais, responsáveis por profundos níveis de desemprego e pobreza no mundo e por reduzir as oportunidades comerciais dos países em desenvolvimento.

Haiti

O presidente do Haiti, René Préval, passa em revista as tropas canadenses em 29 de novembro, na cerimônia de despedida dessa força militar de paz da ONU, que foi substituída por uma força policial internacional. País mais pobre do continente, o Haiti continua instável politicamente, com a confrontação de forças progressistas e conservadoras, estas com respaldo militar e oriundas da longa e violenta ditadura de Papa e Baby Doc (ver matéria na página 42)

Venezuela
Saúde quebrada

Fenômeno registrado em outros países latino-americanos, o sistema de saúde também apresenta indícios de desmantelamento e registra o ressurgimento de doenças erradicadas e o aumento de casos de outras, que estavam sob controle.

A preocupação mais recente é com a dengue, que subiu para 20 mil casos (4 mil de dengue hemorrágica), com 34 mortes nos últimos meses. As autoridades sanitárias acreditam os casos sejam superiores aos 20 mil notificados, porque clínicas e consultórios particulares, centros de assistência social e hospitais militares não contribuem com informações. Um aspecto que chama a atenção na atual epidemia é que a doença está atingindo a classe média e alta, quando antes fazia suas vítimas nas camadas populares.

Outro indicador da queda das condições de saúde no país, que já se orgulhou de ter um dos sistemas médicos mais eficientes do continente, é o reaparecimento de doenças já erradicadas, como cólera, encefalite eqüina, leptospirose e a malária.

Colômbia
Extradição incondicional

Preocupados com prejuízos aos negócios, empresários colombianos pressionaram governo e congresso, para que aprovassem logo a legislação que permitiria a extradição incondicional de delinqüentes, em especial traficantes de drogas, como exigem os Estados Unidos, que querem ter os criminosos em cadeias norte-americanas. E com efeitos retroativos, sob pena de represálias comerciais.

Segundo Jaime Cabal, presidente da confederação empresarial, e Fábio Villegas, da associação industrial, "o país e sua economia correrão risco no concerto das nações", se não fosse atendida a pressão dos EUA. Para Villegas, cedendo, "a Colômbia poderá mostrar-se ao mundo de cabeça erguida". O congresso colombiano , porém, não concedeu tudo o que se pedia.

"Washington tem que se conformar", comentou o presidente Ernesto Samper.

Guatemala
Exército de novo nas ruas

O presidente Álvaro Arzú quer o exército outra vez controlando a segurança pública interna, menos de um ano após a celebração do acordo de paz com a guerrilha e que levou o país às eleições e à democracia, e a segurança para as mãos da polícia.

A Lei Temporária de Apoio às Forças de Segurança Civis, que o presidente quer ver aprovada pelo Congresso guatemalteco, permitirá ao exército legalizar as ações de patrulha e de caça a quadrilhas de delinqüentes que já vem realizando no país.

A pacificação do país - depois de 36 anos de guerra civil - lançou às ruas milhares de homens armados que trabalhavam para as forças de repressão política, legais e ilegais, e que se voltaram para o crime: extorsões, seqüestros, roubos, assassinatos, assaltos, formação de exércitos particulares de seguranças tornaram insuportável a vida da elite do país, principal alvo das quadrilhas, muitas chefiadas por gente ligada aos setores policiais.

O projeto da lei temporária colide com o acordo de paz, de dezembro do ano passado, o qual atribui ao exército a função de defender a soberania nacional e zelar pelas fronteiras e o proíbe expressamente de se intrometer em tarefas da segurança interna. No entanto, patrulhas militares já voltaram a fazer rondas pelas ruas e o ministro do Interior, Rodolfo Mendoza, considera que a atuação militar em tarefas policiais não precisa sequer da autorização parlamentar.

Cerca de 5 mil lavradores ocuparam Assunção em protesto pela política agrícola do governo paraguaio. Além de reforma agrária que libere mais terras para camponeses pobres, pediram maior atenção aos pobres, com investimentos em educação e saúde

Bolívia
Sindicalismo em crise

Depois de um período chapa branca, segundo seus críticos, a Central Operária Boliviana (COB) reuniu mil dirigentes sindicais, no final de novembro, para discutir o futuro. Além da paralisia provocada pela identificação com o governo, a direção da COB vem sendo acusada de inúmeros casos de corrupção, listados por uma comissão independente. Uma assembléia da central, contudo, decidiu rejeitar o relatório da comissão.

Com um novo governo pela frente - o do general Hugo Banzer, ex-ditador, agora de volta à presidência pelas urnas - a COB pretende priorizar a luta salarial e o combate a uma nova legislação trabalhista exigida pela linha neoliberal, a chamada flexibilização, pela qual garantias, como indenizações por demissão, deixam de existir.

O salário mínimo boliviano gira em torno de US$ 60, insuficiente para garantir os gastos com uma alimentação adequada para uma família. Os sindicalistas calculam que as despesas mensais do trabalhador e de sua família chegam a US$ 662.

Juan Lechin Oquendo, o lendário líder sindical que dirigiu a COB durante mais de 30 anos, desde sua fundação em 1952, classificou de "proposta selvagem" as mudanças trabalhistas sugeridas pela Confederação dos Empresários Privados da Bolívia, liderada por José Luis Camacho. "Este senhor quer escravos e não trabalhadores", definiu Juan Lechin.

O antigo dirigente sindical lançou o nome de Edgar Ramírez para a secretaria-geral da COB. Ramírez renunciou meses atrás à direção sindical, criticando a corrupção de alguns dirigentes.

"Ele é capaz, honesto e culto", disse Lechin a favor de seu candidato, que é uma das lideranças do forte setor mineiro.

Embora não se preveja para já uma solução, entra no debate o descontentamento dos camponeses também ligados à COB. Reclamam que podem concorrer a qualquer cargo, menos à decisiva secretaria-geral, sempre reservada para um operário, de preferência mineiro. Um dos representantes dos camponeses, o recém-eleito deputado Evo Morales, oriundo de Chapare, disse que a questão precisa ser resolvida. Mas confirmou que os trabalhadores do campo estão ao lado dos que lutam "contra a oligarquia, o neoliberalismo e o imperialismo".

Mineração
Mercosul no alvo

Até o ano 2000, o setor mundial de mineração investirá US$ 32 bilhões em novos empreendimentos e a América Latina receberá 40% do total, a maior parte aplicada nos países do Mercosul. A informação foi divulgada em Punta del Este, no Uruguai, onde se reuniram as empresas do setor que atuam no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mais Chile e Bolívia.

Os empresários pediram a harmonização das legislações mineiras no bloco, as quais, na forma atual, dificultariam negócios na região. Pediram também facilidades tributárias e de serviços de transporte, e consideraram que o setor precisa estar aberto ao capital transnacional para manter o dinamismo.

A reunião contou a pressão dos ambientalistas do Mercosul, que apontaram os prejuízos ecológicos e sociais que, em geral, estão associados à exploração mineral. Mereceram críticas especiais as firmas que atuam na Amazônia, incluindo os garimpeiros.

Mercosul
Colaboração policial

Os ministros da Justiça do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mais os da Bolívia e Chile decidiram aprofundar os entendimentos, com vistas a criar mecanismos de colaboração policial no bloco. O objetivo é combater o narcotráfico e outros crimes que não respeitam fronteiras, o que dificulta a ação da lei. Os debates realizados em Montevidéu não foram de todo tranqüilos. Pressionado pela demora em esclarecer o atentado de 1994 contra a Associação de Ajuda Mútua Israelita Argentina, em Buenos Aires, o ministro do Interior, Carlos Corach, buscou culpados no Brasil e no Paraguai, acusando os dois países de alimentarem uma zona sem lei na fronteira de Ciudad del Este com Foz do Iguaçu, onde estariam escondidos os autores do atentado. O Paraguai se sentiu especialmente ofendido, ainda mais que Corach classificou o país como caminho natural de passagem de drogas e de compactuar com uma indústria de falsificação de documentos e com centenas de aeroportos clandestinos utilizados por quadrilhas de todo tipo. Teve que pedir desculpas no dia seguinte.

Pelo clima desagradável criado, nada se resolveu, a não ser adiar para março próximo um novo encontro, quando os ministros já poderão contar com indicações precisas do que fazer, preparadas por um grupo de especialistas, entre os quais diversos delegados de polícia.

Talvez preocupado com o desacerto dos ministros, o presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti, fez votos de que o Mercosul se entenda também na área da segurança. "Os criminosos precisam saber que serão apanhados onde estiverem. Precisamos respeitar a soberania de cada país, mas é fundamental que possamos nos defender em conjunto dos crimes internacionais. Que tudo seja feito, contudo, com absoluto respeito ao Estado de Direito", preveniu Sanguinetti.

México
Criminalidade em alta

Estatisticamente em recuperação, o México ainda sofre socialmente a falência de 1994, com alto desemprego e sua conseqüência, a crescente criminalidade. Na marcha pela paz na capital, em 29 de novembro, milhares de manifestantes pediam segurança e o fim da violência e da corrupção. Desde a crise econômica, a criminalidade aumentou 24%

Oriente Médio
EUA perdem influência

A recente crise do Iraque - quando o presidente Saddam Hussein impediu, por mais de um mês, a presença de norte-americanos na comissão da ONU que investiga os arsenais do país e ameaçou derrubar os aviões de espionagem U2, que sobrevoam ilegalmente o espaço aéreo iraquiano - revelou que o prestígio dos Estados Unidos na região está abalado. O nó só se desfez com interferência do governo russo, com discreta ajuda francesa, e em nenhum momento da crise Washington obteve respaldo das demais potências ou simpatias locais para uma ação militar contra a rebeldia de Saddam. Além disso, Rússia e França fizeram a mediação, propondo, ao mesmo tempo, um fim mais rápido para as sanções contra Bagdá.

Analistas dos próprios Estados Unidos consideram que o respaldo de Washington às violações do primeiro-ministro israelense Benjamin Netaniahu contra os acordos de paz com os palestinos está na raiz do desprestígio. Assim, seria necessário que o governo norte-americano voltasse a pressionar Israel a seguir fielmente os acordos firmados na época do gabinete trabalhista de Yitzak Rabin. Segundo Graham Fuller, ex-analista da CIA, "a linha dura de Netaniahu funciona como um torpedo contra a paz e levanta a região contra a política norte-americana".

No próximo dia 9 de dezembro, estará reunida em Teerã a Cúpula Islâmica, um evento que é considerado uma espécie de reintegração do Irã à convivência do Oriente Médio, o que contraria inteiramente a política de Washington em relação ao governo iraniano. Além disso, quase todos os países árabes confirmaram presença em Teerã, onde ocorrerá o encontro de maior número de lideranças regionais, nos últimos tempos. Isto apenas três semanas depois de terem praticamente boicotado a reunião econômica árabe em Doha, no Catar, patrocinada pelos EUA. Apesar das pressões, faltaram até mesmo aliados outrora incondicionais, como Egito e Arábia Saudita.

França, Rússia e Alemanha já retomaram negócios com o Irã. E ameaçam abrir processo contra Washington, na Organização Mundial de Comércio, se Clinton aplicar sanções a empresas européias que negociam com o Irã e a Líbia.

Membros de um grupo humanitário norte-americano fizeram uma manifestação a favor do Iraque no abrigo antiaéreo de Al-Amiriyé, em Bagdá. No cartaz, exibem cenas de crianças que morreram por falta de recursos médicos e pedem o fim das sanções econômicas, que os EUA querem prolongar e que baixaram ao extremo o nível de vida da população

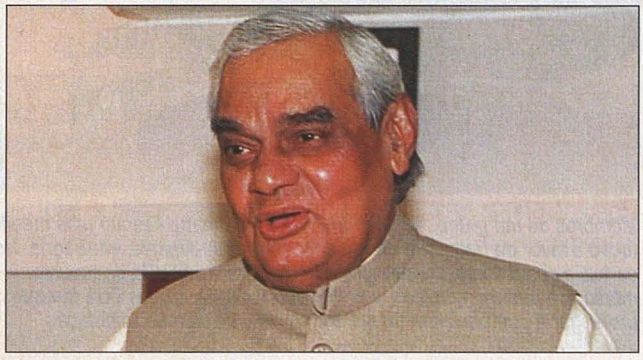
Israel
Protesto sindical

Uma greve geral determinada pela principal central sindical israelense paralisou o país no dia 3 de dezembro. Na foto, um passageiro aguarda no aeroporto fechado o recomeço das atividades

Jordânia
Irritação com Netaniahu

O rei Hussein, da Jordânia, abriu a nova sessão do Parlamento, no final de novembro, em Amã, com um discurso duro, em que acusou o governo israelense de Benjamin Netaniahu de destruir o acordo de paz com os palestinos. O rei jordaniano fez um apelo às demais nações árabes para que formem uma frente unida na batalha pela paz

Índia
Impasse chama eleições



Atal Bihai Vajpayee, líder do Partido Janata, nacionalista de direita e principal bancada do parlamento, espera ser convocado a formar o novo gabinete indiano, devido à renúncia apresentada pelo primeiro-ministro Inder Kumar Gujral, da Frente Unida

Fiel da balança, com seus 134 parlamentares, o Partido do Congresso decidiu endurecer a posição contra a coligação governista Frente Unida (179 cadeiras) e pode levar a Índia a eleições antecipadas, das quais certamente se beneficiará o conservador Partido Janata, hoje com 194 cadeiras.

A coligação governista de Inder Kumar Gujral é integrada por 13 partidos regionais e de esquerda e tem três representantes do Dravida Munnetra Kazhagan(DMK),partido que teria ligações com os tamis responsáveis pelo assassinato do primeiro-ministro Rajiv Gandhi em 1991. O Partido do Congresso exigiu o afastamento dos ministros e a expulsão do partido deles da Frente Unida, o que foi negado por Gujral, cuja governabilidade depende, porém, da boa vontade do Partido do Congresso, chefiado por Sitaram Kesri. As opções são a queda do governo - o que abriria uma brecha para o Janata, considerado radical, formar um governo - ou a dissolução do parlamento, com a convocação de novas eleições, dois anos antes do prazo.

O presidente Narayanan consultava os partidos, no inicio de dezembro, para decidir se chamava alguma liderança a formar um novo gabinete ou se convocava novas eleições.

Camboja

O príncipe Sisowath Sirirath, ao centro, desembarca em Phnom Penh, no dia 1º de dezembro, à frente da delegação que representa o deposto co-primeiro-ministro, príncipe Norodom Ranariddh, para negociações, sob patrocínio da ONU, com o primeiro-ministro vitorioso Hu Sen. País com um complicado sistema de governo, em que devem conviver dois primeiros-ministros inconciliáveis, o Camboja está em virtual guerra civil desde julho, quando Hu Sen depôs o príncipe, que estaria tramando um golpe, com apoio do alijado Khmer Vermelho, para afastá-lo do poder e reduzir a influência de seus partidários, os comunistas reformados

Alemanha
Onda Rosa

A menos de um ano das eleições, cresce na Alemanha a vantagem do Partido Social-Democrata e de seus aliados sobre a coalizão governista liderada pelo Partido Democrata Cristão do chanceler Helmut Kohl.

Recente pesquisa da rede ZDF de televisão apontou 40% de preferências pelo SPD, mais 13% para o aliado Partido Verde, contra apenas 33% para o CDU de Kohl, que caiu mais 5%.

As eleições serão em 28 de setembro de 1998 e o desgosto da maioria dos alemães é com a política econômica de Kohl, que tem, como um dos efeitos mais indesejáveis, o desemprego.

O neoliberalismo, que varreu a Europa nos últimos quinze anos, vem sendo contido pelo eleitorado indignado com os resultados sociais desastrosos.

As eleições mais recentes forjaram um novo panorama na Europa, onde agora a maioria dos governos é de inspiração socialista.

As duas mais importantes e recentes vitórias da chamada Onda Rosa em 1997 foram as eleições dos trabalhistas de Tony Blair, na Grã-Bretanha, e de Lionel Jospin, na França.

Milhares de sul-coreanos foram às ruas, em Seul, criticar o governo e reclamar providências contra os efeitos da crise financeira que quebrou o país. A exemplo de outras elogiadas economias asiáticas, a sul-coreana também se mostrou frágil ante a fuga de capitais e está negociando um empréstimo de pelo menos 20 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional para equilibrar as contas

China

Fugindo da crise

A crise financeira asiática dura mais de um mês, abalou todos os Tigres e mesmo a poderosa economia do Japão. A China, apesar dos abalos da recém-incorporada, mas isolada, Hong Kong, parece imune ao terremoto, com seu mercado de 1,2 bilhão de pessoas e um persistente crescimento anual do PIB da ordem de 9%. Além disso, guarda no cofre reservas de US$ 130 bilhões e continua a reduzir a inflação.

Analistas consideram que a China ficou ao largo da crise, devido à inconversibilidade de sua moeda, o yuan.

Mas a crise do capitalismo mundial já merece análises detalhadas da cúpula chinesa, que não pretende perder o dinamismo da modernização, que combina os objetivos socialistas com crescentes práticas de mercado e de comércio exterior.

A crise dos Tigres representa para a China um conjunto de fatores potencialmente negativos. Em primeiro lugar, uma competição internacional mais acirrada, pois houve uma desvalorização generalizada das moedas asiáticas, o que tornará os produtos daqueles países mais baratos. Em segundo lugar, é de se esperar uma queda dos investimentos estrangeiros diretos na China, ante a crise financeira mundial, mesmo porque 70% dos investidores são asiáticos - Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong.

Este quadro levou o presidente Jiang Zemin, o primeiro-ministro Li Peng e o vice-primeiro-ministro e ministro da Economia Zhu Rongji a três dias de debates com especialistas, em Beijing. O governo não divulgou detalhes dos trabalhos nem as políticas que deverão nortear a condução econômica com o objetivo de impedir a contaminação interna pelos problemas externos. A Agência Nova China divulgou, apenas, que o governo decidiu agir com moderação e adotar medidas "para restabelecer a ordem financeira, aprofundar as reformas no setor e impedir riscos."

Analistas internacionais comentaram que o nível da reunião demonstra a preocupação chinesa com a situação e destacaram, entre os pontos frágeis, a dívida das estatais, calculada em US$ 600 bilhões, dos quais cerca de 250 bilhões jamais serão pagos aos bancos nacionais - um volume de problemas capaz, em tese, de justificar uma crise financeira. Apontam ainda que 35% das estatais vivem em déficit crônico. Acham ainda que a reforma pretendida pelo governo no setor estatal, para criação de milhões de novos postos de trabalho nos próximos anos, corre risco, devido à possível queda dos investimentos externos.

Esses analistas ocidentais não acreditam que a economia chinesa possa passar sem abalos pela tempestade dos mercados asiáticos. James Winder, economista-chefe da corretora Merril Lynch, exemplifica com o caso da firma tailandesa CP Pokphand, uma das principais investidoras na economia chinesa. A empresa hoje corre riscos, diz Winder, o que afetaria seus compromissos na China, com a redução dos investimentos. Outro exemplo é a coreana Samsung: tem 18 empreendimentos na China, usando US$ 250 milhões de bancos japoneses, que agora sofrem abalos. Dados divulgados no final de novembro calculam que os investimentos estrangeiros na China caíram 35%, de janeiro a outubro, em comparação com o mesmo período de 1996 (US$ 40 bilhões neste ano contra 61,5 bilhões no ano passado).

Segundo a analista Jardine Fleming, que atua em Hong Kong, a inversão estrangeira garante só 12% do crescimento econômico chinês.

O primeiro-ministro Ruytaro Haximoto discutiu com deputados a crise asiática, que também atingiu o Japão e quebrou algumas instituições financeiras. Haximoto garantiu que o governo ajudará o abalado sistema bancário, evitando perdas para depositantes e para a economia

Rússia: o perigo da explosão social

A população está diminuindo pela carência de assistência e aumento da mortalidade. A economia foi desmantelada

Leite Filho

Victor Ampílov, 53 anos, jornalista e revolucionário russo, passou pelo Brasil no final de novembro, percorrendo o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, para lançar, em livro, as reflexões que amadureceu nos cinco meses em que foi encarcerado pelo regime de Yeltsin, em 1993, após os protestos no Parlamento, que o presidente russo mandou bombardear.

Esteve em Brasília, falando com os líderes da oposição, dissidentes do governismo e dirigentes do movimento social.

Com o seu livro *Os diálogos de Lefortovo* - nome da prisão em que foi mantido - Victor Ampílov está percorrendo o mundo para denunciar o desmonte do Estado em seu país, a atual Federação Russa, e pregar a unidade dos comunistas, hoje divididos em nove partidos. Com 17 milhões de quilômetros quadrados (quase o dobro dos EUA) e 147 milhões de habitantes (quase a metade dos norte-americanos), a Rússia afundou na miséria e na violência urbana, depois que deixou de ser, há seis anos, a segunda maior potência do mundo.

Quando comandava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), constituída de 15 repúblicas, 23 milhões de km² e 250 milhões de habitantes, o país vivia uma situação de pleno emprego, com educação e saúde gratuitas, do berço até a universidade, ainda que enfrentasse problemas de filas para adquirir determinados alimentos e peças de vestuário.

Em 1991, porém, deu-se o colapso da URSS, numa operação comandada de dentro do próprio país, à frente seus dirigentes máximos, Mikhail Gorbachev e o atual presidente, Bóris Yeltsin, com o imediato alinhamento ideológico e econômico com o até então maior inimigo, os Estados Unidos.

De lá para cá, porém, tudo desandou. Como diz Ampílov, a população passou a decair à razão de 1,2 milhão ao ano, não por razões étnicas ou econômicas, mas porque o sistema de saneamento foi aniquilado, o que provocou a volta de doenças há muito erradicadas, como a sífilis e a tuberculose.

Mas os problemas não ficam resumidos a isso. A população que continuou empregada está com salário atrasado de seis meses a um ano, e só não passa fome porque os empresários estabeleceram uma prática de escambo, em que trocam produtos entre si – quem fabrica camisa troca o produto com quem produz carne, e assim por diante. A produção econômica caiu 40% nos três últimos anos.

Ampílov, que deu longa entrevista a uns poucos jornalistas em Brasília, entre os quais o representante dos **cadernos do terceiro mundo**, considera que o país vive uma convulsão contínua, que só não explodiu por causa da dispersão do movimento comunista, hoje dividido em nove partidos, inclusive o seu, o Partido Comunista Único. Ele acha que o impasse só será rompido depois que os comunistas se unirem, pois não acredita em golpe do Exército, debilitado e preso mais à hierarquia do que às premências do povo.

Os políticos na Rússia sofrem, segundo Ampílov, do mesmo dilema das oposições no Brasil diante do neoliberalismo. Lá também o Parlamento, a Duma, é vítima das mesmas chacotas e desmoralizações por parte da mídia: "Como são contra Yeltsin", diz ele, "os deputados são filmados dormindo, brigando, ausentando-se."

Ex-deputado regional e dirigente do Movimento em Defesa do Mausoléu de Lênin, ele foi um dos que comandaram a resistência da Duma em 1993, quando o prédio foi invadido pelo Exército, que matou 470 pessoas para impedir que os parlamentares decretassem o impeachment de Yeltsin.

Victor Ampílov, que já foi correspondente da imprensa de seu país em Cuba e na Nicarágua, lançou no Brasil o livro *Os Diálogos de Lefortovo*, escrito na prisão que antes abrigava os inimigos do regime soviético, e onde ficou preso cinco meses. A seguir, os principais trechos da sua entrevista.

"Agora temos todas as 'belezas' do capitalismo, desemprego, doenças antes erradicadas, miséria generalizada"

Que análise faz da experiência comunista?

Víctor Ampílov - O objetivo principal da Revolução Socialista de outubro foi implantar a propriedade social e assegurar direitos iguais para todos os russos, inclusive eu, que venho de uma família humilde de camponeses, pois recebi uma educação de excelência, juntamente com os meus seis irmãos.

A economia também era planificada, para propiciar essa igualdade comunista. Mas havia um problema: não estávamos cumprindo o legado de Lênin. Ele dizia que a essência do poder soviético seria a população chegar ao poder estatal, governar o Estado, o qual deveria desaparecer, através do fortalecimento da ditadura do proletariado. Lamentavelmente, porém, depois de Stalin, começou o processo de alienação da massa trabalhadora do poder: o Estado, através do aparato burocrático do Partido cuja meta era a manutenção de seus privilégios.

Mais recentemente, restabeleceu-se a propriedade privada, inclusive da terra, e agora temos todas as "belezas" do capitalismo, como a mendicância, o desemprego, a volta das doenças erradicadas, a miséria generalizada e o crime.

Na Rússia, hoje, chegamos a ter mais mendigos do que aqui no Brasil. E o povo perdeu o hábito de lutar por seus direitos, porque não havia necessidade. Hoje, temos mais de 20 milhões de desempregados e um milhão de crianças abandonadas.

Qual foi o papel de Gorbachev?

V.A. - Gorbachev não era um traidor. Ele procurou atrair as massas para a gestão do Estado, através da criação dos

conselhos das coletividades trabalhistas, achando que eles poderiam controlar a administração. Mas já era tarde.

Como os operários estavam alijados, esses conselhos não deram em nada. Os seus presidentes recebiam vantagens e privilégios dos diretores das empresas estatais, o que onerava ainda mais a máquina estatal, quando a tarefa desses operários, segundo entendem os comunistas, seria a de controlar os salários dos diretores, dos parasitas que nada produziam, tanto nas fábricas como na própria sociedade.

Mas este é o problema da humanidade: o Estado teria de continuar seu desaparecimento lento, ou voltaria a ser o instrumento da luta de classes para se converter, em vez de instrumento para esmagar a reação, no instrumento para esmagar precisamente os trabalhadores.

Não existe nenhum tipo de rebelião contra esta situação?

V.A. - Há sim, mas ainda insuficiente. Porque os operários, que são hoje a força principal do país, temem perder o emprego, mesmo quando ficam de seis meses a um ano sem receber. Hoje, o desemprego é um verdadeiro desastre nacional. Eles entendem que só a fábrica pode mantê-los, porque, mesmo sem pagar salários, os empresários conseguem obter produtos para seus funcionários, através de uma espécie de escambo: se um produz camisa, e o outro carne, eles trocam camisa por carne. E, dessa forma, a coletividade consegue sobreviver, ainda que a duras penas. Já os camponeses talvez sejam os mais ativos, mas poderiam avançar mais. Eles enfrentam a falta de unidade dos comunistas, porque o povo voltou a acreditar nos comunistas, mas estes estão dispersos e só unidos poderão se transformar na vanguarda do movimento.

Mas, há greves contínuas de camponeses municipais, na parte oriental. Em Vladivostok, por exemplo, eles estão em greve há quase três meses.

"O povo voltou a acreditar nos comunistas, que estão divididos. Só unidos poderão se transformar na vanguarda do movimento popular"

Mas isto não derruba governo?

V.A. - Sim. Pela primeira vez, eles levantaram a bandeira vermelha, com uma marcha sobre Moscou, com a palavra de ordem de "Abaixo o instituto presidencial".

Este instituto, uma cópia pálida do sistema observado nos EUA, não tem raízes na nossa vida política. Sua adoção tende, portanto, a converter-se na restauração da monarquia pura. Daí, a união estreita do Estado com a Igreja.

O que preconizam vocês, comunistas, em troca do sistema presidencial?

V.A. - Queremos voltar ao sistema dos Sovietes, quando os deputados dos órgãos do poder, começando com a fábrica e terminando com o Soviete Supremo ou o Parlamento, se interligavam com as coletividades trabalhistas - os operários, os camponeses, profissionais liberais. Para dar um exemplo daqui do Brasil: Oscar Niemeyer não é um político, mas conhece os problemas urbanos muito bem. Então, por que não atrair ao parlamento o arquiteto, o médico, o operário, para que, duas ou três vezes por ano, aprovem as leis e logo instalem o comitê executivo para fazer cumprir essas leis? Hoje, ocorre que os mesmos que aprovam as leis são os que as fazem cumprir. E isso não dá.

Como vêem as Forças Armadas o desmonte do Estado?

V.A. - Hoje só produzimos 40% do que produzíamos em 1991; as fábricas estão paradas. O capitalismo começou com a destruição das áreas de alta tecnologia: aviação, indústria automobilística, construção de mísseis para a investigação científica. Tudo isso foi desmantelado muito rapidamente.

Hoje só funciona o setor de extração de minerais, gás e petróleo, para vender lá fora. Mesmo assim, o governo não tem dinheiro, tem que apelar à banca externa, sobretudo ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. E quando o FMI se dispõe a dar dinheiro,

exige que o regime desmantele o Exército. Então Yeltsin se vê obrigado a reduzir a tropa, não por ser pacifista, mas para conseguir dinheiro.

E a reação das tropas?

V.A. - Nosso Exército, como o de qualquer outro país, não se dispõe facilmente a sair à rua em protesto, porque suas tropas são treinadas para cumprir ordens. Mesmo assim, se registram protestos, tanto que Yeltsin tem medo. Proibiu que os oficiais carregassem armas para fora das unidades militares.

Qual foi o corte no Exército?

V.A. - Ele já anunciou a dispensa de 300 mil quadros, há três meses. E fez novos anúncios recentemente. Agora faz um esforço para desmantelar as forças nucleares do país. Como se sabe, os EUA não admitem qualquer tentativa de preservação da soberania nacional, alheia, em termos nucleares. Quanto à Marinha de Guerra, que nos tempos soviéticos, com 150 unidades nucleares, equilibrava com a Marinha norte-americana no Pacífico, agora está despedaçando seus submarinos.

O novo ministro da Defesa, Serguey Shoygu, que acertou a ampliação da Otan até às fronteiras da Rússia, numa violação ao tratado de não-proliferação das armas nucleares, adquiriu um estaleiro na Ucrânia para içar os submarinos e cortá-los em pedaços, para vendê-los como sucata.

Há pouco, por exemplo, o general Rojlin, presidente do Comitê de Defesa do Parlamento, fundou um movimento de defesa do Exército e pediu a deposição do presidente. E nisso, nós, comunistas, estamos de acordo. Yeltsin simboliza o aniquilamento da soberania nacional. Se ele for embora, haverá condições de retomarmos nossa soberania; mas o Exército tem de funcionar como força auxiliar do movimento popular, e não vice-versa.

"O FMI pode dar dinheiro à Rússia, se desmantelar o Exército. Então Yeltsin reduz a tropa não por ser pacifista, mas para conseguir dinheiro"

Existe a possibilidade de um golpe de Estado?

V. A. - Acredito que o Exército, por si só, não fará qualquer coisa. Na vanguarda, tem de estar o povo trabalhador.

Mas o senhor acredita na derrubada do regime?

V. A. - Há grandes possibilidades. Yeltsin tem medo. Nós fizemos uma caminhada sobre Moscou, em julho do ano passado. Yeltsin tomou um susto e viajou de férias, junto com o primeiro-ministro. Toda a cúpula governamental abandonou a capital.

E o que estão fazendo os comunistas para evitar a catástrofe?

V.A. -Mais cedo ou mais tarde, chegará a explosão. Nosso desafio está em fazer uma explosão social dirigida, que não derrame tanto sangue.

Existem condições para o impeachment de Yeltsin?

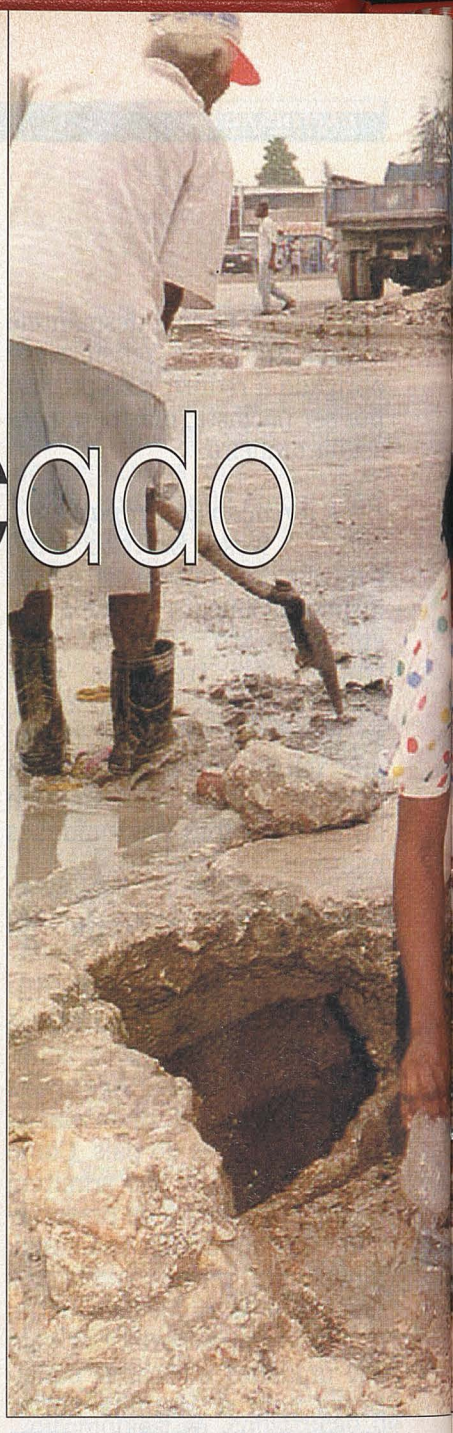
V.A. - A Constituição não propicia mecanismos para isso, porque foi Yeltsin quem a escreveu. A guerra na Chechênia, esta com 100 mil mortos, seria bastante para justificar o afastamento do presidente. Mas há outros aspectos formais e jurídicos. Um exemplo é o desmoronamento da economia, com a paralisação das fábricas e da agricultura – na época de Stalin, a paralisação de um minuto significava crime contra a produção.

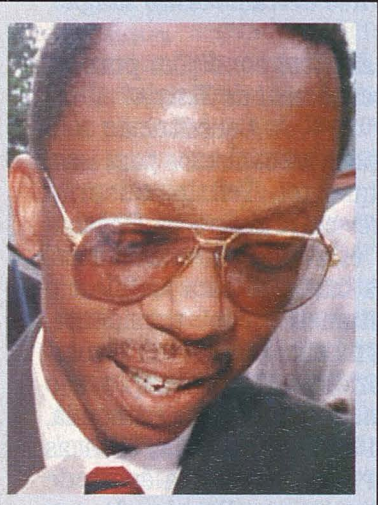
Outro é a violação da lei da privatização, aprovada em 1992, pela qual só 30% da economia poderiam ser privatizados. Mas, com Yeltsin na cabeça do Estado, privatizaram-se mais de 80% de todo o patrimônio nacional. E isto é um roubo ao povo.

O pior ainda é que a população da Rússia diminui 1,2 milhão a cada ano, porque não há saneamento e aniquilaram o sistema de saúde.

A tuberculose, a sífilis, doenças há muito tempo erradicadas, estão voltando e matando a população. ■

O preço do culto ao mercado





*Jean-Bertrand Aristide**

Somente com muita imaginação e com a solidariedade internacional se poderá aliviar a carga sobre os pobres da Terra, que são a maioria dos haitianos

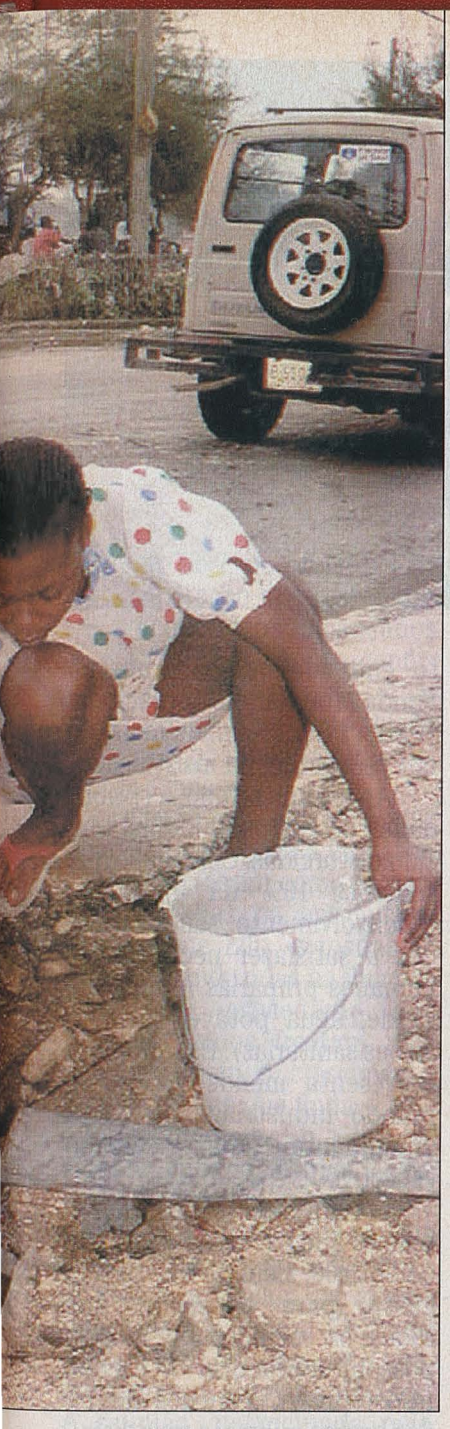
Durante os primeiros anos do século XX, os cientistas que estudavam fenômenos subatômicos tiveram que enfrentar um desafio intelectual ao descobrirem que os conceitos clássicos da física eram inadequados para descrever tais fenômenos.

Einstein se referiu a esta experiência do seguinte modo: "Todas as minhas tentativas em adaptar os fundamentos teóricos da física a esse novo tipo de conhecimento fracassaram por completo. Foi como se nos tivessem tirado o chão de baixo de nossos pés." Os físicos se viram obrigados a dar um salto conceitual gigantesco, o que exigiu um grande esforço de imaginação.

Para entender os desafios globais que enfrentamos hoje e encontrar respostas, também é necessário dar um salto conceitual de magnitude semelhante. Infelizmente, enfrentamos atualmente uma crise de imaginação e demonstramos uma grande incapacidade para perceber a realidade.

O culto ao mercado está se transformando em uma religião mundial, na qual o crescimento econômico tornou-se a medida e o limite do projeto humano. No outro extremo da escala do poder mundial, se encontram milhões de meninos de rua, que estão fora do mapa e dos projetos de quem planeja a economia global.

Em Porto Príncipe, capital do Haiti, abrimos em 1997 uma emissora, a Rádio Timoun, que



A maioria dos haitianos vive na miséria absoluta e a globalização piorou a sua situação

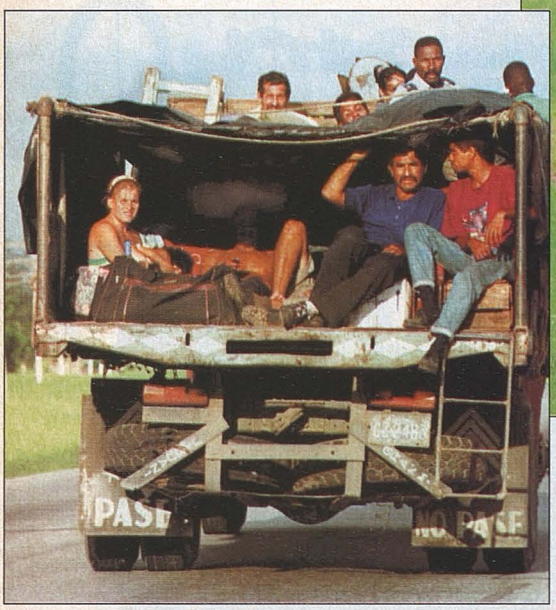
tem a participação desses meninos carentes. Em um comentário preparado por três meninas de 11 anos, a democracia foi definida como "comida, escola e cuidado com a saúde de todos".

Esta é uma definição simplista ou visionária? Na verdade, para essas meninas, assim como para a maioria dos haitianos, a democracia não significa nada, se os preços dos produtos comestíveis não forem reduzidos. Talvez o raciocínio dessas crianças, que é o mesmo dos pobres em geral, nos ajude a dar o salto rumo ao século XXI.

Sabemos que um bilhão de pessoas atualmente vivem na miséria absoluta. Desde 1960, a proporção de riqueza dos 20% mais ricos em relação aos 20% de cidadãos mais pobres do mundo cresceu de 30 a 1 para 60 a 1.

A globalização, a interpenetração dos mercados mundiais, com crescimento econômico constante, tem sido apresentada como um modelo para aliviar a pobreza. Entretanto, os maiores beneficiados com investimentos estrangeiros, entre 1985 e 1995, foram os Estados Unidos, com US$ 477 bilhões, enquanto que a Grã-Bretanha está em um distante segundo posto, com US$ 119 bilhões. O México, o único país do chamado Terceiro Mundo entre os dez primeiros, recebeu somente US$ 44 bilhões em investimentos.

Em um projeto sobre a estratégia do Banco Mundial (Bird), citado recentemente pelo diário londrino Guardian, estima-se que a maioria dos camponeses haitianos, que constituem 70% da população do país, provavelmente não sobreviveriam à apli-



Os camponeses do Haiti só podem aspirar a trabalhar na indústria, em serviços ou a emigrar

cação das medidas de livre mercado defendidas pelo banco. O Bird concluiu que "o pequeno nível de produção e as limitações dos recursos ambientais deixariam a população rural com poucas possibilidades: trabalhar no setor industrial, no de serviços, ou emigrar".

Atualmente, o setor industrial emprega somente 20 mil haitianos. Há ainda 2 milhões de pessoas que vivem em Porto Príncipe e 70% delas estão oficialmente desempregadas.

Tendo em vista a conhecida história dos *boat people* haitianos e da emigração em geral, a segunda possibilidade citada pelo Banco Mundial dificilmente pode ser considerada uma opção real. Ou entramos no sistema econômico global, no qual sabemos que não podemos sobreviver, ou nos negamos a isso e enfrentamos a morte. Este é o clássico dilema dos pobres, uma decisão entre a morte e a morte.

Felizmente, os pobres têm uma imaginação fértil, quando se trata de permanecerem vivos. O haitiano médio sobrevive com menos de US$ 250 por ano, o que demonstra o grau de imaginação que precisa usar todos os dias. No Haiti, 1% da população controla 45% da riqueza nacional. Não existe assistência social. No entanto, o suicídio é praticamente inexistente entre os haitianos.

A força da solidariedade

Diante desse quadro, o que sustenta o nosso povo? De acordo com a minha experiência ao buscar alternativas, as respostas surgem quando nos aproximamos das dimensões humanas. O componente decisivo no processo de criação de alternativas econômicas é a solidariedade entre os pobres.

As experiências dos microempréstimos em todo o mundo, desde o Grameen Bank em Bangladesh, até nosso trabalho no Haiti, demonstram o quanto decisivo é o capital humano para promover um crescimento econômico que chegue até os pobres.

Em 1995, países de baixos investimentos financeiros, muito endividados, pagaram ao Fundo Monetário Internacional (FMI) US$ 1 bilhão, mais do que receberam da instituição.

Ao mesmo tempo, as prioridades de gastos mundiais têm sido distorcidas. Calcula-se que somente 10% da ajuda ao desenvolvimento são destinados a satisfazer necessidades humanas primárias (educação, saúde, água potável e instalações sanitárias). Esse número representa menos do que o mundo industrializado gasta anualmente com calçado esportivo.

Seriam necessários US$ 6 bilhões anuais, desde agora até o ano 2000, além do que se tem gasto, para conseguir que todos os meninos do mundo possam freqüentar a escola. Isso representa menos de 1% dos gastos militares mundiais.

Se as mãos dos estados estão atadas, a sociedade deve indicar o caminho até o próximo século. Será necessário, em primeiro lugar, investir nas pessoas, criar estruturas para o diálogo e a participação, e, em terceiro lugar, se inspirar na experiência dos pobres e fazer uso dela, assim como, finalmente liberar nossa imaginação. ■

* *Ex-presidente do Haiti*

Superando as dificuldades

Desastres naturais e a Lei Helms-Burton, entre outros fatores, frearam, mas não detiveram o crescimento do país em 1997

*Juan Martin**

Em 1997, as previsões de superação dos resultados econômicos alcançados em 1996 não se confirmaram em sua totalidade. Mas, a produção de Cuba demonstrou discretos avanços.

Dificuldades em conseguir financiamento para a indústria açucareira, assim como as perdas causadas na agricultura pelo ciclone Lili, somadas às pragas introduzidas na ilha por um avião procedente dos Estados Unidos, frearam, mas não detiveram o crescimento do país no ano que finda.

Recentemente, o vice-presidente cubano, Carlos Lage, em encontro com governadores e altos funcionários dos bancos centrais da América Latina e do Caribe, assinalou que as previsões para o Produto Interno Bruto (PIB) da ilha, este ano, mostram um aumento de 2,5%. A reunião, patrocinada pelo Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), tinha como objetivo o intercâmbio de idéias sobre os principais problemas que afetam atualmente o sistema financeiro.

Ainda que o ritmo de crescimento do PIB tenha decaído notavelmente este ano, em comparação aos 7,8% de 1996, Lage afirmou que a tendência à recuperação vai se manter nos próximos anos. O vice-presidente cubano fez essa previsão com base no crescimento do turismo (que atingiu uma média de 20% anuais nos últimos cinco anos) e do aumento da participação do capital estrangeiro, apesar da lei Helms-Burton, imposta pelos Estados Unidos.

Lage acrescentou que condições legais estão sendo criadas para favorecer o processo de crescimento de Cuba, e que as finanças internas estão melhorando, com as medidas aplicadas para diminuir o déficit orçamentário e o excesso de moeda no país.

O principal entrave à economia, segundo Lage, é a falta de financiamento. A ilha não tem acesso a créditos de longo prazo, e os empréstimos que consegue obter, a curto prazo, são em condições muito onerosas para o Estado. Aliás, o dirigente apontou a lei Helms-Burton como uma das principais responsáveis pelo fechamento do acesso da ilha ao financiamento externo. Ela tem efeito intimidatório sobre possíveis empreendedores.

No âmbito interno, Lage anunciou que modificações em busca de eficiência devem continuar, principalmente na indústria açucareira, onde são enfrentadas as maiores dificuldades. Sem a recuperação desse setor, não haverá recuperação econômica na ilha.

Segundo o presidente do Banco Central de Cuba, Francisco Soberón, existe a previsão do exercício fiscal fechar, em 31 de dezembro, com uma taxa de desemprego de 7%, inflação que não ultrapassa os 2,5 % e um déficit fiscal inferior aos 2% do PIB. Ele anunciou uma nova política a respeito das taxas de juros, para estimular a poupança interna no ano que vem. ■

* *Exclusivo de Prensa Latina para cadernos*

As dificuldades da economia de Cuba devem continuar em 98

Lições da crise

Cabe à diplomacia internacional evitar que o mundo assista a outra guerra no Golfo para atender a interesses de empresas petrolíferas

Os acontecimentos no Iraque estão avançando para o retorno às negociações diplomáticas. A guinada no rumo de uma solução pacífica é reflexo das preocupações mundiais de que, mais uma vez, os Estados Unidos tentem priorizar a solução armada para impor suas pautas naquele estratégico país do Oriente Médio.

A coalizão diplomática que permitiu que mais de 20 países participassem ou apoiassem o ataque ao Iraque há sete anos, não funcionou na atual crise. Dos cinco membros com direito a veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, três - a França, a Rússia e a China - se opuseram à operação militar. A Inglaterra, tradicionalmente aliada aos Estados Unidos, apoiou diplomaticamente o governo de Washington e deslocou para Gibraltar um dos seus porta-aviões. Mas não assumiu o projeto belicista dos norte-americanos, o que é sintomático.

Na Rússia, a maioria da Duma (Parlamento) aprovou uma moção contrária ao ataque militar e autoridades do governo, inclusive o ministro da Defesa, manifestaram oposição ao mesmo. Aliás, os recentes avanços no

As gestões diplomáticas lideradas pela Rússia e secundadas pela China e a França conseguiram evitar, pelo menos de forma momentânea, uma nova guerra no Golfo

As autoridades iraquianas aproveitaram a crise para mostrar ao mundo as graves consequências sociais do bloqueio econômico imposto pela ONU sob inspiração dos Estados Unidos

entendimento devem-se muito às iniciativas russas.

A diplomacia francesa tem estado muito ativa a favor de um entendimento e a China possui conhecida posição no mesmo sentido. O fato novo, e muito significativo, é a situação do grupo de países árabes tradicionalmente ligados a Washington, que já manifestaram ser contrários a um novo ataque ao Iraque. Entre eles incluem-se a Arábia Saudita, onde estão as principais bases norte-americanas no Oriente Médio e o Kuwait, teatro do anterior conflito e cujo governo já manifestou a Washington que não desejaria nem participaria de outra operação contra o Iraque.

Essa linha de ação é justa, mas é preciso que as Nações Unidas enfrentem o problema básico, gerador da crise: o bloqueio econômico ao Iraque, que está no seu sétimo aniversário.

Todas as vezes que o governo de Bagdá anuncia haver cumprido uma das exigências, as comissões de inspeção onde os norte-americanos têm 42% dos efetivos descobrem outra. E o bloqueio continua.

Tudo indica que, detrás dessas exigências, há imensos interesses econômicos em jogo. Conforme aludiu recentemente o vice-primeiro-ministro do Iraque, Tarek Aziz, a participação do petróleo iraquiano - que era superior a três milhões de barris diários exportados ao mercado mundial - foi absorvida pela Arábia Saudita, ou melhor, pelas companhias norte-americanas ali instaladas. A crise e as sanções econômicas assim, tem cheiro de petróleo.

O fundamental é que o mundo não presencie outra guerra no Golfo para atender a interesses de empresas petrolíferas. É necessário que a diplomacia internacional possa impedir esse fato e que se busque, através de negociações, chegar a uma solução aceitável.

O presidente Clinton dá a entender que o bloqueio e a agressão ao Iraque serão indispensáveis enquanto Saddam Hussein estiver no poder. Mas não cabe ao presidente dos EUA, por mais poderoso que seja, impor ao Iraque, ou a qualquer país do mundo, quem deva dirigi-lo. Essa é tarefa dos respectivos povos.

O que cabe ao presidente Clinton é negociar, abrir caminho a um processo de paz que evite um novo morticínio no Iraque ou a continuação de um bloqueio que já sacrificou mais de um milhão e meio de seres humanos.

As eventuais concessões exigidas ao governo de Bagdá estarão sempre mais próximas de serem atendidas através do caminho das negociações. Não da guerra.

O recente gesto do presidente Saddam Hussein, normalizando o trabalho da comissão de inspeção, é uma demonstração eloqüente nesse sentido, uma derrota dos belicistas e um ponto de partida para uma solução diplomática. ■

Neiva Moreira

Violência sem fim

Os massacres praticados por islâmicos extremistas passaram a fazer parte do cotidiano dos argelinos, causando grande abstenção nas eleições municipais

A oportunidade de escolher pelo voto as autoridades que vão conduzir o país costuma ser uma alegria para a população de qualquer nação. Particularmente para os habitantes de países do Terceiro Mundo, que foram obrigados a viver durante décadas sob o controle de metrópoles estrangeiras ou de ditaduras militares.

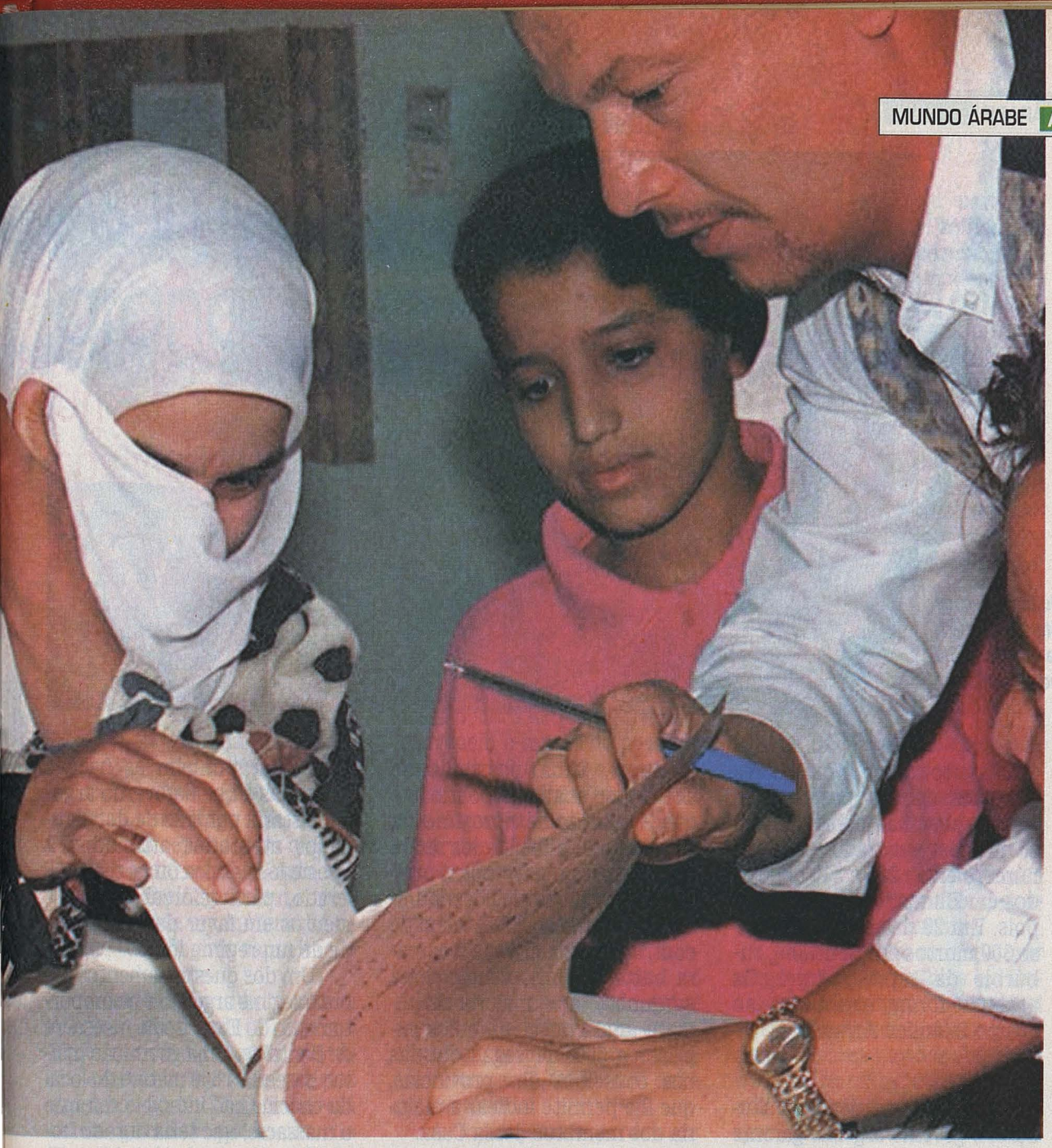
Mas na Argélia as eleições municipais e provinciais, realizadas em 23 de outubro passado, foram encaradas com indiferença pela maioria da população, descrente das propostas das forças políticas habilitadas a participar do pleito. Cerca de 34% dos 16 milhões de eleitores habilitados a votar não compareceram aos locais de votação, segundo dados do Ministério do Interior.

O resultado, que já era informalmente conhecido, foi apenas confirmado após a apuração dos votos: a vitória do partido Reunião Nacional Democrática (RND), liderado pelo presidente Liamine Zeroual. A legenda elegeu 7.242 vereadores, 55,18% do total de vagas.

Outro fator que desestimulou a participação dos eleitores

foi a ameaça constante de grupos islâmicos armados, banidos da vida política legal, que exigiram o boicote da população ao pleito no qual não puderem apresentar candidatos.

As denúncias de fraude pelos partidos de oposição foram muitas. Até mesmo o governo afirmou que foi prejudicado por irregularidades, que teriam sido praticadas, é claro, por partidos de oposição. As modalidades



denunciadas de fraude foram variadas. Desde a existência das "urnas grávidas", que já continham cédulas antes do início da votação, contagem de votos sem a presença de fiscais, votos por procuração e pressões sobre candidatos e eleitores.

O pleito foi marcado também pela violência que varre o país desde 1992, ano do golpe de Estado do Exército, que evitou a vitória eleitoral da Frente Islâmica de Salvação (FIS), agremiação integrista que busca transformar a Argélia num Estado regido pelas leis islâmicas (Sharia), como é hoje o Afeganistão, governado pelos talibãs. No mês de outubro, até o dia 22 (pré-eleição), oito candidatos e cerca de 600 eleitores foram assassinados.

A morte já deixou de chocar os argelinos, tornando-se um elemento banal, que já faz parte da vida cotidiana. Desde janeiro de 1992, mês do cancelamento das eleições e do início do acirramento da tensão política, 60 mil pessoas, pelas estatísticas mais otimistas, foram assassinadas. Uma média de 40 mortes por dia. Mas há outros cálculos, que citam cifras bem superiores: organizações de direitos humanos estimam o dobro, ou seja, 120 mil mortos.

Muitos argelinos protestaram contra o que qualificam de fraudes na eleição de outubro

Esse total inclui massacres como os de 117 pessoas em quatro chacinas ocorridas em 25 de agosto passado e a de um número entre 200 e 300 degolados em Blinda, quatro dias depois. Em 23 de setembro, quase 300 mortos em Bentalha, subúrbio da capital, Argel. Os ataques foram atribuídos ao Grupo Islâmico Armado.

Futuro incerto

No papel tradicional da situação, o governo argelino garante que a vitória nas eleições municipais trará estabilidade ao país. Para o ministro do Exterior, Ahmed Ataf, a eleição representa "o estágio final para o estabelecimento do sistema democrático".

Mas há indícios de que a situação política continuará tensa. O Movimento por uma Sociedade Pacífica, maior grupo político islâmico moderado e membro da coalizão governista, criticou o resultado das eleições. O partido ficou em terceiro lugar. Uma possibilidade aceita por analistas políticos é que o partido se aproxime da FIS, criando dificuldades ainda maiores para o governo.

A vitória nas eleições municipais permite ao RND, além de controlar o Executivo e a câmara baixa do Parlamento, eleita em junho, ter a maioria da câmara alta, graças ao índice superior a 50% de vagas obtidas nos conselhos das províncias, que lhe permite indicar a maioria dos membros dessa Casa.

Se o domínio político no país não foi alterado com o pleito municipal, o quadro de violência política também se manteve estável. Dois dias depois da votação, 16 pessoas foram degoladas em Oued-Djer, ao sul da capital, Argel, e seis membros de uma família foram mortos em Saida (sul do país). No mesmo dia, policiais descobriram cerca de 30 cadáveres em um poço em Bentalha.

Uma suspeita que começa a incomodar também as nações européias é que o governo argelino estaria por trás de determinados atentados atribuídos à oposição islâmica ou os teria tolerado, para reforçar os argumentos em favor da necessidade de um regime forte.

Um dos questionamentos sobre o regime argelino é o comportamento do Exército no massacre de Bentalha. Uma guarnição militar, baseada a 500 metros do local da chacina,não interveio durante o massacre, que teria durado horas. Moradores locais seriam suspeitos de dar apoio político, abrigo e comida a militantes islâmicos, o que teria contribuído para o imobilismo dos militares.

Supostos ex-agentes do serviço secreto do país, em entrevistas aos jornais The Observer (Inglaterra) e Le Monde (França), disseram que o governo teve participação em ataques em território argelino e em atentados em Paris, em 1995. ■

(Marcelo Monteiro)

As imposições das grandes potências

Uma nova postura em relação aos vizinhos é a chave da nova política externa da Índia

*Inder Kumar Gujral**

Durante três séculos e meio, a Europa e os Estados Unidos dominaram o mundo e quase toda a Ásia esteve sob o seu julgo colonial. Já o cenário para o século XXI é diferente: a Ásia e a costa do Pacífico podem superar o Ocidente em matéria de riqueza, tecnologia e capacitação de mão-de-obra.

A região produz quase a metade do Produto Interno Bruto mundial. Os especialistas em economia afirmam que nos próximos 20 ou 30 anos haverá cinco grandes potências no Planeta, três das quais estarão na Ásia,: Japão, China e Índia.

No entanto, o sentido exato e as implicações do "século da região Ásia-Pacífico" são ainda nebulosos. O regionalismo panasiático demorará algum tempo para surgir como um fenômeno estável, mas quando acontecer transformará o mundo.

Nesse contexto, o objetivo principal da política exterior do governo da Índia é o de fortalecer sua própria democracia com o desenvolvimento econômico e social, buscando ainda justiça e eqüidade em suas relações com o mundo. A palavra de ordem da nossa política exterior é : "Sem o lastro nem o rancor do passado, com uma mão amiga estendida a todas as nações da Terra." Com este slogan estamos começando a reestruturar as nossas relações com os vizinhos.

Na região do Sudeste da Ásia estamos tratando de pôr em prática políticas que produzam confiança mútua e aumentem a cooperação entre os países que a integram. Outro objetivo igualmente importante é a reforma da ONU, que deve ser fortalecida.

A Índia jamais perdeu de vista a meta de ver o nosso planeta livre de armas atômicas. O desenvolvimento equitativo para o conjunto das nações é impossível, a menos que se garanta a segurança de todas elas. Por isso, foi um dos primeiros países a pedir o desarmamento nuclear global e a proibir todos os testes nesse sentido.

Por outro lado, a Índia tem adotado a política de não assinar tratados desiguais e discriminatórios. Por isso, não se interessou em fazer parte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). O governo indiano realizou um teste nuclear pacífico em 1974, mas tem tido muito cuidado em abster-se de armar o país com artefatos atômicos. E vem observando cuidadosamente todas as disposições da TNP, apesar de estar fora dele.

Não temos exportado tecnologia nem materiais atômicos a países estrangeiros nem temos contribuído, abertamente ou não, para o processo de proliferação nuclear. O mesmo não podem dizer outras nações, inclusive algumas das principais potências nucleares.

Quando o Tratado de Proibição Geral dos Testes Nucleares foi debatido na Comissão de Desarmamento, em Genebra, deixamos bem claro que não apoiaríamos o documento a menos que ele contivesse a promessa das grandes potências atômicas do desarme total dentro de um prazo razoável.

A Índia está rodeada por armas nucleares: China ao leste; uma importante base naval norte-americana, com submarinos nucleares e aviões abarrotados de bombas atômicas, ao sul; e a oeste a região do Golfo, que os EUA e seus aliados encheram de artefatos nucleares. Nenhum governo da Índia poderia permanecer indiferente diante deste verdadeiro show armamentista em volta do país.

A Índia não deseja armar-se com material nuclear, a não ser que seja forçada a fazê-lo. Mas não pode abrir mão do controle da tecnologia nuclear até que o mundo se veja livre de armas atômicas e que elas sejam retiradas de suas fronteiras. ■

** Chefe de governo da Índia até dezembro*

A crescente demanda das populações africanas por liberdades democráticas está mudando o perfil político do continente

Mobutu Sese Seko

Adeus aos di

Beatriz Bissio

O fenômeno Laurent Kabila no Zaire deu uma lição aos governos autoritários africanos. Em um país gerido por mais de 30 anos por um ditador como Mobutu Sese Seko, o povo sedento de liberdade deu sustentação maciça a um líder, Kabila, que lhe prometeu paz e liberdade. A prioridade para o povo era se desvencilhar do ditador. E conseguiu. A lição que fica - um recado para muitos dirigentes africanos - é que a ditadura não pode ser eterna. E o recado foi compreendido, mesmo que não admitam abertamente.

Essa reflexão é de Pierre Yapo Aman, membro do Comitê Central da Frente Popular (FPI), o maior partido de oposição (social-democrata) da Costa do Marfim, e prefeito da comuna de Yakassé-Attobrou.

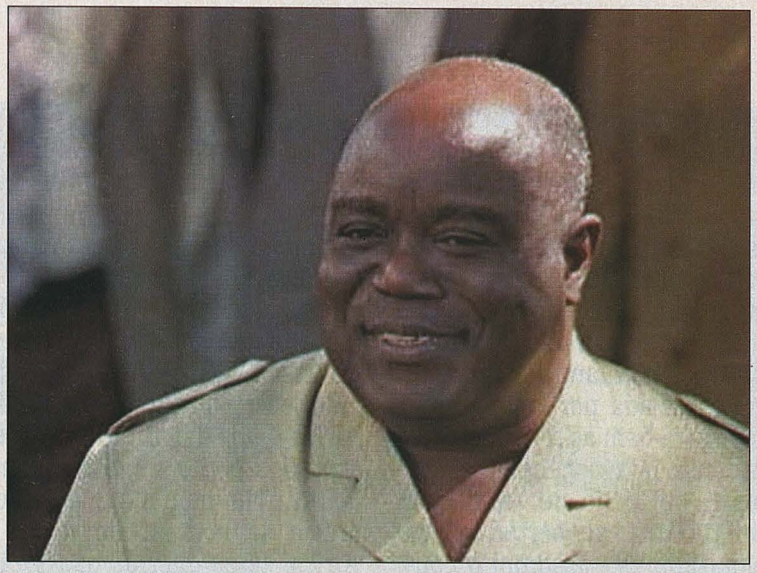
Em entrevista concedida a **cadernos do terceiro mundo**, no Rio de Janeiro, onde participou de uma reunião de prefeitos da Internacional Socialista, Yapo Aman fez uma avaliação da conjuntura africana e da situação do seu país e revelou-se confiante no futuro do continente, que imagina ser de ampliação dos espaços democráticos.

A consolidação da democracia, aliás, é a maior aspiração de Yapo Aman para o seu próprio país - uma ex-colônia francesa de 14 milhões de habitantes - onde apesar de em 1990 ter sido proclamado o multipartidarismo, não se respeitam as regras do jogo do sistema democrático.

A autorização para a organização livre dos partidos políticos coincidiu com mais uma eleição presidencial, mas não alterou a situação: o velho presidente Houphouet-Boigny, que governava desde a independência, em 1960, conquistou mais um mandato, com 81% dos votos. A oposição denunciou a consulta como fraudulenta.

A morte do presidente em dezembro de 1993 abriu uma disputa pela sucessão entre o primeiro-ministro, Alassan Oattara, e o presidente do Congresso (Assembléia Nacional, unicameral), Henri Konan-Bedié, que acabou se consolidando no governo e no controle do situacionista Partido Democrático da Costa de Marfim (PDCI). Konan-Bedié também venceu a eleição presidencial de outubro de 1995, boicotada pela oposição.

Desde então, a oposição, liderada pela FPI - na clandestinidade durante décadas e



Laurent Kabila

tadores

legalizada em 1990 - exige do governo a abertura de um diálogo político que deverá conduzir à implantação efetiva do multipartidarismo e à democratização da Costa de Marfim. "Mesmo se o partido no poder continuar a opor resistência, o diálogo acabará se impondo. Nosso país não é diferente do resto do mundo. A democracia e a liberdade são aspirações naturais de todo cidadão digno deste nome. A lição do ex-Zaire deve ser registrada", afirma o dirigente da Frente Popular.

Para Yapo Aman, a população zairense deve ajudar Kabila a ampliar as liberdades políticas e individuais e a democracia. E deve evitar fazer uma oposição sistemática, dando tempo para que o novo líder consolide o seu governo, reorganizando a estrutura do Estado e preparando o país para a reabertura dos partidos. "Kabila não pode esquecer o compromisso de dar espaço a todos os partidos. O que ele combateu ontem não pode admitir hoje".

Quanto ao papel que pode caber no futuro a Etienne Tshisekedi, líder do maior partido de oposição legal a Mobutu, a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), que acabou se tornando seu primeiro-ministro já no ocaso do ditador, Yapo Aman diz que a falta de visão política demonstrada compromete uma possível aliança com Kabila.

Ao se aliar a Mobutu no último momento, Tshisekedi teria comprometido a aproximação com o novo governo. "Tshisekedi deu margem para que Kabila duvide de sua boa-fé", diz Yapo Aman. "Em todo caso, Kabila não deseja um estado de partido único. Tshisekedi que espere as eleições. Se o povo o apoiar, poderá, através do voto, ter sua vez no atual cenário político do Zaire."

A outra África

A cobertura da imprensa a respeito da África, que em geral se limita a falar em fome e guerras, sempre apresentadas como lutas entre tribos, passando a idéia de um continente sem perspectivas a curto prazo, foi criticada pelo dirigente da Costa do Marfim.

"Essa abordagem de nossos problemas corresponde à perspectiva dos países ocidentais, que não compreendem a realidade mais profunda do continente africano e são responsáveis pela situação de prostração da África. Os nossos problemas não são fruto do tribalismo e sim da herança deixada pelos colonizadores. O tribalismo não é outra coisa senão a tendência dos dirigentes colocarem à disposição de seu grupo familiar, político e étnico todos os meios do Estado. E esse tipo de prática não é exclusiva da África."

Yapo é enfático em dizer que nunca houve na África guerra civil no sentido estrito. Geralmente, a guerra deriva do fato dos dirigentes entregarem os primeiros postos do país para amigos e membros da sua tribo. "Este é o drama e a causa profunda dos conflitos na África, agravados pelo fato do destino dos recursos que os organismos internacionais trazem ao continente nunca ter sido controlado. Os países ocidentais

Etienne Tshisekedi, líder do maior partido de oposição legal a Mobutu, a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS)

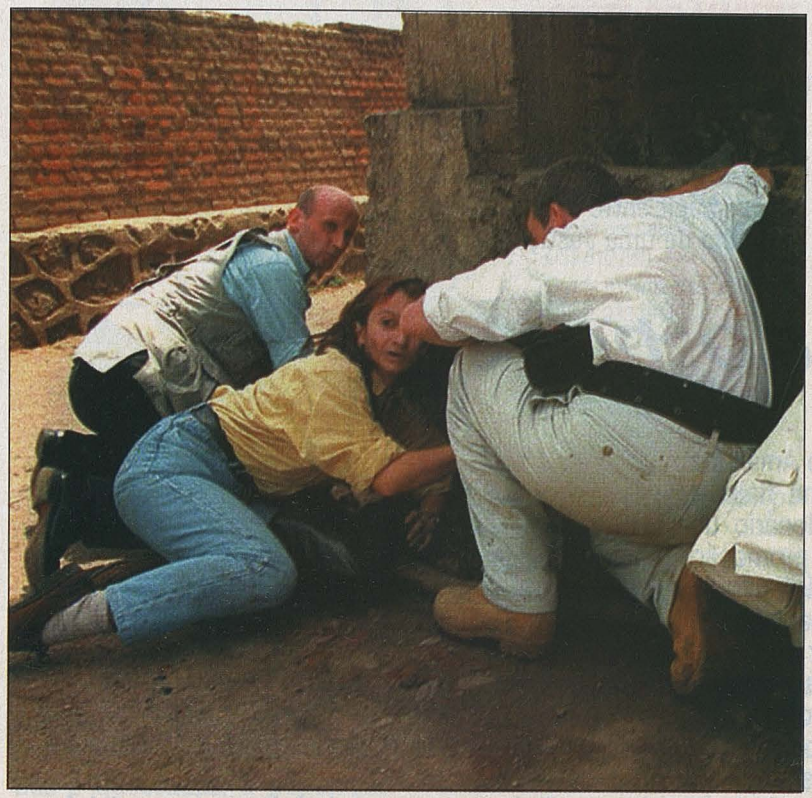
querem dirigentes dóceis e manipuláveis; por isso, as ex-potências coloniais fazem vista grossa para os abusos dos ditadores e continuam a sustentá-los, como aconteceu com Mobutu. Tudo o que pedia aos países ocidentais, conseguia, apesar do grito de desespero do povo. Hoje, o mesmo ocorre em Ruanda. A origem dos problemas na África são as potências estrangeiras, que aportam meios para os ditadores."

A cobertura da violência política em Ruanda e Burundi protagonizada por tutsis e hutus ilustra bem as distorções da imprensa internacional. Nesses países, ao longo de séculos, a minoria tutsi - acobertada pelos colonizadores - assumiu o controle do poder, em detrimento dos direitos da maioria hutu. "O presidente não ocupava o cargo por mérito, mas por questões étnicas. Então, a guerra em Ruanda e no Burundi deve ser mostrada como uma luta popular pela democracia. Quando a injustiça é a marca e existe uma reação há muito tempo reprimida, nem mesmo com mãos fortes se consegue deter o problema quando a ira popular estoura," assinala Yapo Aman.

Na sua visão, o genocídio em Ruanda foi uma reação à opressão. E o mesmo pode acontecer em outros países da África onde há ditadores sustentados por potências estrangeiras. "No dia em que a democracia se instalar em toda a África, essas guerras não serão mais que tristes lembranças."

Yapo Aman tem uma reivindicação em relação àqueles que dão suporte financeiro a ditadores: para atrair fundos do exterior os governos receptores deveriam se comprometer a instalar a democracia, com eleições em todos os níveis.

O dia em que a democracia se instalar em toda a África, as guerras civis não serão mais que tristes lembranças



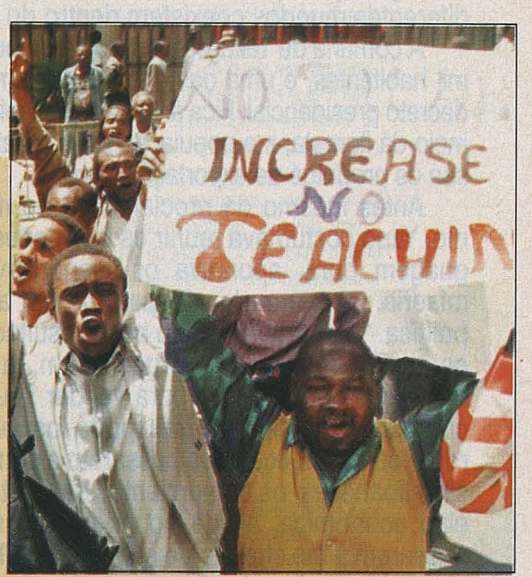
A cobertura da guerra em Ruanda, protagonizada por tutsis e hutus, ilustra as distorções da imprensa internacional, que tira as informações de contexto

Um pré-requisito

O dirigente marfinense acredita que no futuro irá imperar na África o sistema democrático. A prova de que se caminha nessa direção estaria no fato de muitos dos parlamentos africanos terem hoje em dia uma estrutura multipartidária. A mudança em prol da democracia, aliás, deve-se em parte, na opinião de Yapo, ao fim da Guerra Fria, que "ajudou a libertar o continente africano".

Fruto dessa nova situação política foi a própria eleição do dirigente da Frente Popular para a prefeitura da comuna de Ycassé-Atapúe (ver quadro). A vitória eleitoral de candidatos de oposição em vários municí-

O drama da educação



`Em meu país não há mais ensino superior'

O Estado na Costa do Marfim está paralisado, e, em particular, está bloqueado o sistema educacional. As Universidades estão fechadas devido a um desacordo entre os estudantes e o Poder Executivo sobre o conteúdo dos programas, as regras acadêmicas e o pagamento de bolsas de estudo.

"A Universidade, que é a cabeça pensante de um país, não funciona e estamos surpresos porque o governo parece não se preocupar com isso. Não há mais ensino superior, os campi estão fechados e os estudantes são expulsos de classe", denuncia Yapo Aman.

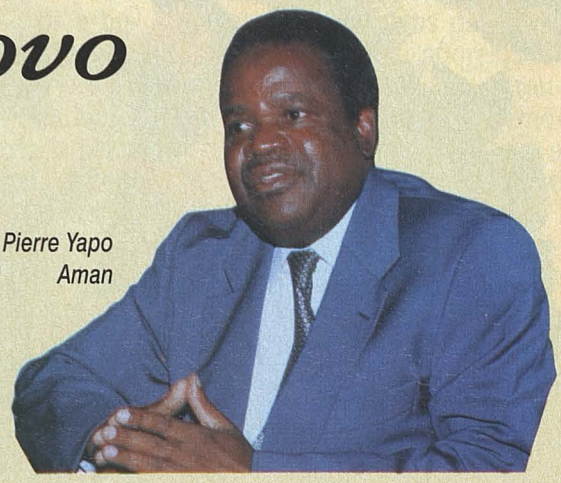
Desde o início do ano acadêmico houve apenas três meses de aulas. Os estudantes, em geral filhos de pais pobres, que devem pagar o campus, se alimentar, comprar livros caros, ficaram desde o ano passado sem a ajuda do governo, que foi suspensa. "Atualmente, muitos já não têm nem o que comer e não podem pagar por seus quartos. O mais surpreendente é que, enquanto esta é a realidade do ensino, o governo faz despesas ostentatórias em outros setores", desabafa o líder opositor.

pios mudou o cenário na Costa do Marfim, apesar de o processo de democratização ainda ser embrionário.

A Frente Popular administra 14 municípios, concentrados no centro-oeste, oeste e sudeste, e conquistou uma grande comuna da capital. "Dos dez prefeitos que há na capital, Abidjan, um é da Frente Popular."

Mas o processo democrático ainda é frágil, entre outras razões pela falta de uma Justiça Eleitoral independente, cuja instalação é uma das principais bandeiras da Frente Popular. As eleições são organizadas pelo partido no poder. Essa foi a razão que levou a oposição, em 1995, a não participar da eleição presidencial, con-

O prefeito do povo



Pierre Yapo Aman

Casado e pai de seis filhos, Pierre Yapo Aman fez uma especialização em sociologia na Itália e outra na Costa do Marfim. Foi funcionário do Ministério da Agricultura e é especialista em promoção rural. "Conheço bem a miséria do nosso país", afirma. "Os nossos camponeses não têm água para beber, nem eletricidade, não têm casa para morar e apenas um par de sapatos. Uso minha profissão para conscientizar as pessoas, para exigir desenvolvimento, condições para produzir. A miséria é tão chocante que diferentes mundos coexistem dentro do mesmo país."

A comuna de Yakassé-Attobrou, de pouco mais de 17 mil habitantes, é uma das 418 criadas em 1985 por um decreto presidencial. Fica a 130 km da capital, Abidjan, no meio da floresta, e a população produz café e cacau que são os produtos de exportação do país.

Antes mesmo da proclamação do multipartidarismo, Yapo costumava reunir os camponeses e, com linguagem dura, apontava os responsáveis pela sua miséria, procurando despertar-lhes a consciência política. "Meu trabalho deu bons resultados. Incentivei os camponeses a se organizarem, a estruturarem empresas cooperativas para vender seus produtos, a comprar veículos para transportá-los, em vez de carregá-los na cabeça. Eles passaram a concorrer com os sírio-libaneses, os comerciantes da Costa do Marfim, a elite econômica, aliada ao poder. Os sírio-libaneses passaram a me chamar de subversivo. Mas em vão. Na proximidade das eleições, a população me convocou a ser candidato a prefeito. E fui eleito. Pela primeira vez ganhou um partido de oposição. E como prefeito, passei a fazer parte do Comitê Central do Partido."

Isto aconteceu em 1990, e Yapo continua a contar com a confiança de suas bases. Hoje, ele está mudando o perfil de sua comuna, instalando água e telefone em alguns vilarejos, construindo colégios municipais (a comuna já tem 9 escolas primárias e uma escola secundária) e continua a educar a população sobre seus direitos de cidadãos.

Mas ainda há três povoados que não dispõem de eletricidade e sete (em nove) que não possuem água encanada, obrigando a população a se abastecer em poços improvisados. Com um financiamento do Banco Mundial, Yapo vai construir reservatórios de água. "A questão é vital para todos os habitantes e com muito carinho nós tentamos encontrar uma solução", afirma.

Cerca de 60% dos habitantes de Yakassé-Attobrou têm menos de 30 anos, a maioria sem escolaridade e deixada à própria sorte. "Nós tentamos organizá-los, orientando-os nas atividades que lhes possam ser rentáveis", explica o prefeito.

Para pôr em prática o seu programa de governo, ele conta com uma dotação do Estado, da ordem de 40 milhões de francos CFA (um dólar vale 600 francos CFA) e mais 40 milhões de francos CFA que vêm da própria comunidade. Ao todo, uns US$ 130 mil para executar a sua política de desenvolvimento.

COSTA DO MARFIM

População: 13.841.000 (94)
Taxa de analfabetismo: 60% (95)
Taxa de inscrição escolar: 58% (1º grau)
Mortalidade infantil: 94 a cada mil nascimentos (95)
Renda per capita: US$ 610 (94)
Dívida externa per capita: US$ 1.333 (94)

* *Fonte: GUIA DO MUNDO*

Laurent Gbagbo, presidente da Frente Popular

vocando o povo para o que chamou de boicote ativo.

A resposta foi nítida: o índice de abstenção chegou a quase 90%. O presidente foi eleito por apenas uma região, o centro do país. No norte, oeste e sudeste, onde as urnas e todo o material eleitoral foram rasgados e quebrados, a população não compareceu à votação e não houve, de fato, eleição. (Na Costa do Marfim o voto não é obrigatório.)

A França, ex-potência colonial, calou-se diante das denúncias de fraude e foi o primeiro país a reconhecer o governo de Henri Konan-Bedié. Por isso, o fato de hoje a França ser governada por um primeiro-ministro socialista, Lionel Jospin, não desperta maiores expectativas na sua ex-colônia. "Um país não tem amigos, tem interesses", sentencia Yapo Aman. E lembra que François Mitterrand, socialista, quando foi presidente da França não modificou a política externa.[1]

Em relação ao pleito do ano 2000, a Frente Popular adotou uma atitude drástica: ou o governo concorda em instalar uma comissão eleitoral independente ou as eleições não poderão ser realizadas.

"É tradicional o partido no poder utilizar todos os meios do Estado (orçamento, infra-estrutura, transporte etc.) na campanha eleitoral, inclusive a mídia, que está à sua disposição.[2] Por essa razão, o partido situacionista não se importa em ter dinheiro para a campanha, pois controla os meios do Estado. Este é o drama que vivemos em nosso país," denuncia Pierre Yapo Aman.

A oposição da Costa do Marfim tem um jornal diário, que a população chama de "a Bíblia", porque diz a verdade. Não é um jornal da Frente Popular, porém as posições que defende são próximas às dessa agremiação opositora. O jornal é o único instrumento da oposição para exprimir suas idéias.

Mesmo com o domínio do governo sobre a comunicação, no Congresso unicameral, de 175 deputados, atualmente há três partidos representados, dois da oposição, cada um deles com 14 cadeiras. Essas cadeiras representam cinco a mais para a Frente Popular do que na anterior legislatura. (O presidente do partido, Laurent Gbagbo, é atualmente deputado[3].)

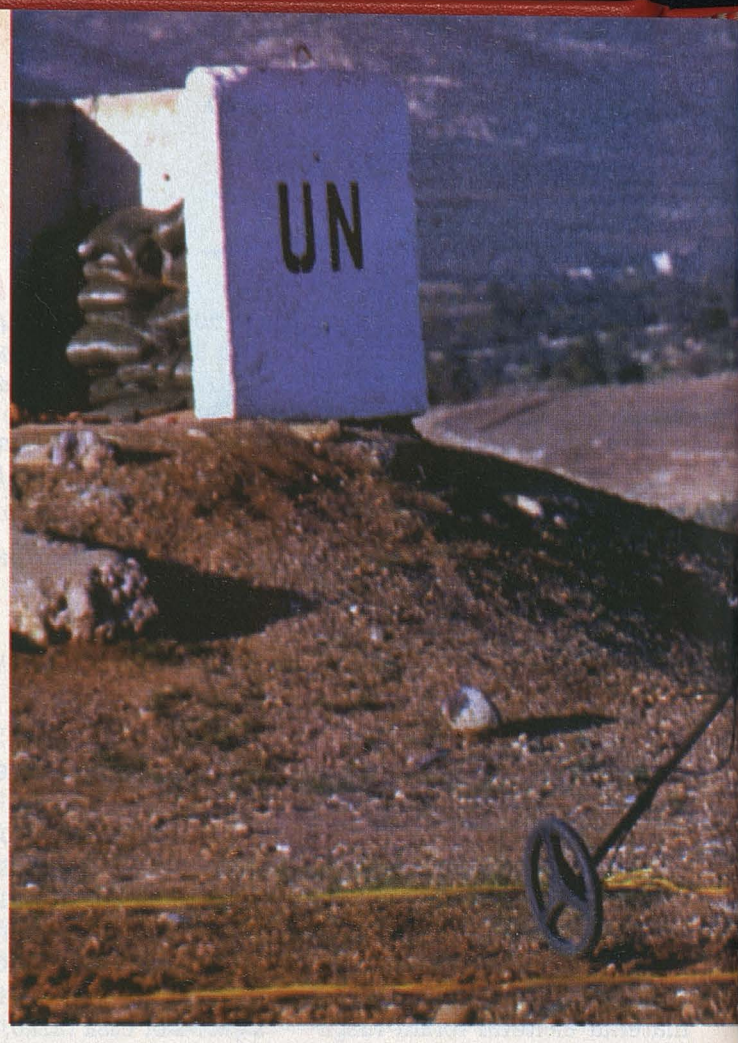
"O dia em que as eleições forem organizadas por um organismo neutro, vamos ter maioria na Assembléia Nacional. Isto é uma convicção. No plano sociológico o FPI já é majoritário." ■

[1] Recentemente, o novo secretário de Estado francês visitou a Costa do Marfim para informar as autoridades locais de uma nova disposição no que concerne à cooperação militar, que inclusive desagradou ao presidente da República. As tropas francesas baseadas na Costa do Marfim, cerca de 400 militares, estão muito bem equipadas, "melhor que os nossos soldados nacionais", segundo Yapo

[2] Na Costa do Marfim, a televisão e o rádio são do Estado e é o governo central quem domina estes meios de comunicação

[3] O presidente da Frente Popular, Laurent Gbagbo, fez recentemente uma viagem aos Estados Unidos e à Europa, para discutir o futuro da Costa do Marfim com as forças políticas internacionais, inclusive com a ONU e o FMI.
Em julho deste ano, a Frente Popular sofreu um racha. O dirigente Ahoua Don Mello, líder de uma corrente da FPI chamada Renascimento (Renaissance), abandonou a agremiação alegando falta de transparência e ausência de democracia interna e fundou um outro partido de oposição, com o mesmo nome da antiga corrente.
Don Mello se manifestou contrário à política de privatizações do governo e reivindicou a suspensão do pagamento da dívida externa

Avanços e recuos



Três anos após o acordo de Lusaka, a paz ainda não está consolidada em Angola. A Unita estaria reativando suas atividades em Huambo, província em que um soldado da ONU foi espancado em novembro

Marcelo Monteiro

O 22º aniversário da independência de Angola, em 11 de novembro, foi comemorado no país africano sob um clima de incerteza e expectativa. Incerteza pelo fato de três anos após a assinatura do acordo de Lusaka (em 20 de novembro de 1994), que encerrou no papel a guerra civil entre o governo e a guerrilha da União pela Independência Total de Angola (Unita), ainda não estar totalmente implantado. E expectativa, pelos resultados de um novo encontro entre o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da Unita, Jonas Savimbi.

Durante sua estada no Rio de Janeiro, em novembro, para se submeter a uma operação no pé direito, o presidente de Angola lamentou o fato de ainda existirem "muitas tarefas pendentes no campo militar, da polícia, da administração do Estado" para a obtenção da paz definitiva. "Mas os angolanos não devem perder a esperança. Temos de continuar a trabalhar para conseguir a paz", acrescentou.

Declaração oficial do governo, quando da comemoração do aniversário da independência, alertava que "o protocolo de Lusaka conhece momentos decisivos na sua implementação". E reconhecia que "a (livre) circulação de pessoas e bens ainda não é um fato e os esforços voltados para a reconstrução e desenvolvimento nacionais mantêm-se inviabiliza-

Uma das missões mais importantes dos soldados da ONU em Angola é a destruição de minas terrestres, garantindo a segurança da população

dos pela falta de condições indispensáveis à realização dessas tarefas".

A preocupação com o não cumprimento dos termos previstos no acordo assinado em 1994, na capital da Zâmbia, não está restrita ao Poder Executivo. No Parlamento, o sentimento é o mesmo. O deputado Paulo Rangel, do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), partido do governo, diz que não consegue entender como três anos após a assinatura do acordo "se discutem os mesmos problemas, como se o protocolo estivesse sendo renegociado".

Ao mesmo tempo em que defende a adoção real do protocolo de paz, o governo acusa a Unita de estar reativando bases militares na província de Huambo, dominada durante longo período pelos guerrilheiros e hoje sob administração do Estado. As unidades estariam localizadas próximas às cidades de Tchiumbo, Sambo, Catata, Sambote e Tchinhama. O vice-governador de Huambo para a defesa, Arao Chiteculo, acusou a Unita de estar reinstalando minas em alguns dos principais eixos rodoviários intermunicipais e nos que estão localizados nos limites da província.

Apesar do recomeço da articulação da Unita na província, uma fonte militar informou à agência estatal Angop que o quadro político-militar em Huambo é de "relativa calma", e que os deslocamentos de soldados da Unita estão sendo fiscalizados pela força da ONU.

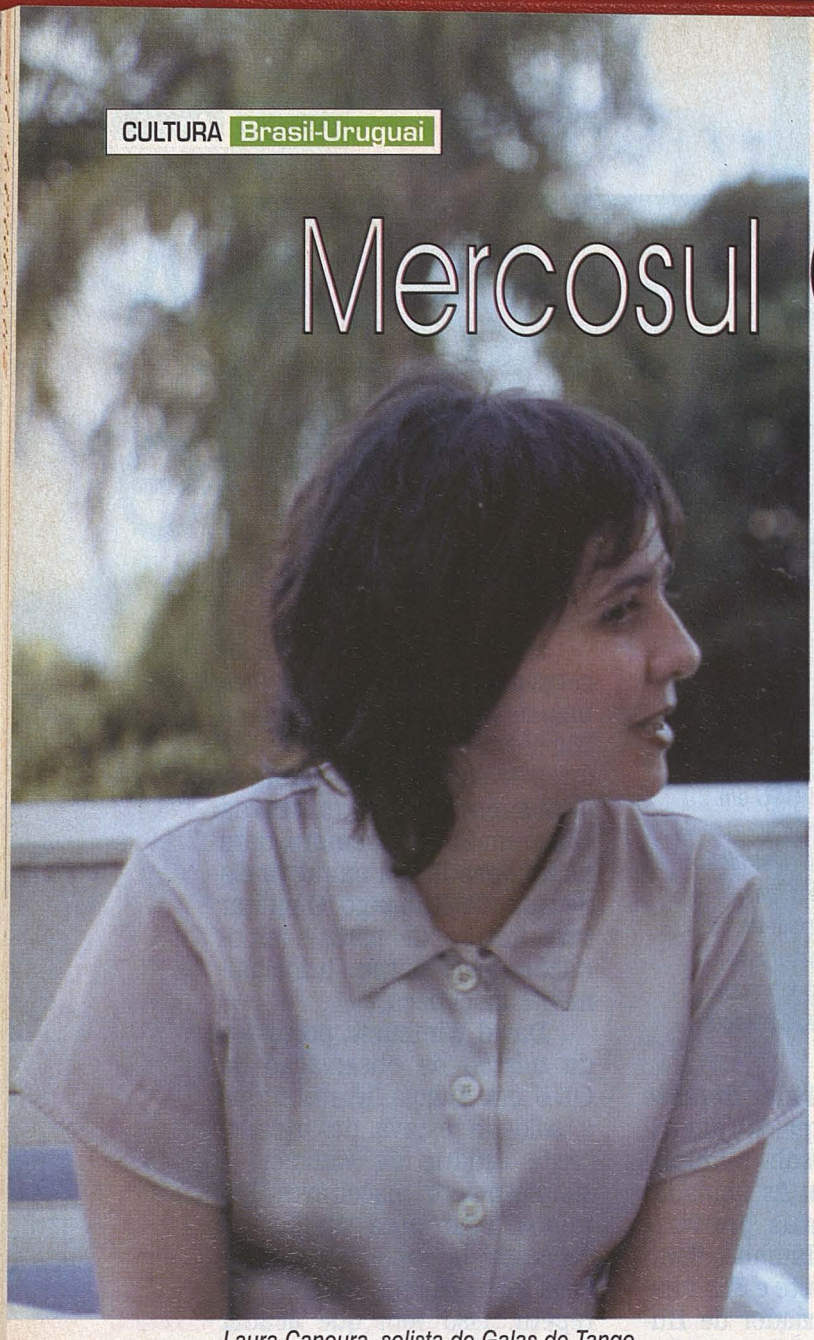
Mas o trabalho dos "capacetes azuis" não é imune a problemas. O soldado zambiano Warner Chinder, membro da força de paz, foi espancado por oito supostos integrantes da Unita em 11 de novembro, data da independência na província de Kuando-Kubango. O militar teve fratura de nariz e escoriações pelo corpo, principalmente na cabeça.

David Wimhurst, porta-voz da missão de observação da ONU em Angola, lembrou que o soldado estava desarmado. "Este cenário de violência é simplesmente inaceitável. Estamos aqui para ajudar no processo de paz e estas situações não podem voltar a se repetir. Isso tem que acabar agora. Este incidente tem que ser o último", disse.

O representante das Nações Unidas criticou o comportamento da Unita em relação aos compromissos acertados no acordo entre a guerrilha e o governo.

"Nada do que estava previsto em relação ao processo de paz foi feito. Nem o processo de extensão da administração do estado, nem a desmilitarização das forças residuais da Unita avançou. Está tudo parado", resumiu. ■

Mercosul Cultural come



Laura Canoura, solista de Galas de Tango

Sucesso no Brasil, as apresentações da Filarmônica de Montevidéu revelam o interesse em se conhecer a produção artística dos países vizinhos

Micaela Ramada

"Foi uma grande alegria constatar que o Mercosul Cultural não é uma palavra oca e que está começando com muita força, de país a país, um intenso intercâmbio cultural." A afirmação é do maestro Federico García Vigil, regente titular da Orquestra Filarmônica de Montevidéu, que recentemente fez um giro pelo Brasil, apresentando-se em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, com um espetáculo de tango, a convite das prefeituras dessas cidades.

A vinda ao Brasil surgiu como desdobramento do trabalho político das Mercocidades, uma iniciativa que aproxima os municípios do processo de integração regional liderado pelos governos federais.

A apresentação nos palcos cariocas, por exemplo, foi descrita pelo Prefeito Luiz Paulo Conde como "o primeiro resultado auspicioso" dos entendimentos entre o município do Rio de Janeiro e a Prefeitura da capital uruguaia, depois da assinatura do protocolo de irmanação das duas cidades.

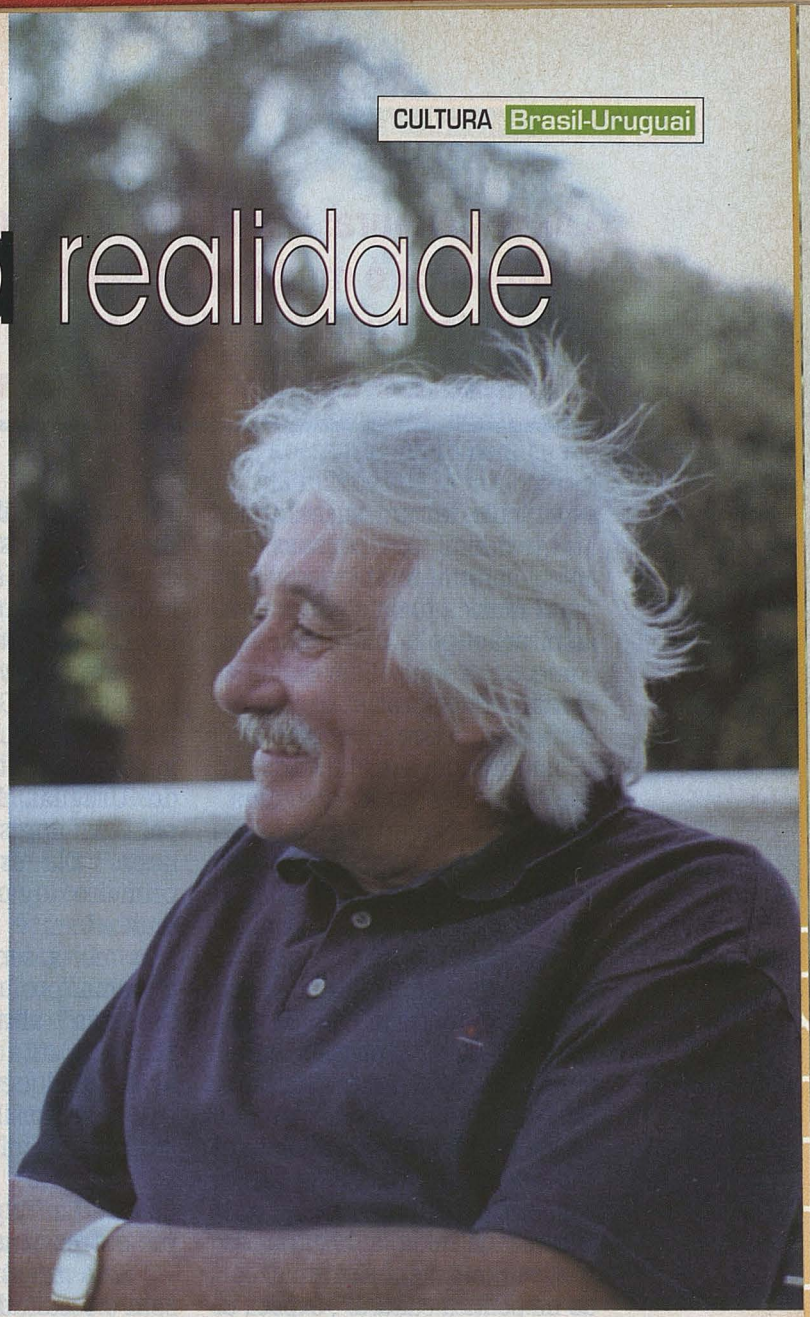
García Vigil é um maestro de larga experiência internacional; todos os anos passa vários meses no exterior, dirigindo as mais diferentes orquestras. No Brasil, dirige anualmente um ou dois concertos, já tendo trabalhado também com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, além de ter sido várias vezes convidado para dirigir a orquestra sinfônica do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, em Niterói (RJ).

"A experiência de viajar para se apresentar sozinho é completamente diferente do fato de se apresentar no exterior, junto a uma orquestra, e, em particular, com um programa de música popular como o tango", assinala.

A programação de tango foi a escolhida para a apresentação no Brasil - a primeira que a Filarmônica de Montevidéu realiza fora de seu país em toda a sua história - pelo grande sucesso obtido

ça a ser uma realidade

Fotos: Aristóteles Brito



García Vigil: regente titular da Orquestra Filarmônica de Montevidéu

junto ao público uruguaio. A idéia de uma orquestra como a filarmônica incursionar pelo terreno da música popular e em particular pelo tango foi do próprio Garcia Vigil.

"Há quatro anos estamos com o espetáculo Galas de Tango, que apresentamos de forma simultânea com a programação de música erudita. Considero a experiência de incluir parte de nossa música popular no trabalho da orquestra um achado. Foi uma aventura feita criteriosamente, para a qual me inspirei na Filarmônica de Viena, que a cada fim de ano faz um festival com as valsas e polcas de Strauss. Procuramos buscar uma forma musical que nos desse identidade e chegamos à conclusão de que devíamos escolher o tango", explica o maestro. "Além de ser um gênero musical bastante arraigado na cultura uruguaia, neste momento há um *boom* de tango no mundo inteiro. É uma música de sensualidade e erotismo. Incorporamos ao espetáculo dois excelentes dançarinos, Elena Vilariño e Mariano Bolfarini, que dançam muito bem."

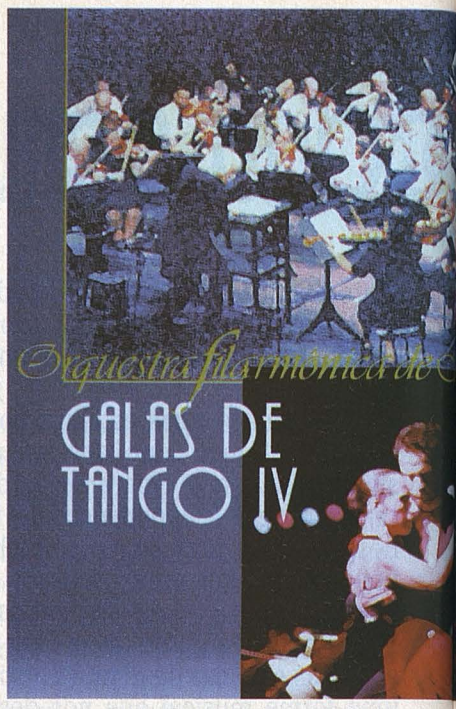
Porém, o tango é identificado com a Argentina mais do que com o Uruguai. O desafio era fazer um espetáculo que tivesse identidade uruguaia. "O tango pertence às duas margens do rio da Prata; é uma música de Montevidéu e Buenos Aires. A tragédia, alegria e humor que o caracterizam são elementos de uma música urbana, como o jazz", explica García Vigil.

Como uma filarmônica tem todo tipo de instrumentos, o maestro considerou um grave erro incluir todos eles no espetáculo de tango. A idéia então foi usar somente os instrumentos da orquestra típica - nome que se dá à orquestra de tango - e multiplicá-los "de forma escandalosa". Numa "típica" costuma haver três violinos, García Vigil usou 25. Numa típica há uma viola e um violoncelo, mas ele colocou nove violas e oito violoncelos, além de ter adicionado os instrumentos autênticos do tango: cinco bandoneones e o piano, além das vozes e do par de dançarinos. "Sem querer, fizemos a maior orquestra típica do mundo", disse.

Desde o primeiro ano - já está no quinto - o

"Considero a experiência de incluir parte de nossa música popular no trabalho da orquestra um achado. Foi uma aventura feita criteriosamente, para a qual me inspirei na Filarmônica de Viena, que a cada fim de ano faz um festival com as valsas e polcas de Strauss"

Laura Canoura: "Tango feito por uma filarmônica é muito especial. É um exercício intelectual riquíssimo. A cada dia o espetáculo é diferente"



espetáculo foi um sucesso em Montevidéu. As pessoas se emocionaram muito de ver a "sua" música tocada com tanta inspiração pela filarmônica e começou a consolidar-se uma verdadeira história de amor entre a orquestra e a população. "Com grande sensibilidade, o prefeito da capital uruguaia, Mariano Arana, apoiou os espetáculos (ao ponto de ter ido a vários ensaios) e a filarmônica passou a ser um grande acontecimento. Não só com a programação de tangos, mas em qualquer concerto de Tchaikovski, Chopin, Stravinski, entre outros, temos o mesmo sucesso. Sempre com teatro cheio. Foi como um tapete vermelho colocado para que o nosso povo começasse a desfrutar da obra de autores de toda a história da música do Planeta. Foi um achado de política cultural", explica o maestro García Vigil.

Assim, Galas do Tango, já consagrada em Montevidéu, passou a receber convites de Beijing, Tóquio, Paris, Roma, Nova Iorque. Mas a visita que se concretizou primeiro foi a que fizeram ao Brasil. O sucesso de público em Porto Alegre - com duas mil pessoas ovacionando a orquestra - voltou a se repetir no Rio e em São Paulo. "Agora sabemos que o nosso produto musical foi apreciado também fora das fronteiras", diz, satisfeito, o maestro.

García Vigil gosta de inovar. Não bastasse o próprio espetáculo Galas do Tango, introduzido na vida da filarmônica que dirige, onde contava com duas vozes masculinas consagradas, Gustavo Nocetti e Daniel Cortés, ele convidou a maior intérprete de música pop do Uruguai, Laura Canoura, para as apresentações populares. "Ela está conosco em primeiro lugar porque canta muito bem e também porque tem muita sensibilidade, além de uma profunda identidade uruguaia", afirma García Vigil. "Laura canta o tango como canta qualquer música. Neste giro pelo Brasil, a sua forma de interpretar foi imediatamente aceita pelo público, talvez porque Laura já tenha andado por outros gêneros".

Se o maestro está satisfeito com o resultado de sua experiência, pelo lado da intérprete não é diferente. "É uma experiência complicada, mas muito rica. Eu venho de um estilo musical diferente, trabalhando com um grupo de seis músicos. Às vezes me vejo ao lado da filarmônica com os seus 95 músicos e sinto como se tivesse que domar uma baleia!", confessa Laura Canoura, uma intérprete que conhece bem o sucesso, tendo recebido vários discos de ouro e de platina no Uruguai.

As apresentações têm sido para ela verdadeiros ensaios, nos quais procurou encontrar uma forma própria de cantar esses tangos, tão conhecidos e que já foram cantados pelas melhores vozes do gênero. "Acho que, finalmente, encontrei a forma de interpretá-lo, incorporando a minha experiência musical. Tenho me sentido muito livre, mesmo sendo eclética."

Laura já tinha feito alguma incursão musical pelo tango, num espetáculo que apresentou em Montevidéu com Hugo Fattoruso, muito conhecido no Brasil por acompanhar habitualmente Milton Nascimento e Chico Buarque em suas turnês. "Fizemos um espetáculo que se chamava Loucas Paixões, com tangos e boleros. Éramos só nós dois: ele no piano e eu cantando. Mas o fazíamos de forma muito especial, porque a musicalidade de Hugo é muito brasileira. Esta experiência está ampliando o meu conhecimento do tango. E tango feito por uma filarmônica é uma coisa

García Vigil: "Intercâmbio cultural não significa procurar que os brasileiros façam tango como nós, mas buscar um conhecimento mútuo profundo"

muito especial. É um exercício intelectual riquíssimo. A cada dia o espetáculo é diferente, é um organismo vivo."

No Uruguai os jovens estão se aproximando do tango através da dança, que está na moda, de uns dois anos para cá. O público, geralmente jovem, que acompanha as apresentações de Laura Canoura tem agora uma intimidade com o tango que não possuía antes. "Eles vão me ver, seja o que seja que eu esteja apresentando. Agora, estão tomando contato com gêneros que, de outra forma, talvez não tivessem chegado a apreciar, por ser "música de velhos", explica.

Para a sua surpresa, o espetáculo de tango também teve o efeito contrário. Através de Galas do Tango, a sua qualidade musical está sendo apreciada, também, por pessoas de uma geração que não se identificava com o seu estilo profissional, mais voltado para o gosto jovem. "A filarmônica, com esse espetáculo, tem um público cativo de "veteranos", todos conhecedores do tango, o que me assustava muito. Mas acabaram me elogiando, assim como os próprios músicos, que me ajudaram bastante", comenta Laura.

García Vigil assinala que, vencido esse primeiro desafio, Laura agora pode cantar até com a Filarmônica de Londres sem problemas. "Quando a gente começa a nadar nesse grande mar que é uma filarmônica, e o faz com segurança, já não há barreiras."

No marco da integração cultural, impulsionada pelo avanço do Mercado Comum do Sul, houve um encontro sinfônico no Teatro Municipal de São Paulo, no início do ano, promovido pela orquestra do maestro Isaac Karabtchevsky. Foram convidados os quatro maestros mais representativos da Argentina, do Uruguai, Paraguai e Brasil para dirigir uma obra representativa de cada país, de música sinfônica de autor nacional.

"Foi um concerto insólito porque dirigíamos uma obra de cada maestro e diariamente ensaiávamos meia hora cada um, com a orquestra. Eu dirigi a obra Suíte de Candombe segundo os quadros de Figari, de Jaurés Lamarque Pons. Viajei com uma delegação de quatro atabaques[1] que juntei à orquestra sinfônica de São Paulo", diz García Vigil.

Laura Canoura considera importantíssima a oportunidade que o Mercosul propicia para um maior conhecimento mútuo da produção cultural, e, em particular, para que os artistas uruguaios possam apresentar o seu trabalho nos países vizinhos. "A nossa meta como músicos e intérpretes uruguaios é ir para o exterior e mostrar o que acontece em nosso país, que, apesar de muito pequeno - só três milhões de habitantes -, tem artistas excelentes, de todos os gêneros. Esta viagem da filarmônica tem sido como um prêmio, conquistado com muito trabalho. No que me diz respeito, acho que esta experiência é um marco que permitirá aproximar-me mais do público do exterior."

O maestro García Vigil acredita que o incremento do intercâmbio cultural também responde a uma razão econômica. Como há um avanço significativo do comércio entre os quatro países, "as empresas que exportam estão interessadas em patrocinar eventos culturais para associar o seu nome a iniciativas que terão sucesso de público". No caso da visita da Filarmônica de Montevidéu ao Brasil, ao patrocínio das prefeituras das cidades visitadas e do governo de Montevidéu somou-se o apoio de uma cooperativa uruguaia de produtos lácteos, a Conaprole. "Essa experiência não é globalização - é integração real. Intercâmbio cultural não significa procurar que os brasileiros façam tango como nós, nem nós fazermos samba como os brasileiros, mas sim de buscar um conhecimento mútuo mais profundo", filosofa García Vigil. ■

[1] *No Uruguai, os atabaques são chamados de tamborins. Trazidos pelos africanos, constituem o instrumento musical mais importante e típico do carnaval daquele país*

A maternidade segura é possível

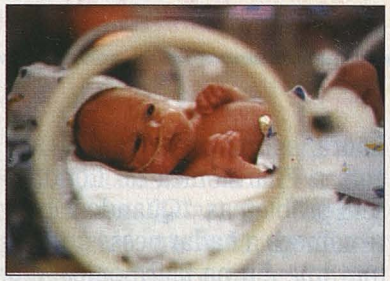
Apesar dos cortes orçamentários em todo o mundo, a mortalidade materna pode ser reduzido com iniciativas de baixo custo. Essa foi a principal conclusão da Conferência Mundial sobre Maternidade Segura, realizada em novembro, em Colombo, capital de Sri Lanka.

Um gasto de US$ 2 por pessoa em saúde materna poderá salvar a grande maioria do milhão de mulheres ou ainda mais que morrem anualmente devido a complicações durante a gravidez, o parto ou o pós-parto.

As ações apresentadas na reunião de seis dias em Colombo indicaram que 1998 poderá ser o ano da mudança. Mais de 200 participantes de 65 países analisaram a "Iniciativa por uma Maternidade Segura", lançada há 10 anos pela Federação Internacional por uma Paternidade Planificada (IPPF).

O documento final declara 1998 o "Ano da Maternidade Segura" e prevê para abril uma série de reuniões em Washington entre empresários, funcionários de governo e especialistas com o objetivo de reduzir o número de mortes associadas com a gravidez e o parto.

"Agora posso dizer com confiança que sabemos como reduzir o número de mortes maternas. Sabemos que esses falecimentos podem ser evitados, porque 1% deles ocorre no mundo industrializado e 99% no Terceiro Mundo", destacou Fred Sai, ex-presidente da IPPF.



Gasto de US$ 2 per capita pode salvar a maioria das mulheres que morrem devido a complicações durante a gravidez e o parto

A conferência fez um apelo aos governos para priorizarem a maternidade segura. "As mulheres não deveriam morrer por serem mulheres nem por cumprir com o mandato divino de parir", assinalou Sai. Já a especialista em saúde do Banco Mundial, Anne Tinker, lembrou que a proteção da saúde materna "beneficia as economias nacionais, as comunidades e os lares, que dependem cada vez mais do trabalho remunerado e não-remunerado da mulher".

Estatísticas revelam que a cada minuto no mundo uma mulher morre devido a complicações durante a gravidez e no momento do parto. E 99% dessas mortes acontecem em países subdesenvolvidos. Outros 50 milhões de mulheres ficam com alguma incapacidade permanente pela mesma razão.

Um em cada quatro nascimentos (40 milhões por ano), têm complicações que afetam a saúde da mãe ou da criança, segundo os especialistas. E 7 milhões de bebês morrem por ano por problemas decorrentes da precária saúde da mãe.

Os delegados analisaram na conferência se debruçaram também sobre outros temas de saúde reprodutiva, como estratégias para impedir a gravidez precoce e a não desejada.

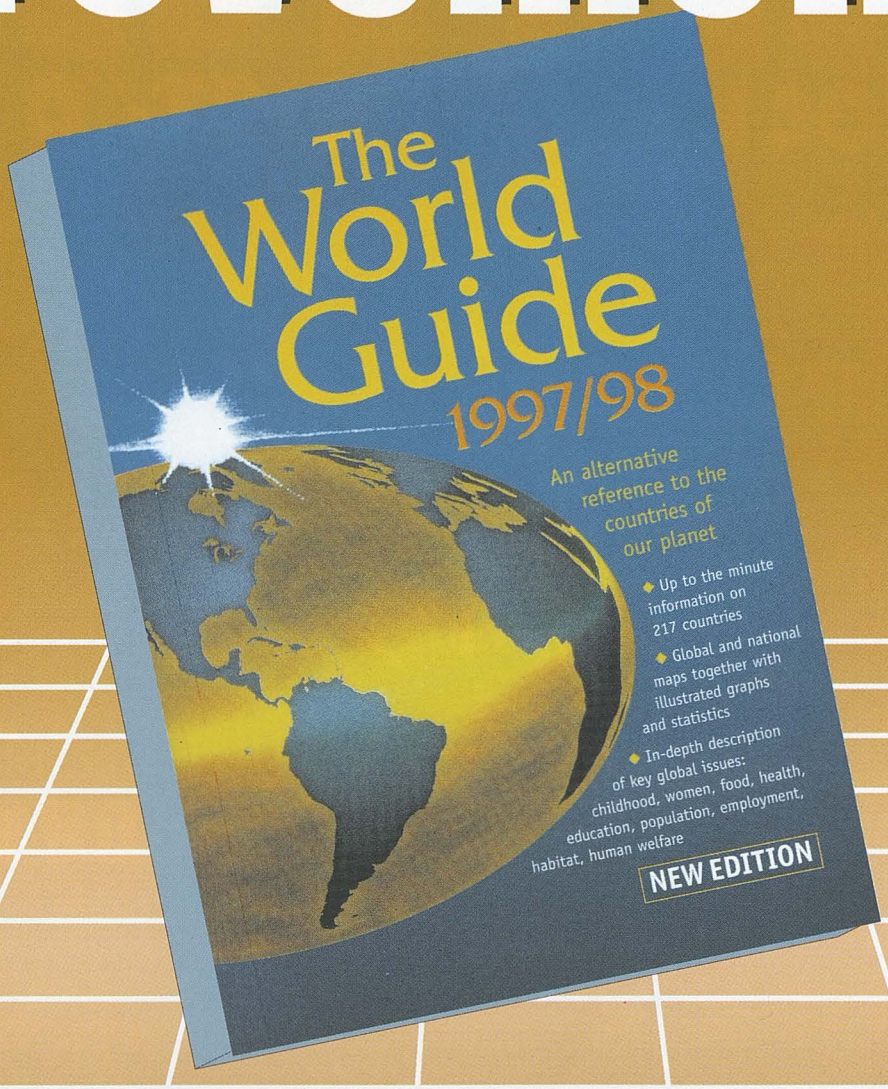
Estudo do Fundo das Nações Unidas para a População e do Family Care International indica que mais de 20 milhões de mulheres fazem abortos em condições inseguras a cada ano e cerca de 70 mil morrem em conseqüência disso. Um outro grande grupo sofre infecções, hemorragias e diversas doenças que podem causar danos permanentes, como infertilidade ou dor crônica.

"Em alguns países, os abortos inseguros são a causa de 30 a 50% de todas as mortes maternas", destacou a doutora Pramilla Senanayyake, presidente da conferência.

Mahmoud Fatthala, assessor da Fundação Rockefeller, do Egito, convocou os grupos de defesa dos direitos da mulher a converter-se em "consciência da sociedade". ■

(Feizal Samath)

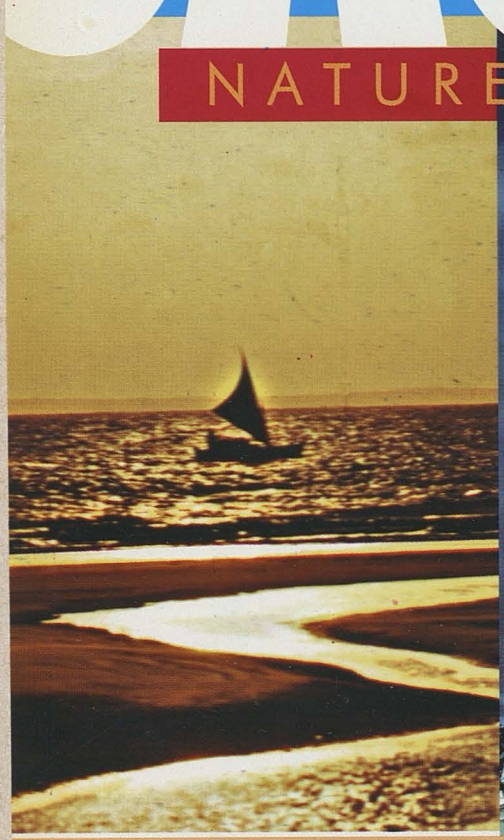
Brevemente

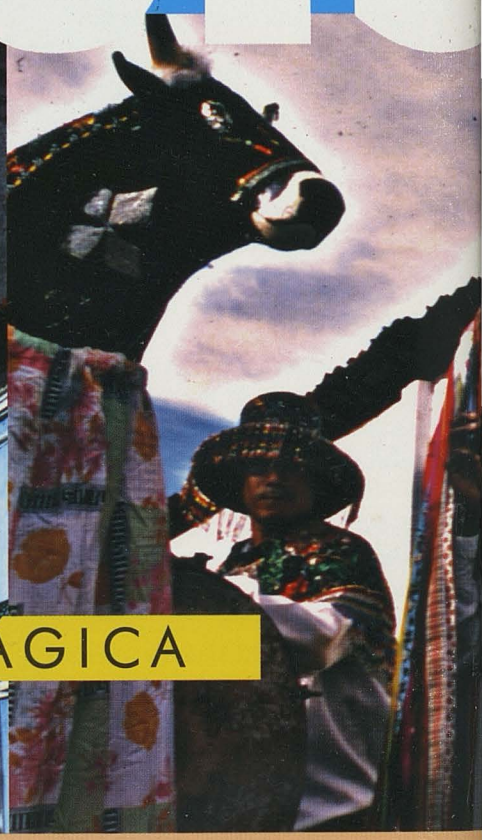


em português !

Editora Terceiro Mundo LTDA.
Depto. de Assinaturas: Rua da Glória, 122/ sl. 105 e 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180
E-mail: caderno@ax.apc.org / **Fax:** (021) 252-8455 / **Telefone:** (021) 221-7511

SÃO LUÍS





Ela é francesa, holandesa, portuguesa, índia e africana, mas, acima de tudo, é de natureza mágica. Ela mora nos casarões coloniais, guardada por uma serpente encantada, bordada de azulejos, feita de poesia, vestida de sol e de mar por todos os lados. E esconde segredos, que são mistérios de noites cheias de lendas. Ela é linda, dançando seus ritmos e cores, ao som dos tambores e matracas, de toadas que são declarações de amor dos poetas que escrevem a sua história. Ela é uma ilha, que o tempo, inspirado em um sonho divino, chamou São Luís.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS